

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

UM CASO DE LIDERANÇA LUSO-BRASILEIRA NA
REGIÃO DE JOINVILLE: ABDON BAPTISTA

1884 - 1922

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA À UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM HISTÓRIA.

Eneida Raquel de S.Thiago

UFSC

OUTUBRO DE 1983

Aos meus filhos
MARIA CLÁUDIA, ELIN
MARIA E JOSÉ ANTÔNIO.

4


UM CASO DE LIDERANÇA LUSO-BRASILEIRA NA
REGIÃO DE JOINVILLE: ABDON BATISTA

1884 - 1922

ENEIDA RAQUEL DE S. THIAGO

Esta dissertação foi julgada adequada e aprovada em sua forma original pelo programa de Pós-Graduação.

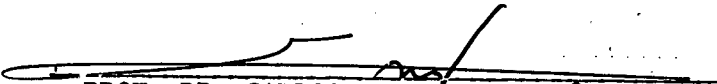
PROF. DR. WALTER FERNANDO PIAZZA
ORIENTADOR



PROF. DR. CARLOS HUMBERTO CORRÊA
COORDENADOR

Esta Dissertação foi aprovada pela Banca Examinadora constituída dos seguintes professores:

PROF. DR. WALTER FERNANDO PIAZZA
ORIENTADOR



PROF. DR. CARLOS HUMBERTO CORRÊA



PROF. DR. OSNI DE MEDEIROS REGIS

A G R A D E C I M E N T O S

Meus sinceros agradecimentos a todos que de alguma forma colaboraram para que este trabalho se realizasse. Em especial:

Ao Professor Dr. Walter Fernando Piazza, pela orientação recebida.

Ao Coordenador Professor Dr. Carlos Humberto Corrêa e aos demais Professores do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Ao Professor Mário Cesar Cubas, Diretor Geral da Fundação Educacional da Região de Joinville (FURJ), pelo apoio recebido.

Ao Professor Otto Francisco de Souza, Diretor de Ensino e Pesquisa da Fundação Educacional da Região de Joinville (FURJ), pelo estímulo dado para a realização deste trabalho.

À Direção e funcionários do Arquivo Histórico Municipal de Joinville, pela atenção recebida.

Ao Padre Bertino Weber e ao Sr. Pedro Bizatto, de Joinville; ao Padre Anibal Círico, de Araquari e ao Padre Lauro Nunes de São Francisco do Sul, pelo acesso aos arquivos das Casas Paroquiais.

À Igreja Evangélica Lutherana de Joinville, pelo acesso aos seus arquivos.

Aos Diretores da "Selbetti", que gentilmente nos cederam uma máquina Olivetti -ET-121, para a datilografia deste trabalho.

Finalmente, aos meus pais Oswaldo Christiano de S. Thiago e Maria José Ribeiro de S. Thiago pelo carinho e compreensão que me dedicaram durante estes dois anos.

S U M Á R I O

	Página
SOCIOGRAMAS	VI
RESUMO	VIII
I N T R O D U Ç Ã O	1

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO I

AS ORIGENS DA COLÔNIA DONA FRANCISCA E SUA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

I - A interligação entre o surgimento da Colônia Dona Francisca, com a Revolução de 1848 na França	5
II- A política de colonização da Colônia D.Francisca.	10
III-A organização político-administrativa da Colônia: "A COLONIEGEMEINDE"	12

CAPÍTULO II

A ECONOMIA ERVATEIRA, BASE DA LIDERANÇA LUSO-BRASILEI- RA EM JOINVILLE, NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX.

I - A construção da Estrada Dona Francisca e o início da atividade ervateira	16
---	----

	Página
II - O grupo de parentela dos Gomes d'Oliveira e a atividade ervateira	21
III- A Companhia industrial e a consolidação da oli- garquia do mate	26

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO I

A ATUAÇÃO POLÍTICA DE ABDON BAPTISTA DURANTE O IMPÉRIO

I - A Imprensa	38
II- O grande adversário: Alfredo D'Escragnolle Taunay.	41
III-A crescente necessidade uma liderança local	46

CAPÍTULO II

ATUAÇÃO POLÍTICA DE ABDON BAPTISTA DURANTE A REPÚBLICA (1889-1898).

I - O ideal republicano em Joinville - Abdon Baptista: Monarquista ou Republicano?	48
II- A implantação do novo regime em Joinville: Abdon Baptista adere ao Partido Republicano	53
III- Oposição a Lauro Müller: Gênese do Partido Federa- lista	60
IV - Ascensão do Partido Federalista: o retorno de Abdon Baptista ao Poder	62

V - A Revolução Federalista - Atuação de Abdon Baptista em Joinville:	
- Antecedentes	70
- A adesão de Santa Catarina	73
- Repercussão em Joinville - a atuação de Abdon Baptista	76
VI - O Retorno de Abdon Baptista à vida política: a oposição germanista	86

CAPÍTULO III

ATUAÇÃO DE ABDON BAPTISTA DURANTE A REPÚBLICA (1899-1922).

I - A cisão do partido republicano catarinense - reflexos na vida política de Abdon Baptista	90
II- A fusão dos Partidos - Abdon Baptista na situação	92
III- O ingresso de Abdon Baptista na esfera federal	
- Participação no Projeto de Fixação de Forças	93
- Participação no Projeto de Reforma Eleitoral	96
IV -Consolida-se a fusão partidária - Abdon Baptista, Vice-Governador do Estado de Santa Catarina	102
V - Ação parlamentar de Abdon Baptista num problema catarinense: a enchente de 1911	106
VI- Atuação de Abdon Baptista durante a primeira guerra mundial	109

VII - O industrial e parlamentar Abdon Baptista - Uma greve em 1918	114
VIII- O declínio da política de Abdon Baptista	120
CONCLUSÕES	124
SOCIOGRAMAS	128
APÊNDICE	148
FONTES CONSULTADAS	159

S O C I O G R A M A S

VI

Página

SOCIOGRAMA GERAL	22
------------------------	----

SOCIOGRAMAS INDIVIDUAIS

ABDON BAPTISTA	128
ANTÔNIO JOSÉ RIBEIRO	129
ANTÔNIO SINKE	130
BERNARDO STAMM	131
CRISPIM ANTÔNIO DE OLIVEIRA MIRA	132
ERNESTO CANAC	133
ETIENNE DOUAT	134
EUDORO BAPTISTA	135
FRANCISCO GOMES D'OLIVEIRA	136
FRANCISCO JOSÈ RIBEIRO	137
IGNÁCIO LÁZARO BASTOS	138
JOÃO EUGÊNIO MOREIRA JR.	139
JOÃO GOMES D'OLIVEIRA (Pai)	140
JOÃO GOMES D'OLIVEIRA (Filho)	141
LEOPOLDO CORREA	142
MÁRIO DE SOUZA LOBO	143

Página

PADRE CARLOS BOERGHENSAUSEN	144
PEDRO JOSÉ DE SOUZA LOBO	145
PROCÓPIO GOMES D'OLIVEIRA	146
VICTORINO DE SOUZA BACELLAR	147

R E S U M O

Fruto de colonização européia, notadamente a alemã, Joinville, que tem suas origens na Colônia Dona Francisca, nos seus primeiros quarenta anos de existência viveu sob liderança teuta.

A partir do advento da República até aproximadamente 1922, no entanto, deparamo-nos com lideranças econômicas, políticas e sociais nitidamente luso-brasileiras.

De suma importância para a ocorrência deste fato foi a conclusão da Estrada Dona Francisca, ligando o planalto do Norte-Nordeste catarinense, rico em erva-mate, com o litoral, principalmente Joinville, possibilitando, aí, o desenvolvimento da atividade ervateira. Esta foi monopolizada por um grupo familiar cujo tronco foi João Gomes d'Oliveira. A origem deste grupo foi verificada através dos laços de compadrio e de casamento, com dados das casas paroquiais de Joinville, S. Francisco do Sul e Araquari.

Em 1891, com o objetivo de maiores lucros e facilidades na exportação, o citado grupo uniu-se a outros ervateiros e fundaram a Companhia Industrial, consolidando seu poder econômico. Este estende-se ao político, dando origem à "oligarquia do mate".

O aparecimento do médico baiano, Abdon Baptista, em 1880, e sua posterior ligação com o grupo de parentela dos Gomes d'Oliveira através do seu casamento, foi de fundamental importância para os rumos trilhados pela política da Região de

Joinville no período estudado.

Conjugando o poder econômico de grande ervateiro que era, o prestígio social do grupo a que pertencia com a vocação política, Abdon Baptista teve uma atuação política na Região de Joinville de maneira tão efetiva a ponto de promover a liderança luso-brasileira numa zona de colonização germânica altamente organizada.

A dissertação analisa, em sua primeira parte, a origem da Colônia Dona Francisca bem como os fatores que promoveram a passagem da liderança germânica para a luso-brasileira. Na segunda parte estuda a atuação política de Abdon Baptista, o maior representante de "oligarquia do mate" e que se projetou não só na política estadual mas também na federal.

A B S T R A C T

As a consequence of the European settlement, mainly of German groups, the city of Joinville, which origins remote to the Dona Francisca Colony, lived in its first forty years under the leadership of these people.

Nevertheless, from the breaking through of the Republican Movement in about 1922, we notice a shift in the economical, political and social leadership environment which presents from this time on remarkable characteristics of Portuguese and Brazilian influences.

Of utmost importance to these changes was the conclusion of the Dona Francisca Road linking the North and Northern highland of Santa Catarina, fertile in Paraguay tea growings, to the seaside, mainly to Joinville, thus promoting an increase in the Paraguay tea activity, which was controlled by the João Gomes d'Oliveira's family group, whose origins lie in intermarriage. Data about has been collected in the parishes of Joinville, São Francisco, and Araquari.

In 1891, aiming export profits and facilities, the referred group founded a join-venture with the alliance of other tea growers under thea growers name of "Industrial company". They increased their political anda economical powers giving even way to a "tea oligarchy".

In 1880, Abdon Baptista, a physician from Bahia, came to Joinville. Through marriage with a member of the family he became closely related to the Gomes d'Oliveira group, an event of utmost importance since it influenced the political thinking during the period studied in this research.

Abdon Baptista's economical influence, resultant from his ability as "maté" grower, the social projection of his family and his political vocation guaranteed him a position of relevance in the area. Under his guidance the highly organized German leadership made place to a Portuguese-Brazilian one.

The research, in its first part, analyzes the origins of the Dona Francisca Colony and the events that promoted the shift from a German to a Portuguese-Brazilian leadership. In the second part, it studies Abdon Baptista's political performance. He is the greatest representative of the tea oligarchy and exercised relevant influences not only on the political thinking of Santa Catarina but on the Republican one as a whole.

I N T R O D U Ç Ã O

Uma das características da historiografia do Norte-Nordeste catarinense é a ausência de estudos de temas específicos. Daí nossa intenção de realizarmos pesquisa sobre um assunto se não desconhecido, pelo menos não analisado convenientemente: o surgimento de lideranças luso-brasileiras na comunidade germânica de Joinville.

Nossa diretriz básica foi um estudo dentro de um contexto histórico regional, mas, sempre que possível, integrando-o à realidade nacional e internacional do período estudado. Este inicia no final do século XIX e se estende às duas primeiras décadas do século XX.

Para melhor desenvolvimento deste estudo, dividímo-lo em duas partes. O primeiro capítulo serve de pano de fundo histórico e, baseado em pesquisa bibliográfica, trata da interligação do surgimento da Colônia Dona Francisca com a Revolução de 1848 na França. Por outro lado, analisa as convulsões sociais européias e a conseqüente emigração germânica para a Colônia Dona Francisca, futura Joinville. Esta foi favorecida pela política de colonização, adotada, na época, pelo governo imperial, contribuindo para que sua organização político-administrativa, desde 1852 até 1868, quando a Colônia tornou-se município, fosse praticamente independente das leis do Império, com lideranças efetivamente germânicas.

O segundo capítulo analisa a passagem da liderança germânica para a luso-brasileira, no final do século XIX. A fim de

detectarmos as origens deste fato, achamos por bem pesquisar as relações sociais da elite luso-brasileira em Joinville. Para tal, fomos buscar os dados na Casa Paroquial da Igreja Matriz de São Francisco Xavier, de Joinville, bem como da Igreja Evangélica Luterana, também de Joinville, onde verificamos as relações de compadrio da elite joinvilense luso-brasileira no período compreendido entre 1878 e 1914.

A técnica que achamos mais conveniente utilizar para determinarmos o grau das relações de compadrio foi a do sóciograma. A montagem deste foi orientada pela obra de Francis J. Rummel (1), que nos explica como utilizar o diagrama do alvo de Nortway (2), o qual contém quatro círculos concêntricos, semelhantes a um alvo de mira. Assim, usamos o sóciograma colocando as pessoas mais solicitadas para apadrinharem no círculo menor, no centro do diagrama; as menos solicitadas no anel exterior; as pessoas entre estes extremos foram colocadas nos dois anéis interiores, embora nosso objetivo principal não tenha sido a verificação do número de batismos e sim o grau de relação de compadrio.

O estudo das relações de compadrio entre luso-brasileiros nos revelou a existência, no final do século XIX, de um grupo de parentela, que, segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (3), são "um grande grupo de indivíduos reunidos entre si por laços de parentesco carnal, espiritual (compadrio) ou de aliança (uniões matrimoniais). Através de pesquisas em certidões de casamento nas Casas Paroquiais de Araquari e São

(1) RUMMEL, Francis J. Introdução aos Procedimentos de Pesquisa em Educação. Porto Alegre, Ed. Globo, 1972, pp.194 a 196.

(2) NORTWAY, M.L. "A Method For Depicting Social Relationships Obtained By Sociometric Testing", *Sociometry*, 3:144-150, 1940, citado por Rummel, op. cit p.196.

(3) QUEIROZ, Maria Isaura P. O Coronelismo Numa Interpretação Sociológica. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. S.P., Difel, 1975, T. III, V.I, pp 164, 165.

Francisco do Sul, verificamos que o tronco deste grupo foi João Gomes d'Oliveira. Ainda no mesmo capítulo, analisamos o papel da atividade ervateira na preponderância que o citado grupo deteve desde os primeiros anos da conclusão da Estrada Dona Francisca, na década de 1870, possibilitando o transporte da erva-mate do planalto para Joinville.

Um estudo sobre a Companhia Industrial, fundada em 1891 e resultado da fusão de diversas firmas exportadoras de erva-mate, nos possibilitou verificar o fortalecimento do grupo de parentela Gomes d'Oliveira, que, associado a outros ervateiros, formou a "oligarquia do mate".

A segunda parte é o resultado de pesquisa sobre a atuação política de Abdon Baptista para comprovarmos sua liderança na Região de Joinville, como um dos mais significativos representantes da oligarquia do mate.

O primeiro capítulo desta segunda parte trata da política de Abdon Baptista durante o Império, desde 1880, quando vindo da Bahia, chegou em São Francisco do Sul, onde começou sua atividade militando no Partido Liberal.

O segundo capítulo analisa, no período 1889-1898 suas posições diante dos ideais republicanos e do advento da República que o alijara do poder. Analisa, também, sua atuação durante o crítico período da consolidação do novo regime, quando estoura a Revolução Federalista.

No terceiro capítulo, demonstramos a fusão partidária, que, iniciada em 1902 e consolidada em 1905, resultou numa política de Partido único. Diante destes fatos, passamos a pesquisar a atuação de Abdon Baptista no período 1899-1922, a fim de comprovarmos a continuidade da sua liderança na Região

de Joinville, já que, como ex-liberal e ex-federalista que fora quando da implantação da República, passou, então, a militar no Partido Republicano Catarinense.

As fontes básicas para a pesquisa da segunda parte en contram-se no Arquivo Histórico Municipal, de Joinville, e na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, onde consultamos especialmente os periódicos da época.

De fundamental importância foi a entrevista que obtivemos com o Senador Carlos Gomes de Oliveira, de acordo com as técnicas da História Oral, que nos permitiu complementar nos sa pesquisa acerca do declínio da política de Abdon Baptista.

Outra fonte pesquisada foram os Anais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que nos possibilitaram, através dos discursos de Abdon Baptista, uma análise mais exata das suas posições, da sua personalidade e da sua liderança.

P R I M E I R A P A R T E

CAPÍTULO I

1. AS ORIGENS DA COLÔNIA D. FRANCISCA E SUA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

1.1 A INTERLIGAÇÃO ENTRE O SURGIMENTO DA COLÔNIA DONA FRANCISCA COM A REVOLUÇÃO DE 1848 NA FRANÇA

Entre 1814 e 1914, o traço mais evidente na Europa é a frequência dos choques revolucionários. Estes foram, em sua maioria, dirigidos contra a ordem estabelecida: o regime político, a ordem social, e em favor da democracia política ou social, da independência ou unidades nacionais. Caracterizados como um revigoramento da revolução de 1789, tomarão, a partir de meados do século XIX, outras características. "É o caso da revolução industrial, geradora do movimento operário, do impulso sindical, das escolas socialistas" (1).

Como arcabouço destes movimentos está o "liberalismo", primeira manifestação que se insurge contra o que subsiste do Antigo Regime, e que dominará por todo o século XIX. Neste clima, a Revolução de 1830, na França, contra o absolutismo de Carlos X, levaria ao trono Luís Felipe. A passagem de Luís Felipe, no governo da França, é marcada pelo domínio da burguesia financeira, ávida da liberdade de ação de que não usufruía no governo anterior. Os privilégios concedidos aos aristocratas financeiros, não tardariam em preju-

(1) REMOND, René. Introdução à História do Novo Tempo, O Século XIX. São Paulo, Cultrix, 1976 p 14.

dicar dois segmentos da sociedade francesa: o industrial e o agrícola. Marcado por rápido crescimento industrial, o governo de Luís Felipe presenciou, também, o crescimento do proletariado, agravando a questão social.

Em 1846-47, ocorreu grande depressão agrícola e industrial que redundou numa onda de desemprego. Aumenta, assim, o sofrimento da classe operária e a predisposição para a ação revolucionária.

Estabeleceu-se, então, a oposição ao governo de Luís Felipe, composta tanto por elementos da classe industrial e agrícola, como pelo operariado. O resultado foi a Revolução de 1848 e a deposição do Rei Luís Felipe. Tal fato terá consequências marcantes num pequeno ponto do Sul do Brasil, província de Santa Catarina: as terras devolutas da margem direita do Rio São Francisco, complemento do dote da Princesa de Joinville, Dona Francisca Carolina (2), filha de D. Pedro I. Dona Francisca era casada com François Ferdinand Phillipe de Orléans, Príncipe de Joinville, filho do Rei Luís Felipe.

Os problemas financeiros, advindos da deposição de seu pai, fizeram com que o Príncipe passasse a pensar no aproveitamento econômico das terras dotais, (3) já medidas e demar-

(2) "Partindo do princípio consuetudinário de que cada consórcio em uma família real implicava no estabelecimento de um dote, a Família Imperial brasileira não podia fugir à regra. Assim, pela Lei nº166, de 29 de setembro de 1840, ficava estabelecido que as princesas, filhas de Dom Pedro I, e, portanto, irmãs de Dom Pedro II, em idade de casar, teriam, entre outras vantagens econômico-financeiras, um patrimônio em terras pertencentes à nação (...)" PIAZZA, Walter F. A Colonização em Santa Catarina Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. pp.123-124.

(3) FICKER, Carlos. História de Joinville; Subsídios para a Crônica da Colônia Dona Francisca, Joinville, Imp. Ipiranga, 1965 p.27.

cadadas entre 1845 e 1846, sob a orientação de Jerônimo Coelho (4).

Conta-nos Schneider (5) que em março de 1849 os Príncipes de Joinville enviaram seu Procurador, Léonce Aubé, (6) para Hamburgo, "onde sabiam existir um círculo de pessoas pertencentes ao Alto Comércio daquele velho porto hanseático, que em período anterior, já haviam demonstrado um grande interesse em colaborar na fundação de uma Colônia no Brasil (...)"

Em Hamburgo, teve Aubé oportunidade de entrar em contato com o Senador Christian Mathias Schroeder, o qual tomou a si a iniciativa, para atender os desejos de Joinville e de fundi-los com os interesses do grupo hamburguês. Convém ressaltar que a emigração proporcionava grandes lucros para as Companhias de Navegação. Estas, de 1848 em diante, tornaram-se concorrentes das de Londres, Liverpool, Antuérpia, Rotterdam e Le Havre. Entre as Companhias Alemãs, destaca-se, para a história de Joinville, a firma "Christian Mathias Schroeder", nome do seu maior acionista.

Schroeder fazia parte, também, da "Sociedade de Proteção aos Imigrantes Alemães do Sul do Brasil", cujo objetivo era o de "desenvolver as relações comerciais há muito existentes entre a cidade hanseática e o Brasil, mediante a introdução de imigrantes alemães e o estabelecimento de colônias agrícolas (...)" (7).

(4) Jerônimo Coelho era Tenente do Corpo Imperial de Engenharia. Foi um dos catarinenses mais ilustres daquela época. Nascido em Laguna, de lá, o mesmo, demonstrações inequívocas de sua capacidade, construindo a "Estrada de Jerônimo", primeira rodovia construída no Brasil. É citado, ainda, o PAI DA IMPRENSA EM SANTA CATARINA, pois lançara, em Florianópolis, o primeiro jornal editado neste Estado, "O CATHARINENSE", SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. A história da Fundação de Joinville, Boletim Stein, cap. XI, nov. de 1964.

(5) SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. Op.Cit.Cap. XVII, maio de 1965.

(6) "Louis François Léonce Aubé fora incumbido pelos Príncipes de Joinville de escolher as terras dotais. Era de nacionalidade francesa, vice-cônsul da França em Santa Catarina e durante muitos anos foi Procurador dos Príncipes. SCHNEIDER, Adolfo Bernardo, op.Cit.capítulo XI, nov. de 1964.

(7) FICKER, Op. Cit. p.37.

Por volta de 1848 esta Sociedade dissolveu-se e Schroeder, aceitando a proposta dos Príncipes de Joinville quanto à cessão de 8 léguas quadradas das terras dotais no Sul do Brasil para colonização, convocou os acionistas da extinta sociedade, para fundar nova empresa de imigração. Não encontrou, porém, o apoio esperado e assumiu, pessoalmente, a responsabilidade do empreendimento. Assim, a 5 de março de 1849, perante o Notário Público Edouard Schramm, de Hamburgo, foi firmado o contrato de colonização. De um lado estava - Louis François Léonce Aubé, com procuração bastante, dando plenos poderes para assinar em nome do Príncipe e da Princesa de Joinville e, do outro lado, o Senador Christian Mathias Schroeder.

Segundo o referido contrato, os Príncipes cederiam oito léguas quadradas de terras a Schroeder, para o estabelecimento da futura colônia, com direito a opção de mais doze. Por sua vez, Schroeder obrigava-se a colocar na Colônia 1.500 colonos em 5 anos e proporcionar-lhes o necessário amparo inicial para seu estabelecimento, cobrar-lhes impostos anuais, - abrir estradas, construir igrejas, escolas e outras benfeitorias. Iniciava-se, assim, a colonização de parte das terras dotais, na Comarca de São Francisco do Sul, Província de Santa Catarina. O empreendimento receberia o nome de Colônia D. Francisca.

Logo após a assinatura do contrato, Schroeder constituiu uma Sociedade por Ações em Hamburgo que, segundo Ficker assumiu os compromissos e direitos do contrato particular. A Sociedade foi denominada "Colonisations-Verein Von 1849" Acrescentando-se mais tarde "in Hamburg", ou seja, "Sociedade Colonizadora de 1849, em Hamburgo".

No século XIX, a condição do povo europeu, já em muito prejudicada pela questão social derivada da industrialização,

foi agravada por uma fase de depressão econômica, somada a um impulso demográfico.

Na Alemanha e na Áustria, particularmente na Saxônia, na Silésia, na Boêmia, em Berlim e em Viena, onde o artesanato era dominante começa, então, a ocorrer a penetração das formas modernas de trabalho industrial. São inevitáveis os choques entre o artesanato e a indústria. O uso das máquinas, somado ao aumento da população, fez com que se multiplicasse o número de trabalhadores disponíveis. Tais problemas ocorrem também no campo com a mecanização da agricultura. O contingente militar passa a ser composto cada vez mais de camponeses sem terras, vítimas de fragmentação do seu sistema de trabalho.

Os resultados sociais do crescimento demográfico, bem como do desenvolvimento tecnológico, quando a Europa não estava em condições de alimentar mais bocas, foram o desemprego, salários baixos e, conseqüentemente, o pauperismo. Esta situação levou parte da população européia a procurar recurso na emigração. A grande esperança era encontrar em outras áreas a terra, o trabalho, a riqueza, a liberdade que não encontraram em seu berço natal. Daí ser a maior parte do contingente emigratório europeu constituído de camponeses sem terra, de operários sem trabalho, de burgueses arruinados.

De 1840 em diante, a emigração toma grande impulso, principalmente na Europa do Norte. Entre 1850 e 1890, engrossaram as fileiras dos imigrantes alemães. O destino desses europeus era principalmente o continente americano, a fim de reforçar os elementos já provenientes da Europa. No Brasil, a Colônia Dona Francisca foi importante reduto desses europeus à procura de nova pátria.

A 8 de março de 1851, chegaram os primeiros colonos

e, segundo Ficker, no dia 9 (8) "o desembarque das 118 pessoas-homens, mulheres e crianças - estava concluído". Executa-se, então, uma colonização planejada, particular, partindo de bases empresariais, preocupada em proporcionar aos colonos todas as condições de produtividade, visando ao desenvolvimento da colônia.

1.2. A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO NA COLÔNIA DONA FRANCISCA

O empreendimento colonial na D. Francisca foi marcado pelo sucesso para o qual concorreram, além dos fatores externos, já expostos, outros fatores de ordem interna e de suma importância. Em primeiro lugar é oportuno lembrar a contínua assistência recebida do Governo Imperial, motivada pelas modificações na estrutura econômica e social do país, com a transição do sistema de mão de obra escrava para o trabalho livre.

O problema da substituição da mão de obra escrava pela assalariada tornou-se mais agudo a partir de 1850, com a diminuição gradativa do tráfico e o aumento do preço dos escravos. Com isso, o governo passa a estimular a emigração e a década de 1850-1860, como afirma Piazza (9), será marcada por grandes transformações na política colonizadora do Brasil Império.

O mesmo historiador cita que um dos instrumentos desta política econômica será a lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, também conhecida como "Lei de Terras", que dispunha sobre as terras devolutas no Império e determinava sua

(8) É esta a data comemorativa da fundação da cidade nos dias atuais. Porém o historiador Carlos Ficker, refere-se à existência de uma controvérsia em relação à data de sua fundação que, conforme mostram os documentos, o Governo imperial considerava 10 de março, pois nesta data foi iniciada a administração da Colônia.

(9) PIAZZA, Walter Fernando. Op.cit. p.122

medição, demarcação e utilização em colonização. Em consequência, imigrantes europeus começaram a entrar em número crescente no Brasil. Aqueles que foram encaminhados para as lavouras de café simplesmente substituíram o trabalho escravo. Porém, nos Estados do Paraná, Santa Catarina - e aqui incluía-se a Colônia Dona Francisca - e Rio Grande do Sul, concederam-se aos colonos lotes de terra.

Na Colônia Dona Francisca, já por força do Artigo 10, do Decreto nº 537, de 15 de maio de 1850, que aprovava o contrato celebrado com a Sociedade Colonizadora de 1848 em Hamburgo, era proibido o emprego do trabalho escravo (10). Desenvolveu-se, portanto, no Sul do Brasil, um sistema diferente de colonização. Tal circunstância possibilitou ao contingente imigrante contribuir para o desenvolvimento de núcleos urbanos. Estes núcleos ganharam importância assim que foi ultrapassada a fase de economia de subsistência, integrando-se a região a correntes comerciais mais amplas e ampliando-se relativamente o mercado interno.

Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento da Dona Francisca foi o fato de estar localizada em terras da irmã do Imperador Pedro II. A colônia obteve, assim, muitas facilidades e incentivos para seu desenvolvimento.

Para os primeiros colonos os sacrifícios são enormes e não poucos sucumbem diante dos desafios enfrentados na dominação do meio ambiente. Essa luta inicial fez com que o colono pioneiro tivesse toda sua atenção voltada para a subsistência, deixando de lado as preocupações políticas.

Convém salientar que, quando os primeiros colonos aqui chegaram, encontraram moradores antigos, de origem lusa. A história registra a presença do Coronel Antônio João Vieira

(10) Idem, Ibidem, p.122.

que, desde 1826, já se instalara com grande fazenda e muitos escravos no Bucarein e Itaum. Ao Norte situavam-se as sesmarias de João Cercal, Luis Dias do Rosário, Vicente - Dias do Rosário, Coronel Francisco d'Oliveira Camacho e muitos outros.

Estas áreas foram respeitadas na medição e demarcação das terras dotais. Desviaram-se as propriedades dos moradores antigos, com exceção das terras do Coronel Camacho que ficaram encravadas na área demarcada. Estes moradores foram de grande valia para os imigrantes recém-chegados, como seus guias e conselheiros no processo de adaptação à nova terra.

Somam-se, assim, três fatores favoráveis ao desenvolvimento da Colônia. A proteção recebida do Governo Imperial, a nova política de colonização e auxílio dos antigos moradores.

1.3. A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DA COLÔNIA A "COLONIEGEMEINDE"

Em 1851 chegou à Colônia o brigue "Gloriosa" que, segundo Ficker, teve profunda repercussão na Colônia: "Pode-se dizer que esse navio, trazendo setenta e cinco imigrantes, causou uma transformação no setor sociológico da Colônia (...). Os imigrantes embarcados no 'Gloriosa' não representavam o tipo de colonos comuns, sem recursos, e sim uma seleção de homens cultos e inteligentes, oficiais do extinto exército, senhoras e senhoritas (...)". Com o "Gloriosa", portanto, chegaram as primeiras lideranças da Colônia. Entre seus setenta e cinco passageiros, destacavam-se engenheiros, teólogos, economistas, comerciantes, naturalistas, um médico, um doutor em Direito e outros pro

fissionais de gabarito (11)".

Em 1852 a população girava em torno de seiscentos e setenta e nove colonos suíços, alemães (maioria) e noruegueses. A pluralidade de língua e dialetos, somada ao desconhecimento do idioma português, mais o isolamento da Colônia, requeriam normas que servissem de base para a vida da comunidade nascente.

Após a tentativa frustrada do estabelecimento de um Conselho Comunal em 1851, compôs-se em 1852, a primeira Comuna da Colônia, baseada no item nº 3 do Contrato celebrado entre o Príncipe de Joinville e a Sociedade Colonizadora em Hamburgo, que dava aos colonos o direito de livres instituições comunais. Contudo, a Comuna estabelecida, refletia uma liderança desvinculada da Direção da Colônia, uma vez que foi organizada sem consulta prévia ao Diretor (12). Tal fato gerou apreensão por parte do Diretor da Colônia. Temia um conselho instituído sobre uma base que retirava a administração das suas mãos e que só atendesse às reivindicações dos colonos. Contudo, houve um entendimento entre a administração e os colonos, pois, alguns meses depois de instituída a primeira Comuna, estabeleceu-se, nova organização comunal, sob a orientação da Direção e de Léonce Aubé, representante do Príncipe de Joinville.

(11) FICKER, Op. Cit. pp.99-103.

(12) "Baseando-se nos itens do Contrato celebrado entre o Príncipe de Joinville, e a Sociedade Colonizadora em Hamburgo, 5 de maio de 1849, e que reservava aos colonos, conforme o item nº 3, o direito de se darem livres instituições comunais, o Presidente J. Weber enviou ao Presidente da Província, em data de 29 de junho, as novas leis comunais para a devida apreciação, sem consultar antes a Direção da Colônia", Idem, Ibidem, p.122

Os membros dessa Comuna apresentaram em janeiro de 1853, ao Presidente da Província, um Projeto da "Lei Fundamental". Esta iria servir por mais de três anos de base administrativa da Colônia Dona Francisca. Vigorou até 1856, quando a Sociedade dos Proprietários de Imóveis da Colônia (VEREIN DER GRUNDBE SITZER), constituída em 1855, passou a ser uma "COLONIEGEMEINDE", ou a Comuna da Colônia, com novas posturas comunais.

A "COLONIEGEMEINDE" tinha a incumbência de Conservar estradas, caminhos e pontes com o dinheiro arrecadado na cobrança de impostos aos colonos. Segundo a organização da Comuna, a Colônia foi dividida em Distritos autônomos. Todos os representantes dos distritos formavam uma Corporação, a "VERTRETERSCHAFT" ou Procuradoria. Esta votava o Conselho Comunal que representou o poder legislativo até ser dissolvido face à Lei Provincial nº 588, de 16 de março de 1868 que efetivou a municipalidade do "termo" de Joinville. Esta Lei determinava a construção de um prédio onde deveria ser instalada a Câmara Municipal.

Importante é registrar que os colonos, acostumados à sua própria organização, não viram com bons olhos a elevação de Joinville à categoria de Município, muito menos a Constituição da Câmara Municipal. Para eles, a "Vertreterschaft" cumpria seus objetivos e havia conquistado sua confiança. A resistência dos colonos foi agravada com a cobrança dos impostos, uma vez que a Direção da Colônia, obedecendo às Leis Provinciais, transferiu para a Câmara Municipal o direito de cobrança (prediais e territoriais). Por outro lado, a "Vertreterschaft" continuava exigindo os impostos dos colonos, redundando em dupla tributação. Ocorre, então, um conflito entre os dois poderes que só terminará quando a "Vertreterschaft" dissolve-se espontaneamente, em, 1872.

Tais fatos e a própria existência de uma Comuna com suas leis próprias, independentes das do Império - se bem que as respeitasse -, nos demonstra a peculiaridade do desenvolvimento político-administrativo da Colônia (13). Estrangeiros, em solo brasileiro, criando suas próprias leis a fim de se organizarem e formarem os núcleos agrícolas e posteriormente urbanos, que obtiverem tanto sucesso.

(13) Para um estudo mais apurado sobre este assunto recomendo ler o trabalho de Rufino P. Almeida e Maria de Fátima F. Piazza intitulado "A Comuna da Colonia Dna. Francisca (Uma Contribuição ao Estudo da Evolução Jurídico-Política de Joinville" Florianópolis, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1º Semestre, 1980 pp. 96-114.

CAPÍTULO II

2. A ECONOMIA ERVATEIRA, BASE DA LIDERANÇA LUSO - BRASILEIRA EM JOINVILLE, NO FINAL DO SÉCULO XIX e INÍCIO DO SÉCULO XX

2.1. A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DONA FRANCISCA E O INÍCIO DA ATIVIDADE ERVATEIRA

Por meio século, é a liderança européia, notadamente alemã, que impera na Colônia. E não é de estranhar, pois, que se tenha desenvolvido na Colônia um processo de germanização, a ponto de chamar a atenção de jornalistas e políticos brasileiros de outros centros. Em setembro de 1896 a "Gazeta de Notícias", periódico carioca, publicava um artigo anônimo, sob o título "Um Estado no Estado" que, ao fenômeno "Germanização", assim se referia:

(...) a propósito da germanização do Estado de Santa Catarina, publicamos em seguida o contracto que os alemães obtiveram ultimamente da boa fé do governo d'aquelle Estado para compra de 600.000 hectares (cerca de 200 léguas quadradas) nos municípios de Joinville, São Bento, Blumenau, Curitibanos e Lages. É de notar que somente nos municípios de Blumenau, Joinville, São Bento, Brusque e Itajahy a grande maioria dos cargos públicos, suplentes de Juizes de direito, comissários e sub-comissários de polícia, juizes de paz de municipalidades foram conquistados pelos alemães,

muitos dos quais não fallam absolutamente a língua nacional. Pelo almanack official do corrente anno verifica-se que 130 alemães desempenham estes cargos officiaes contra 30 brasileiros apenas: a esta circunstância extraordinária justifica plenamente a epigrafe que encima esta publicação: É verdadeiramente um Estado no Estado: e ninguém pode negar que o elemento allemão alli domina e predomina e que faz até imposições aos poderes governamentais d'aquelle Estado" (1).

Entretanto, em Joinville, essas lideranças começam a se debilitar no final do século. Por que? Este problema exige que nos reportemos aos primeiros tempos de Colônia. Sua vida industrial, então, se restringia à simples transformação de produtos agrícolas, com engenhos de açúcar e cachaça, farinha de mandioca, moinhos de milho, serrarias, olarias e outros produtos, tais como sabão, vinagre, louça de barro, cerveja, charutos e cigarrilhas.

Considerada a situação de precariedade do meio ambiente, quando os colonos aqui chegaram, estas atividades representaram o sucesso do empreendimento colonizador da Sociedade Colonizadora em Hamburgo. Contudo, se restringiam ao mercado interno da Colônia e à exportação de alguns produtos para S. Francisco do Sul. Não houve, pois, nos primeiros quarenta anos da Colônia, expressividade econômica que a ligasse ao resto do país ou ao exterior.

Um fato novo, porém, vem trazer aquela efervescência econômica da qual se ressentia a Colônia: a construção da Estrada Dona Francisca.

(01) STULZER, Frei Aurelio. O Primeiro Livro de Jaraguá. Rio de Janeiro, Vozes 1973, pp.171-172.

Importante elemento da prosperidade de Joinville, a Estrada Dona Francisca foi fator de povoamento da zona da serra, da valorização dos terrenos das proximidades, bem como do desenvolvimento da lavoura e da criação de gado. Um dos aspectos mais importantes que se observa como decorrência de sua construção foi o florescimento do comércio entre 1878 e 1893 e, finalmente, a possibilidade do transporte da erva mate do planalto para Joinville o desempenho de uma atividade altamente rendosa: a industrialização e comercialização da erva-mate.

As grandes reservas de ervais catarinenses situavam-se "em toda a extensão limítrofe com o Paraná: Canoinhas, Campo Alegre e Mafra, uma grande parte da região do Contestado, hoje incorporada ao Estado de Santa Catarina" (2).

Ligando o planalto a Joinville, a Estrada Dona Francisca constituía, então, uma via de comunicação estratégica: Joinville tinha fácil acesso fluvial ao porto de São Francisco do Sul, para o escoamento do produto a ser exportado. Além desta vantagem, Joinville, por sua própria origem, possuía predisposição para o desenvolvimento econômico. Estes fatores, interligados, tiveram papel importante na transformação da cidade num centro de industrialização e comercialização de erva-mate. x

Em 1877 eram instalados em Joinville três engenhos, por iniciativa de Antônio Sinke, vindo de Morretes e que obteve bons lucros já no primeiro ano. Posteriormente arrendou-os a Celestino de Oliveira e Vicente Ferreira de

(02) LINHARES Temístocles. História Econômica do Mate. Rio de Janeiro, José Olimpyo, 1969.

Loyola, também de Morretes. (3) Em 1879 Antônio e Maurício Sinke instalavam um novo engenho de socar mate, a vapor, que foi inaugurado com muita ponpa, em 11 de janeiro. (4).

A economia ervateira desenvolvida por paranaenses e adotada por joinvilenses que logo se integraram na sua produção e comercialização, proporcionou a solução de muitos problemas econômicos de ambos os lados. Para Joinville, tal atividade chegou em boa hora. O clima frio da serra, notadamente o de Curitiba, passou a atrair muitos dos colonos que aqui chegaram. Tal fato, na realidade constituía séria ameaça para o desenvolvimento da Colônia. A atividade erva teira, entretanto, funcionou como fator de atração para muitos dos colonos. Proporcionou-lhes trabalho e numerosos imigrantes passaram a dedicar-se à fabricação de barricas para acondicionamento do mate a ser exportado. E, apesar do calor e da umidade de Joinville, o colono aqui permaneceu, garantindo a continuidade e viabilidade econômica do empreendimento colonizador.

Sobre este assunto assim se expressa o jornalista e Deputado Plácido Olympio d'Oliveira:

"(...) se foi criando na colônia um comércio ativo como entreposto forçado dos produtores e exportadores de erva-mate e os negócios de Joinville foram ampliando seus artigos, aumentando-os tanto no movimento comercial como na qualidade e quantidade dos gêneros negociáveis. Relata a tradição que os joinvilenses, que nada entendiam de erva-mate ou seu comércio, adotaram e ingressaram nessa mercância que por muitos anos foi a base econômica

(03) FICKER, Carlos, op.cit.p.310.

(04) Gazeta de Joinville, (Joinville) 14-1-1879

do nosso alto e pequeno comércio, involuntariamente, sem querer(...).(05).

Surgiram então, diversas firmas exportadoras em Joinville. Em 1891 surge aquela que maior expressão alcançou: A Sociedade Industrial Catharinense, mais tarde Companhia Industrial (06), fabricante e beneficiadora de produtos tais como a erva-mate, mandioca, cana, etc... além de atividades na exportação e importação. A industrialização e comercialização da erva mate, no entanto, foi a atividade mais rendosa da Sociedade. Seus principais acionistas foram o Dr. Abdon Baptista, Coronel Ernesto Canac e Coronel Procópio Gomes d'Oliveira.

Embora a atividade ervateira não tivesse sido privilégio de luso-brasileiros (vemos, nos registros, grandes comerciantes de origem alemã), o fato é que a liderança desta atividade é detida pela Companhia Industrial e representada pelos seus três principais acionistas já citados. Esta liderança, no setor econômico, estende-se ao político. Abdon Baptista, Procópio Gomes d'Oliveira e Ernesto Canac passam a desfrutar de acentuada influência política não só em Joinville mas no âmbito estadual e nacional, através de Abdon Baptista. Canac é Prefeito no período 1890-1891. Abdon Baptista, entre 1892 e 1893 e Procópio Gomes d'Oliveira, entre 1903 e 1906. Esta liderança perdura até 1921 pois Procópio foi eleito novamente Prefeito para o período de 1911-1914 e Abdon Batista volta

(05) OLIVEIRA PLÁCIDO OLYMPIO de Joinville em 1906. In: Album Histórico do Centenário de Joinville. SAJ, Curitiba, Mundial Ltda. 1951, p.122

(06) Sobre a Companhia Industrial existe o trabalho intitulado O ESTUDO DA COMPANHIA INDUSTRIAL, tese de mestrado do Professor Rufino Porfírio Almeida, da Universidade Federal de Santa Catarina.

à Prefeitura entre 1915 e 1921. (07).

2.2. O GRUPO DE PARENTELA DOS GOMES D'OLIVEIRA E A ATIVIDADE ERVATEIRA

Como já demonstramos na primeira parte deste estudo, o Município de Joinville é o resultado da colonização de parte das terras dotais da Princesa Dona Francisca Carolina, irmã de D. Pedro II. Esta colonização foi caracterizada pela presença de imigrantes europeus, notadamente de alemães.

Entretanto, verificamos, a partir do advento da República, até aproximadamente 1920, uma liderança econômica e política, de um grupo composto, em sua maioria, por elementos luso-brasileiros.

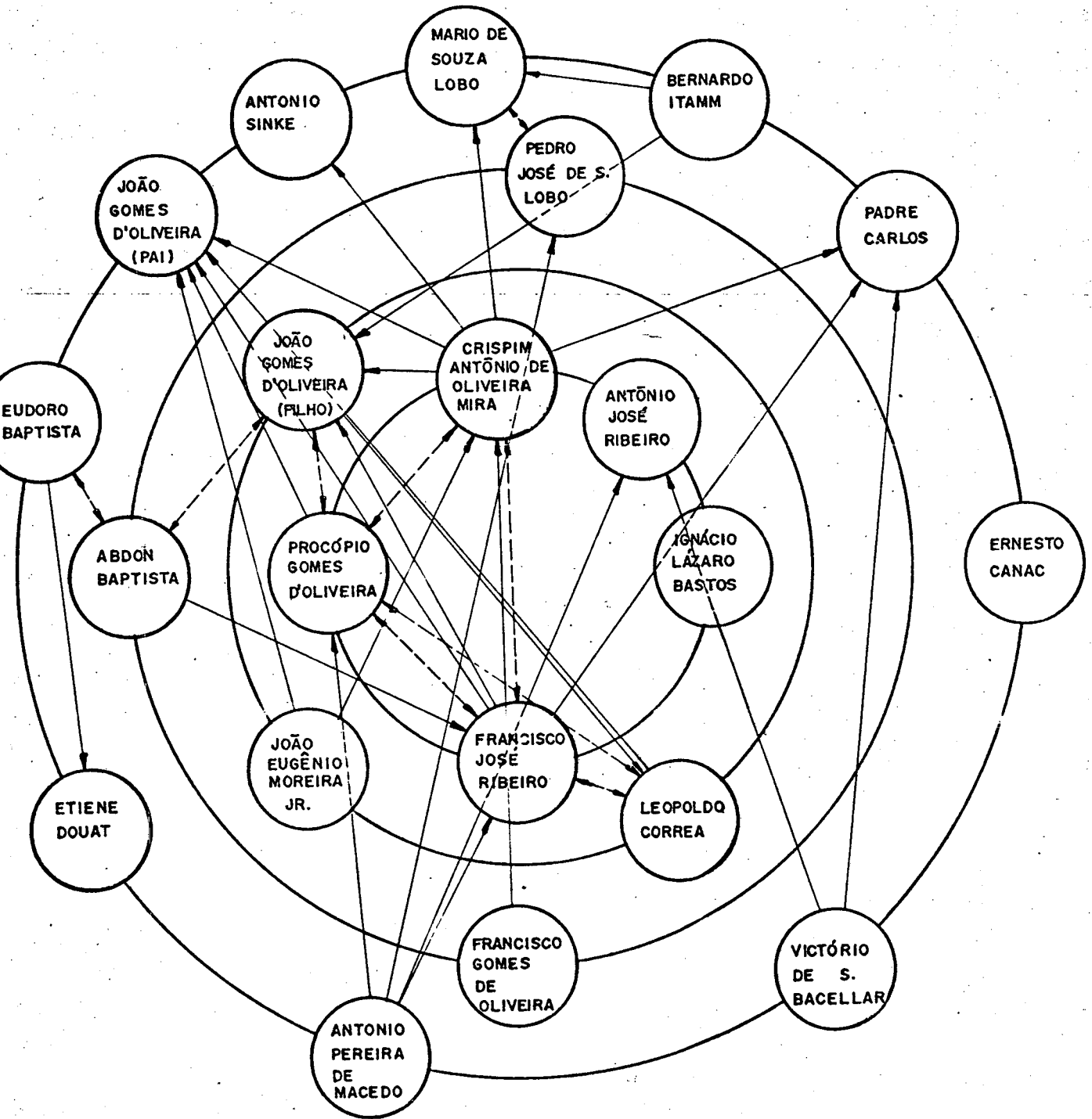
A nossa primeira preocupação, portanto foi proceder a uma pesquisa que nos revelasse o grau de relação dos membros deste grupo, bem como sua origem. Para tal, elaboramos o sociograma anexo, baseado nas relações de compadrio da elite luso-brasileira da região de Joinville, no período estudado, conforme explicamos na introdução. Assim, para melhor compreensão, utilizaremos o sociograma para demonstração deste tópico e do seguinte.

Normalmente se pressupõe que as pessoas mais solicitadas para apadrinharem têm elevado grau de aceitabilidade social. Entretanto, o que constatamos, em nossa pesquisa, além deste aspecto, foi o hábito de os próprios parentes se convidarem. Tal fato se verifica no círculo 1, onde aparecem

(07) TORRENS, Agenor. Administradores de Joinville. In: Album Histórico do Centenário de Joinville, SAJ, 1951, p.76.

RELAÇÕES DE COMPADRIO ENTRE A ELITE LUSO-BRASILEIRA

JOINVILLE - 1876/1914



LEGENDA
 — ESCOLHA UNILATERAL
 - - - ESCOLHA MÚTUA

Procópio Gomes d'Oliveira, Francisco José Ribeiro e Crispim Antônio de Oliveira Mira. O primeiro é filho de João Gomes d'Oliveira e os dois últimos seus genros, casados com suas filhas D.Clemência e D.Rosa Amália, respectivamente. São, portanto, cunhados de Procópio Gomes d'Oliveira. Pois bem. Os três, como se observa no sociograma, têm relações mútuas de compadrio (8).

Além destes, no círculo 2, aparece João Gomes d'Oliveira Júnior que se relaciona por escolha mútua com seu irmão Procópio e com seus cunhados Francisco e Crispim, por escolha unilateral. Ainda no círculo 2 está Leopoldo Corrêa, outro genro de João Gomes d'Oliveira (pai), casado com D.Amália, portanto, cunhado e concunhado dos outros até aqui citados. Leopoldo Corrêa relaciona-se, por escolha mútua com Francisco e Procópio, e por escolha unilateral com João Gomes d'Oliveira Júnior.

Após a análise dos círculos 1 e 2, constatamos que as relações se concentram entre um grupo de parentela, cujo Tronco é João Gomes d'Oliveira (pai).

Este, descendente de açorianos, radicou-se em Paraty (atual Araquari), onde dedicou-se à agricultura, constituindo-se num dos grandes lavradores da época.

Por volta de 1866 transferiu-se para a Estrada da Serra, às margens do rio Cubatão, onde se fixou com sua família. Mais tarde mudou-se definitivamente para Joinville (9).

(8) "Relações mútuas" ou "escolha mútua"-quando os dois são duplamente compadres. Por exemplo: Procópio batizou um filho de Francisco e este batizou um filho de Procópio. Quando apenas um convida, chamamos a esta relação de "Unilateral".

(9) LUZ, Waldemar. Quem foi Quem em Joinville. "A Notícia" (Joinville), 22-7-1978.

Em 1887 ainda residia no Cubatão, conforme nota na "Folha Livre" de 30 de janeiro do mesmo ano noticiando que no Cubatão (Estrada da Serra), fora pressentida a presença de bugres defronte à fazenda do Sr. João Gomes d'Oliveira.

Supomos que aí, no pé da serra, já negociava a erva mate vinda do planalto, iniciando a tradição da economia ervateira seguida por seus filhos e genros.

Os laços de parentesco carnal e espiritual (casamento) existentes neste grupo são reforçados pelo de compadrio.

Para melhor compreensão dos capítulos posteriores, quando será estudada a relação deste grupo de parentela com a atividade ervateira, damos, abaixo, a relação dos filhos de João Gomes d'Oliveira, o local do seu nascimento, com quem casaram, bem como suas atividades econômicas.

No caso das mulheres, daremos as atividades econômicas dos seus maridos.

TRONCO - JOÃO GOMES D'OLIVEIRA

Casado com Rosa Leocádia Machado Gomes

FILHOS

1. João - Nascido em São Francisco do Sul, 1855. Provavelmente faleceu, pois em 1865 outro filho é batizado com o mesmo nome.
2. Rosa - Nascida em São Francisco do Sul, 1856.
Casada com Crispim Antônio de Oliveira Mira-(negociante e sócio da Cia. Industrial. Este quando faleceu, em 1898, exercia a função de Gerente da Filial de Rio Negro.

3. Clêmencia - Nascida em São Francisco do Sul, 1858.
Repete o caso de João, pois em 1860 aparecerá outra Clemência.
4. Procópio - Nascido em São Francisco do Sul, 1859 - grande ervateiro, Diretor da Cia Industrial.
Casado com: Maria Balbina de Miranda.
5. Clemência - Nascida no Paraty, 1860.
Casada com Francisco José Ribeiro - ervateiro.
6. José - Nascido no Paraty, 1862. Idem ao João e Clemência. Em 1874 aparece outro filho com o mesmo nome.
7. João - Nascido no Paraty, 1865
Casado com: Cezarina Adélia Nóbrega D'Oliveira, filha do Coronel José Antônio de Oliveira, ervateiro, e irmã de D. Theresa, esposa de Abdon Baptista.
8. Amália - Nascida no Paraty, 1865 (10).
Casada com: Leopoldo Correa, negociante e sócio da firma Oliveira, Correa e Cia., ervateira.
9. José - Nascido em Joinville, 1874. (não conseguimos dados sobre seu casamento).
10. Rita - Nascida em Joinville, 1876.
casada com Victor Celestino de Oliveira, ervateiro, filho do Coronel José Celestino de Oliveira, um dos primeiros ervateiros de Joinville, vindo de Morretes, Paraná.

(10) A data do batismo é 24-12-1866 e a do nascimento, 07-12-1865. Cremos que deva haver engano, pois neste mesmo ano nasceu seu irmão, João (03-05-65).

Como pudemos observar, os Gomes d'Oliveira estão estreitamente ligados à atividade ervateira, seja através de Procópio Gomes d'Oliveira, seja através do casamento das quatro filhas de João Gomes d'Oliveira cujos maridos também se dedicam a esta atividade. Consideramos, pois, este grupo, o núcleo da oligarquia que, acrescida de outros grandes ervateiros, achamos conveniente denominar "oligarquia do mate", segundo o conceito de Edgard Carone que observa: "ao sentido primitivo da palavra oligarquia - governo em que a autoridade está nas mãos de poucas pessoas - juntou-se no Brasil, um conceito baseado na estrutura familiar patriarcal. (11).

2.3. A COMPANHIA INDUSTRIAL E A CONSOLIDAÇÃO DA OLIGARQUIA DO MATE

É sabido que a posse de fortuna é o principal requisito para o mandonismo local. Maria Isaura Pereira de Queiroz (12) diz que, para alcançá-la, "o comércio parece ter concorrido talvez mais que qualquer outra atividade econômica". O comércio, segundo esta autora, foi fator que pesou fortemente na ascensão sócio-política dos indivíduos em todos os períodos da história brasileira, e Sérgio Buarque de Holanda afirma que "as elites do Primeiro Reinado vêm bem mais da classe dos comerciantes urbanos do que da aristocracia rural" (13).

(11) CARONE, Edgard. A República Velha - Instituições e Classes Sociais. R.J. S.P. Difel, 1978. p.269.

(12) - QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.) História Geral da Civilização Brasileira. vol.8 S.P. Difel, 1975, p.173.

(13) - Idem, Ibidem, p.175.

A partir da década de 1870, o comércio joinvilense terá grande impulso, em função dos benefícios trazidos pela construção da Estrada Dona Francisca, ligando Joinville às grandes reservas de ervais do planalto, propiciou o desenvolvimento, nesta cidade, de uma atividade altamente rendosa: a comercialização e posteriormente a industrialização da erva-mate (14). A comercialização tinha a beneficiá-la o fácil acesso fluvial ao porto de São Francisco do Sul, para escoamento do produto a ser exportado.

Assim é que, em 1877, Antônio Sinke, paranaense, instalava em Joinville os primeiros engenhos de erva-mate. Outros paranaenses também se instalaram com seus engenhos em Joinville e casa de despachos em São Francisco do Sul.

O processo pelo qual se desenvolvia a economia ervateira em Joinville iniciava-se no planalto, de onde era extraída a erva e beneficiada, com mão-de-obra cabocla; numa segunda etapa, o produto beneficiado era transportado em carroções por teuto-brasileiros. Finalmente, em Joinville, dava-se a industrialização, comandada por luso-brasileiros, na maioria, e com mão-de-obra teuto-brasileira. (15):

Plácido Olympio de Oliveira descreve com muita propriedade de as circunstâncias que desencadearam esse processo:

(14) "O Comércio joinvilense entrou com o negócio da erva numa nova fase, de grande prosperidade. Aos produtos agrícolas do litoral se juntaram os fardos da serra, enchendo os armazéns do porto fluvial do rio Cachoeira, para fora do Estado e até ao Estrangeiro. Merece ser citado aqui um comerciante de larga visão, o primeiro que já naquele tempo se tinha lembrado de entabolar negócios de exportação com o Chile. Foi o Sr. Abdon Baptista. Uma linha regular de navios ingleses levava a carga do porto de S. Francisco até Valparaíso". BACHL, H. A Estrada Dona Francisca. In: Album Histórico do Centenário de Joinville, SAJ, 1951, p.88.

(15) FICKER, Carlos. op.cit.p.

"(...) Lá um dia descia um tropeiro com a sua tropa carregando algumas toneladas de erva na lombada de seus burricos ou de suas mulas. Vinha a Joinville com a intenção de vender sua mecadoria e adquirir outras de que necessitava: sal, açúcar, farinha... enfim fosse o que fosse. Procurava os negociantes e na sua honestidade ia declarando logo: não tenho dinheiro, pago em erva mate ao preço de tanto (geralmente a \$800 a arroba). E o negociante ficava na dúvida, arrisco ou não arrisco... afinal mandava perguntar num dos exportadores de erva mate quanto ele pagava por arroba de erva. E, si a transação convinha, fechava o trato (...) E assim pouco a pouco os varejistas de Joinville foram aprendendo a ganhar dinheiro com o mate: ganhavam na venda de mercadorias de seus negócios e depois na revenda da erva aos engenhos. Depois arriscavam exportar por conta própria e assim surgiram as firmas exportadoras: Germano Lepper, Alexandre Schlemm(...), Jordan e outras que já nasceram especializadas na exportação de erva-mate, tais como Irmãos Ribeiro, Oliveira & Genro, da qual fazia parte o Senhor Abdon Baptista, Freitas Valle e tantas outras (...)" (16).

As empresas que mais se destacaram na industrialização e comercialização da erva-mate foram de luso-brasileiros, os quais, conforme Costa Pereira (17), "preponderavam na política local e estenderam, em certos momentos, o seu âmbito de influência à política do Estado". Desta forma, no final do século passado e início do atual, as principais empresas exportadoras de erva-mate eram: Abdon Baptista e Oscar, Augusto Ribeiro e Procópio, Oliveira & Genro, Ernesto Canac & Cia, Mira & Ribeiro, F.Kamiensky & Cia.(18).

(16) - OLIVEIRA, Plácido Olympio de. op.cit. pp.122 e 123.

(17) - PEREIRA, Carlos da Costa. A região das Araucárias. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina Florianópolis, 1943.pp. 47-60.

(18) - ALMEIDA, Rufino Porfírio de. Um Aspecto da Economia de Santa Catarina: A Indústria Ervateira. O Estudo da Companhia Industrial. Dissertação de Mestrado. UFSC, 1979, p.26.

Conta-nos Almeida (19) que "algumas dessas empresas tinham suas matrizes em Joinville e filiais em São Bento do Sul, onde, além de gêneros alimentícios, possuíam engenhos de beneficiamento de mate. E, para melhor aproveitamento das suas potencialidades e facilidades na exportação do mate, uniram-se todos estes comerciantes e fundaram, em 1891, uma sociedade anônima com o nome "Companhia Industrial".

Esta empresa será o símbolo do poderio econômico de Joinville desde sua fundação até sua dissolução, em 1906, já que não se limitava a Joinville. Seus negócios abrangiam o Estado do Paraná, onde possuía quatro armazéns -de depósitos localizados em Rio Negro, Antonina, Morretes e Paranaguá, além dos de Santa Catarina: Porto União, Lucena, Oxford, Lençol, Campo Alegre, São Bento do Sul e mais a matriz em Joinville (20).

Estes estabelecimentos mantinham contato direto com as fontes produtoras, o que proporcionava à Companhia o fácil suprimento da matéria-prima. Também pré-processavam o mate, que seguia para Joinville onde era industrializado e Valparaíso, através do Porto de São Francisco do Sul.

A Companhia Industrial não se ocupava apenas da exportação de erva-mate, embora esta tenha sido sua principal atividade. Com os recursos advindos deste produto, importava manufaturas que supriam a região do Norte Catarinense e parte do Paraná.

(19) - Idem, Ibidem p.27.

(20) - Idem, Ibidem, p.33

Além do mercado externo, a Companhia tratou, também, de ampliar suas transações internas, comercializando produtos coloniais, tanto do planalto, como do litoral.

Para termos uma idéia da abrangência dos negócios da Cia Industrial, damos abaixo a relação das propriedades desta empresa, no ano de 1894 (21).

Prédios em Joinville	21:550.678	
Fábrica de Cal	20:162.638	
Engenho de erva-mete ^a reste Estado	140:000.000	
Prédios em Rio Negro	11:311.840	
Prédios em Porto União	6:595.100	
Engenho em Antonina	51:450.350	
Armazém em Antonina	<u>11:053.900</u>	262:724.566
Embarcações		28:960.007

A navegação de cabotagem da Companhia Industrial facilitava-lhe o transporte de cal para o Rio de Janeiro e São Paulo e daí para o Norte. De Macau, Rio Grande do Norte, traziam o sal necessário para a pecuária, proporcionando-lhe também capital de giro, em moeda nacional (22).

Em 1892, para suprir suas necessidades de capital e facilitar suas operações bancárias, a Companhia adquiriu a filial do Banco Industrial e Construtor do Paraná. Este também recebia depósitos de terceiros, tanto da área urbana como da rural, proporcionando à empresa o aumento do seu capital de giro. Foi o primeiro banco a ser instalado em Joinville,

(21) Resumo do Balanço da Companhia Industrial, fechado em 31 de dezembro de 1894.in: Almeida, Rufino P.op.cit.p.123.

(22) Idem, Ibidem, p.35

cuja gerência ficou a cargo do Coronel Ernesto Canac, um dos diretores da Companhia Industrial.

O Controle acionário da Companhia sempre permaneceu nas mãos de poucos, que detinham a maioria do capital votante. O primeiro Diretor, Ernesto Canac, em 1891, cede lugar ao Sr. Abdon Baptista, que é sucedido pelo Cel. Procópio Gomes d'Oliveira até 1905 (23).

Concomitante ao poder econômico dos três diretores da Companhia Industrial, deparamo-nos com a extensão deste poder ao setor político; Ernesto Canac foi o primeiro Superintendente Municipal (Prefeito) nomeado, no regime republicano em Joinville, tendo atuado no período 1890 - 1891.

Procópio Gomes d'Oliveira foi Prefeito de Joinville nos períodos de 1903-1906 e 1911 e 1914.

Abdon Baptista foi aquele que mais se destacou, tendo ocupado o cargo de Prefeito de Joinville por duas vezes; entre 1892 e 1893 e 1915 e 1921.

Ocupou, também, os cargos de Deputado Provincial, Vice-Presidente Provincial, tendo estado no exercício da Presidência entre 26 de junho a 19 de julho de 1889. Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador. Como Vice-Governador, esteve no exercício do Governo do Estado entre 28 de setembro a 21 de dezembro de 1906.

Observamos, em capítulo anterior, que o grupo de parentela dos Gomes d'Oliveira esteve ligado à atividade ervateira. O tronco deste grupo está representado por João Gomes d'Oliveira, pai de Procópio Gomes d'Oliveira. Este, além de ter sido um dos grandes acionistas da Companhia Industrial, sempre esteve ligado a esta atividade, antes mesmo da funda-

ção da Cia, em 1891, e mesmo depois da sua liquidação em 1906, quando constitui nova firma, a "Procópio & Cia"(24).

Ligado ao Coronel Procópio Gomes d'Oliveira, nas atividades ervateira, estão seus cunhados Francisco José Ribeiro, Leopoldo Corrêa, Crispim Antônio de Oliveira Mira, casados com D.Clêmcncia, D.Amália e D.Rosa, respectivamente.

Outra filha de João Gomes d'Oliveira, D.Rita, ligar-se-á, por casamento, a um grande ervateiro, Victor Celestino de Oliveira. Este, filho do Tenente Coronel José Celestino de Oliveira, um dos primeiros ervateiros, vindo de Morretes (Paraná), para instalar seus negócios em Joinville e em São Francisco do Sul.

Os laços se estreitam na medida em que se estendem para o âmbito econômico. Assim é que Leopoldo Corrêa é Sócio da firma Oliveira, Corrêa & Cia, em 1906 (25).

Abdon Baptsta, um dos fundadores da Cia Industrial, será aquele que mais se destacará como empresário e, especialmente, como político.

(24) O periódico "Comércio de Joinville", em sua edição de 13-10-1906 anunciava, sob o título "À Praça": "Temos a Satisfação de levar ao conhecimento desta praça que, nesta data, constituimos nesta cidade uma sociedade mercantil e industrial em commandita, sob a razão social de PROCÓPIO GOMES & CIA. da qual fazem parte como sócio solidários Procópio Gomes d'Oliveira, Bernardo Stamm e Otto-Gerken, e como commanditários Carl Hoepcke & Cia, A. Baptista, Oscar & Cia e Dr. Etienne Douat, firma que adquiriu por compra todo o acervo da Cia Industrial (...) consistindo nosso comércio na exploração dos mesmos ramos de negócios que até então eram explorados pela extinta Companhia Industrial.

Joinville, 6 de outubro de 1906.

PROCOPIO GOMES E CIA

(25) - Comércio de Joinville, (Joinville), 23-09-1906.

Torna-se oportuno que destaquemos o fato de Abdon Baptista não pertencer a família catarinense. Natural da Bahia, chegou em São Francisco do Sul em 1880, aos 28 anos de idade. Médico, mas com muita tendência para a política, já iniciara a carreira em sua terra natal e no Espírito Santo.

Em 1884 casou-se com D. Theresa Nóbrega de Oliveira, filha do Coronel José Antônio de Oliveira, pessoa de grande prestígio social em São Francisco do Sul. Convém salientar que, sem desprezarmos a inteligência, a capacidade de mando e de trabalho, naturais em Abdon Baptista, seu casamento representou um dos fatores essenciais para o papel de preponderância política e econômica que desempenhará no futuro (26).

Na política, através do seu sogro, ao qual se aliou na liderança do Partido Liberal em São Francisco do Sul, e, mais tarde, em Joinville. Economicamente, seu casamento ligou-o ao grupo de parentela dos Gomes d'Oliveira, uma vez que sua mulher era irmã de D. Cezarina Gomes d'Oliveira, esposa de João Gomes d'Oliveira Júnior.

(26) Edgar Carone chama a nossa atenção para o fato segundo o qual, de todas as análises existentes sobre a nossa industrialização nunca foi posto em questão o problema da ligação matrimonial. Apresenta o exemplo do industrial Alexandre Siciliano, imigrante italiano que se casou, em 1881, com D. Augusta de Mello Coelho, filha do rico fazendeiro Coronel João Frutuoso Coelho. Para Carone, que não nega o valor da capacidade de trabalho de Alexandre Siciliano, nem que sua fortuna fosse inicialmente fruto da sua perseverança, seu casamento representou uns fatores básicos do seu sucesso. CARONE, Edgard. Nas origens do Capitalismo Industrial. In: Escrita Ensaio - IV (10): 175 e 187, 1982.

Formava-se, assim, a rota pela qual Abdon Baptista trilharia como empresário: a da atividade ervateira. Não resta dúvida, pois, que seu casamento, integrando-o na vida política e econômica local, lhe tenha proporcionado, também, o prestígio social que, como "de fora", não possuía.

O resultado foi que, entre 1880, ano de sua chegada em Santa Catarina, e 1891, ano da Fundação da Companhia Industrial, Abdon Baptista integra-se de tal forma na vida política, econômica e social de São Francisco do Sul e principalmente na de Joinville, para onde se transferiu posteriormente que aí, a partir de 1891, desenvolverá suas atividades, em toda sua plenitude tanto no campo da medicina, tanto como homem de negócios, ervateiro, e, finalmente, na política.

Sobre Ernesto Canac, assim se expressa Plácido Olympio d'Oliveira.

"(...) Em plena efervescência desse fenômeno econômico, surgiu um francês, Ernesto Canac, que, ingressando de chegada (1878) no comércio da erva, por incumbência de importante firma de Buenos Aires, anos depois, quando já se achava plenamente familiarizado com as transações da mercadoria, idealizou uma entidade capaz de monopolizar não só a exportação da erva-mate como também das mercadorias importantes e, aliando-se a pessoas idôneas no assunto, dando nova feição àquela mercância, conseguiram rendosa fonte de lucros. Fundou-se, então, a Companhia Industrial, cuja existência, se não monopolizou, pelo menos preponderou de forma marcante no comércio de Joinville. Tinha ampla sede, das melhores do seu tempo. Impôs-se a confiança de seus incontáveis fregueses e do público, não só pela lisura de seus negócios como pelas individualidades que a dirigiam, todas elas pessoas de responsabilidade na vida financeira e política de Joinville (...)" (27).

(27) OLIVEIRA, Plácido Olympio de. Op. cit. pp.123/124.

Entre as pessoas "idôneas" e as "individualidades" às quais se refere Plácido Olympio de Oliveira, salientamos Procópio Gomes d'Oliveira e Abdon Baptista.

Não é de estranhar, portanto, que Canac venha a ser, na época, um dos líderes municipais, não só na economia mas também na política. Chamamos a atenção do leitor para a posição de Canac no sociograma: Completamente isolado, no anel externo. Supomos que esta situação seja decorrente do fato de que Canac nunca se tenha casado. Observamos, no decorrer deste trabalho, que normalmente os casais escolhem para seus compadres aqueles que são casados, ou, quando solteiros, são parentes próximos. Canac não era nem uma coisa, nem outra.

Contudo, relaciona-se, por compadrio, com Líbero Guimarães e com Ignácio Lázaro Bastos. Ocorre que, embora solteiro, Canac teve dois filhos: Regina Maria, nascida em Joinville no ano de 1886, e Ernesto, nascido também em Joinville, em 1888. De acordo com a Declaração do Padre Carlos Boerghenhausen, constante da certidão de batismo de Regina Maria, assumiu a paternidade desta (28). Eis o teor da referida Declaração:

"... E logo no mesmo acto compareceu perante mim, o supra-mencionado Sr. Ernesto Canac, solteiro, morador e parochiano desta freguesia (...) e as três testemunhas abaixo inscritas, e por elle na presença das ditas testemunhas Líbero Guimarães, Dona Maria Bastos (...) me foi rogado declarasse ser a supracitada (...) Regina Maria sua filha, a quem muito da sua livre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma, reconhecia como sua filha, para efeito de gosar de todos os direitos e privilégios que concedem as Leis Pátrias, principalmente dos que são permitidos pela Lei nº 463 de 2 de Setembro de 1847, em virtude do que e do meu cargo, faço a presente declaração (...).

Entre as pessoas "idôneas" e as "individualidades" às quais se refere Plácido Olympio de Oliveira, salientamos Procópio Gomes d'Oliveira e Abdon Baptista.

Não é de estranhar, portanto, que Canac venha a ser, na época, um dos líderes municipais, não só na economia mas também na política. Chamamos a atenção do leitor para a posição de Canac no sociograma: completamente isolado, no anel externo. Supomos que esta situação seja decorrente do fato de que Canac nunca se tenha casado. Observamos, no decorrer deste trabalho, que normalmente os casais escolhem para seus compadres aqueles que são casados, ou, quando solteiros, são parentes próximos. Canac não era nem uma coisa, nem outra.

Contudo, relaciona-se, por compadrio, com Líbero Guimarães e com Ignácio Lázaro Bastos. Ocorre que, embora solteiro, Canac teve dois filhos: Regina Maria, nascida em Joinville no ano de 1886, e Ernesto, nascido também em Joinville, em 1888. De acordo com a Declaração do Padre Carlos Boerghenhausen, constante da certidão de batismo de Regina Maria, assumiu a paternidade desta(28). Eis o teor da referida Declaração:

"... E logo no mesmo acto compareceu perante mim, o supra-mencionado Sr. Ernesto Canac, solteiro, morador e parochiano desta freguesia (...) e as três testemunhas abaixo inscriptas, e por elle na presença das ditas testemunhas Líbero Guimarães, Dona Maria Bastos Cesar de Mello e Ignácio Lázaro Bastos(...) me foi rogado declarasse ser a supracitada (...) Regina Maria sua filha, a quem mutio da sua livre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma, reconhecia como sua filha, para efeito de gosar de todos os direitos e privilégios que concedem as Leis Pátrias, principalmente dos que são permitidos pela Lei nº 463 de 2 de Setembro de 1847, em virtude do que e do meu cargo, faço a presente declaração (...).

(28) Tal declaração não consta da Certidão de Batismo do seu filho Ernesto.

A transcrição desta declaração justifica-se por revelar suas relações de amizade com as pessoas que a testemunharam. Líbero Guimarães, que, além de testemunha, batizou Regina Maria, era ervateiro, acionista da Cia. Industrial e Gerente da filial da mesma empresa em Antonina, Paraná, e militante no Partido Republicano junto a Canac. A outra testemunha, Ignácio Bastos, embora não estivesse ligada à atividade de ervateira, era pessoa de muito prestígio social. Telegrafista, teve grande atuação na sociedade joinvilense, na qual foi jornalista, teatrólogo, professor de Português, sócio fundador do Clube Joinville, onde instalou a primeira biblioteca brasileira do município. Na época do nascimento de Regina Maria, 1886, também militava pela causa Republicana, atividade que, acreditamos, os tenha unido mais profundamente. Dona Maria Bastos de Mello era irmã de Ignácio Bastos.

O compadrio entre as elites teve uma característica bem marcante. A escolha recaía sobre os parentes, em primeiro lugar. Daí tantas relações mútuas. Por último, vinham as simples relações de amizade, as econômicas e também as políticas. Explica-se, assim, o isolamento de Ernesto Canac, Ignácio Bastos e Antônio Sinke.

Finalmente, o que pudemos observar foi a existência de um grupo familiar cujo tronco foi João Gomes d'Oliveira, e sua figura mais preeminente, o seu filho Coronel Procópio Gomes d'Oliveira. Este grupo, que se relaciona intensamente através do compadrio e de atividade econômica, será acrescido de elementos de outras famílias por laços de casamento, compadrio e, concomitantemente, por relações de negócios. Estes estão centralizados na atividade comercial, predominantemente, a ervateira, que alcança o auge com a fundação da Cia Industrial.

Plasma-se, assim, a "oligarquia do mate" que dominará a vida econômica, política e social de Joinville por mais de vinte anos.

S E G U N D A P A R T E

A ATUAÇÃO POLÍTICA DE ABDON BAPTISTA

CAPÍTULO I

ATUAÇÃO POLÍTICA DE ABDON BAPTISTA DURANTE O IMPÉRIO

1.1 A imprensa. Por volta da década de 80, o eleitorado do Primeiro Distrito da Província de Santa Catarina (1) alterava suas preferências entre os dois Partidos políticos existentes, o Liberal e o Conservador.

Abdon Baptista, que chegara em São Francisco em 1880 e casara-se com D.Teresa Nóbrega de Oliveira em 1884, militará junto com o seu sogro, o Coronel José Antônio de Oliveira, no Partido Liberal.

Como em todas as épocas, o melhor veículo de propaganda política é a imprensa. Assim é que, em 1884, o jornal "O Globo", editado em Joinville, após 16 números, transforma-se em órgão do Partido Liberal, sob o nome "O Democrata". A partir daí, passou a ser impresso em São Francisco, na tipografia - Iniciadora (2), sob a direção do Coronel José Antônio de Oliveira. Seu genro, Abdon Baptista, foi um dos principais, senão o principal redator do jornal e, em 4 de outubro de 1885, assumiu a responsabilidade do periódico. A fim de atingir o eleitorado estrangeiro, principalmente durante a campanha contra o Conservador Taunay era editado o semanário "Neue Kolonie Zeitung", redigido por Robert Gernhard em

(1) Atuais zonas do Vale do Itajaí e Norte Catarinense.

(2) S.Thiago, Arnaldo C. de São Francisco do Sul-Evolução Cultural. IOESC.Florianoópolis, 1947 p.12

Joinville e impresso na oficina do "O Democrata" em São Francisco. (3).

Para contrapor-se ao Partido Liberal, surgiu, em 1884, o Jornal "A União", do Partido Conservador. No período que antecedeu as eleições de dezembro de 1884, "A União" critica o Governo Liberal por ter expedido circulares aos Presidentes de Província, determinando que se procedessem às revistas de mostra e exercícios de instrução da Guarda Nacional, meio, segundo "A União", que o governo utilizaria para sustentar a situação. Anuncia que o Chefe da Divisão de Guarda Nacional no Primeiro Distrito de Santa Catarina será o "distimido e celebríssimo" Dr. Penúria (4).

Para termos uma idéia da rivalidade política manifestada pela imprensa, mesmo porque o Dr. Penúria era candidato a Deputado Geral, transcrevemos as pitorescas estrofes assinadas por "Gabriel" e Publicadas no "A União", de 6 de agosto de 1884.

"Compadre, o que é isto, está com medo?
Coragem e valor, não desanime!
Quem não deve não teme e, fique certo,
Escrever folhetim nunca foi crime!

Então supõe você, caro compadre,
Que por dar uma simples thesourada,
Hade ser arrastado ao xilindró,
E levar só por isto bordoada?

Tanta gente thesoura n'este mundo;
Não tem lido você o "Democrata"?

(3) "Neue Kolonie Zeitung", Joinville, 25-12-1885.

(4) "A União", Joinville, 30-7-1884

Que línguas afiadas, Santo Deus!
São duros, são anéis, que gente ingrata!

Os serviços reais, o grande mérito,
O talento, a virtude, a ilustração,
Tudo ali é abatido, espesinhado
Pela negra, maldita e vil paixão?

Nós seguimos cartilha bem diversa
Não entramos, meu caro n'esta Grey
Se o pello do próximo nós cortamos
É que o castigo do vício exige a lei

Estão os liberaes muito contentes
Porque vão abraçar o Dr. Penúria!!!
O homem ahi vem implorar votos
Temos breve de ouvir muita lamúria!

Compadre, vá de já se prevenindo
Nós temos de lutar com toda a furia!
Já me veio aos ouvidos o boato
Que correndo aí vem Doutor Penúria

E que nome tão feio, meu compadre,
E o Typo como elle não só importa
Se Penúria pedir meu votinho
Mandarei que elle bata em outra porta

Penúria cá por caza, abrenuntio!
A pobreza levada ao maior grao!
Não pode dar esmola quem se nutre
Da triste carne secca e bacalhao

Compadre, passe bem, eu vou-me embora
Estou cansado de tanto thesourar

Você já me intrigou com os liberaes
E a ninguém eu desejo molestar

Em outubro de 1885, surge em Joinville outro periódico Conservador, "O Constitucional", de vida efêmera, pois foi publicado somente até fevereiro de 1886. Um tanto mais agressivo que "A União", "O Constitucional" atacava veementemente o Partido Liberal e, particularmente seu líder, o Dr. Abdon Baptista.

1.2 O GRANDE ADVERSÁRIO: ALFREDO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY

O debate que, segundo verificamos, torna-se um tanto inflamado na década de 80, é fruto de um elemento novo que veio abalar os meios políticos-partidários do Primeiro Distrito. Trata-se do Conservador Alfredo D'Escragnolle Taunay, mais tarde Visconde de Taunay, carioca, militar, intelectual (5) e ex-presidente da Província de Santa Catarina (7 de junho de 1876 a 2 de janeiro de 1877).

Militando pelo Partido Conservador, no entanto, Taunay tinha idéias francamente liberais e adotava como plataforma da sua campanha o abolicionismo, o casamento civil e, aquilo que muito interessava à população do Norte Catarinense; a grande naturalização e a proteção aos direitos dos estrangeiros, o que lhe angariou novos adeptos.

Fortalecia-se o Partido Conservador no Norte Catarinense ao passo que algumas dissidências ocorriam entre os liberais. Em 1881 Taunay derrotou, no Primeiro Distrito, Olympio de Souza Pitanga, baiano e liberal, na eleição para Deputa-

(5) Quando rompeu a Guerra do Paraguai, Taunay, militar, fez parte de uma expedição aos sertões de Mato Grosso como Secretário de uma comissão de engenheiros. Lá, durante dois anos, experimentou as agruras da guerra, o que lhe inspirou a obra "A Retirada da Laguna", Correa, Carlos Humberto. Os governantes de Santa Catarina. Florianópolis, Ed. UFSC, 1983, p. 314.

dos Gerais. Em Joinville, o Partido Conservador é fortalecido com a vitória, também em 1881, de Augusto Lepper nas eleições para a Assembléia Provincial (6).

Em meio a este clima surge Abdon Baptista como líder Liberal, embora, em 1883, estreando na vida política joinvilense, tenha perdido para o Conservador Frederico Bruestlein nas eleições para a Assembléia Provincial. Com apenas três - anos de residência na região, praticamente desconhecido do eleitorado, justifica-se sua derrota em favor de Bruestlein, muito conhecido em Joinville, mesmo porque, na época, exercia o cargo de Diretor da Colônia Dona Francisca.

Demonstrando bom tino político, Abdon Baptista percebeu em Taunay o seu grande rival, o grande líder do Partido Conservador no Norte Catarinense, aquele que agradava aos imigrantes com seus programas de proteção ao estrangeiro e grande naturalização. Não exitou, pois, Baptista, em deflagrar verdadeira campanha a fim de minimizar a influência de Taunay no Norte Catarinense. Seu jornal "O Democrata" foi o principal veículo desta empreitada e, a fim de atingir também o eleitorado estrangeiro, imprimia em sua oficina o semanário "Neue Kolonie Zeitung" em alemão, cujas páginas continham também, neste período, severas críticas a Taunay.

Por esta época, o grande debate nacional era o trabalho servil, e o projeto de emancipação dos sexagenários foi apresentado à Câmara pelo Ministério Souza Dantas, Liberal. Diante do Projeto, a Câmara dividiu-se. Havia conservadores e liberais dos dois lados. Nove Deputados liberais uniram-se aos conservadores e votaram contra o Projeto. O resultado foi a oposição que o Ministério encontrava dentro do seu próprio Partido. Quinze dias depois, a Câmara votava uma moção de desconfiança ao Ministério, objetivando a queda deste, a fim de

(6) Lepper derrotou Joaquim Miranda Evora, Liberal.

evitarem a discussão do Projeto. (7)

Esta situação, de âmbito nacional, estendeu-se para a área Estadual. Em Santa Catarina, Abdon Baptista, generalizando a posição escravista aos Conservadores, serviu-se do seu jornal "O Democrata" para combater o Partido rival: O centro destes combates é o Deputado Taunay, principalmente por este não ter comparecido às seções ocorridas entre 15 e 18 de julho de 1884, (8) referentes ao Projeto.

Tal fato deu oportunidade a que "O Democrata" o incriminasse de ser Conservador e sustentar idéias liberais, ser sectário das mais livres idéias e ligados ao Partido Conservador. Transcreve uma declaração de Taunay, publicada na "Gazeta de Notícias" em que o Deputado afirmava "apoiar a única idéia com que se identifica o governo, aquela por que o governo exclusivamente se bate". Tal declaração deu margem à seguinte conclusão por parte dos seus adversários e transcritas no mesmo artigo: "S.Ex. é partidário da idéia e dá-lhe o seu voto: mas S.Ex. não é partidário do governo que representa a idéia e por isso não dá o voto ao Governo. De onde concluir: S.Ex. apóia a idéia do governo e combate o governo da idéia (9)". Os Liberais estavam realmente afiados! Montaram verdadeira charada em cima das declarações do seu adversário...

Tendo Taunay votado a favor do Gabinete na moção de confiança apresentada a 28 de julho de 1884 contra o Governo, não exitou "O Democrata" em alardear que, diante de tamanha contradição, não seria de duvidar que Taunay andasse a

(7) Quarenta e dois Conservadores, apoiados por dezessete Liberais negaram confiança ao ministério. COSTA, Emília Viotti da. A Abolição. S.Paulo, Global, 1982. pp.67 e 68

(8) "O Democrata", (São Francisco) , 10-8-1884.

(9) "O Democrata", (São Francisco) , 10-8-1884.

"dous carrinhos" (10).

Por outro lado, Taunay, percebendo a liderança de Abdon Baptista, faz seu jogo de oposição, tentando por todos os meios encontrar uma brecha que possibilitasse o descrédito do seu adversário junto aos seus eleitores.

Prova desta atitude é a carta dirigida a Francisco Machado da Luz, (11) negociante em Joinville e líder Conservador, onde conta ao seu correligionário que o haviam informado "que o tal Abdon não era formado". Naturalmente que, para Abdon Baptista, já há quatro anos tido e havido como médico e já respeitado como tal, a comprovação de tal fato representaria um ataque de ordem moral de graves consequências não somente sociais, mas principalmente políticas. O fato é que Taunay revela, na mesma carta, que mandou tirar uma certidão na Faculdade da Bahia e afirma: "por ella consta que o homem tem o seu diploma em regra. É deveras pena". Nada pode Taunay fazer contra Abdon neste sentido, mas tratou de controlar seus adversários liberais quando recomendou a Machado da Luz na mesma carta "Se o Taulois e o Lobo (12) se excederem na cabala que entenderão devam fazer escreva-me logo porque serão chamados à ordem (...)". Assim como o chefe dos Liberais se valia do "O Democrata" e do "Neue Kolonie Zeitung" para atacar o Partido Conservador, este também se valia da imprensa para fazer o mesmo contra o seu rival.

(10) Afirma, ainda, o "O Democrata" de 10-8-1884 que Taunay ouvira dizer que a Câmara dos Deputados seria dissolvida e, em virtude disto, teria achado mais vantajoso votar com o governo. Esclarecemos que o Imperador, como Poder Moderador, concedeu Decreto de dissolução das Câmaras e a convocação de novas eleições.

(11) Cartas de Taunay. In: Revista do IHGSC. Governo do Estado, Volume VII, 1918, pp. 61 e 62.

(12) Pedro Luis Taulois e Pedro José de Souza Lobo eram, na época, Diretor e Ajudante, respectivamente, da Estrada Dona Francisca e militavam junto ao Partido Liberal.

No jornal "A União", de 16 de julho de 1884, Taunay responsabilizava Abdon Baptista de perseguição a funcionários públicos ligados ao Partido Conservador e, na edição seguinte, confirmava sua acusação anunciando a remoção do Guarda de Mesa de Rendas de São Francisco, responsabilizando o Partido Liberal pelo fato.

O Partido Conservador agirá da mesma forma um ano mais tarde, conforme pudemos depreender de outra carta de Taunay a Francisco Machado da Luz, datada de 26 de outubro de 1885 (13), cujo teor achamos interessante transcrever na íntegra:

"Amigo e Sr. Machado da Luz

"Com muito prazer recebi seu telegrama, dando-me o esplendido resultado que colheu o nosso amigo Lepper na eleição provincial. É bello presságio de que venceremos com grande vantagem a geral, lavando a vergonha de 1884. Para esse resultado conto com amigos, cujos desejos, acompanha sempre as aspirações manifesto, ativamente quanto possível o Governo Geral, que se tem demonstrado duma morosidade espantosa em medidas indispensáveis não só hay como para outras Províncias.

Porque por exemplo, não appareceu as demissões do Lobo e Taulois, que o m.º me prometeu logo que elle mesmo reconhece serem a bem da moralidade e do serviço geral?

Não posso explicar, quando esses empregados como que provocação o governo, fazendo alarde de seu espirito de cabala. Lembranças aos amigos todos, Bruestlein, Barros, Trinks, Lepper, parabéns, e assim aos mais sem esquecer o Parucker".

E Taunay alcançou seu intento, pois em 15 de novembro de 1885 "O Constitucional" noticiava a demissão de Taulois e de Lobo de seus cargos na Estrada Dona Francisca, voltando Etienne

Douat à Direção do empreendimento.

Estes fatos nos levam a crer que a década de 80 foi grande disputa entre os dois Partidos e a vergonha de 84, a que se referia Taunay, foi a derrota do Partido Conservador nos dois Distritos quando das eleições para Deputados Gerais (14), tendo, Taunay, perdido para Duarte Schutel. Por outro lado, Abdon Baptista foi eleito Deputado.

Como membro da Assembléia Legislativa Provincial Abdon Baptista fazia parte da Comissão de Obras Públicas. Em 1887 era eleito Presidente da Câmara de São Francisco do Sul(15).

Indiscutivelmente, Baptista firmava-se como expressiva liderança no Norte Catarinense, apesar do brilhante adversário que teve que enfrentar.

1.3 A CRESCENTE NECESSIDADE DE UMA LIDERANÇA LOCAL

Em 1886 a política dá uma virada e Taunay obtém expressiva vitória nas eleições para Deputados Gerais no Primeiro Distrito, com exceção de São Francisco, reduto de Abdon Baptista, embora este tenha sido derrotado.

Também no Segundo Distrito os Conservadores venceram as eleições, e a representação catarinense na Câmara tornou-se -

(14) Nas eleições de 1884 o Dr. Duarte Paranhos Schutel, Liberal, venceu o Conservador Alfredo d'Escagnolle Taunay, no 1º Distrito; e no segundo, Mafra, venceu o Dr. Tomaz Argemiro Ferreira Chaves, ficando a representação da 19ª legislatura inteiramente liberal. CABRAL, O.R. História de Santa Catarina. RJ, Laudes S/A, 1970, p.174

(15) "Folha Livre" (Joinville), 23-1-1887

totalmente Conservadora.

Ainda em 1886, Taunay foi escolhido Senador numa lista tríplice, quando os Conservadores já dominavam na política nacional, através do Gabinete Cotegeipe (16). Em consequência dessa preponderância política, o Conservador joinvilense Francisco Machado da Luz foi nomeado Agente do Correio, no lugar de Carlos Lange (17).

Em 1888 os liberais voltam ao poder estadual, inclusive Abdon Baptista, e Cabral afirma que teria sido uma "desforra do domínio Conservador entre 1886 e 1888 conquistado através de depurações que suscitaram grandes discussões mas que deram à situação o domínio legislativo" (18) ... Os Liberais agirão da mesma forma em 1888, anulando vários diplomas e depurando vários Conservadores.

Os fatos políticos da década de 80 contribuíram, pois, para o desenvolvimento da vida político-partidária da Região de Joinville. Remoções e demissões de cargos públicos passam a ocorrer com mais frequência e a liderança local se faz cada vez mais necessária, criando um espaço político que será ocupado por aquele que já trilha, também, na liderança econômica: Abdon Baptista.

(16) CABRAL, Oswaldo R. História de Santa Catarina. RJ. Laudes S/A, 1970, p.174.

(17) FICKER, Carlos. São Bento do Sul, Subsídios para sua História. Joinville, Ipiranga, 1973. p.257.

(18) CABRAL, Oswaldo R. Op.cit. pp.174 e 175.

CAPÍTULO II

ATUAÇÃO DE ABDON BAPTISTA DURANTE A REPÚBLICA

(1889 - 1898)

2.1 O IDEAL REPUBLICANO EM JOINVILLE - ABDON BAPTISTA:
MONARQUISTA OU REPUBLICANO?

O ideal republicano sempre esteve presente na História do Brasil, através dos seus diversos movimentos de rebeldia. Contudo, a História demonstra, como afirma Nelson Werneck Sodré, "o contraste que existe entre a política das idéias e a política dos fatos" (1).

O ideal republicano, defendido por pessoas mais esclarecidas de camada média da população, debatia-se para vingar. Em Santa Catarina o caso não era diferente. Mais propriamente a partir de 1885 é que aparece, no Desterro, o primeiro jornal republicano, "A Voz do Povo", bem como o primeiro Clube Republicano. "A Voz do Povo", deixaria de circular naquele mesmo ano e poderíamos afirmar que o movimento em Santa Catarina foi, por assim dizer, débil (2).

Entretanto, a idéia não morre, a propaganda continua e, em 1887, surgem os clubes republicanos de Camboriú, Joinville, São Francisco, São Bento, Porto Belo, São João Batista.

(1) SODRÉ, Nelson Werneck, FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL, RJ. Ed. Civilização Brasileira S/A, 1979, p.291.

(2) A este respeito assim se expressa Jali Meirinho: "A propaganda republicana (...) frutificava lentamente; amornada pelos que, em funções públicas, temiam expô-se abertamente; mais afoita, por parte dos que recebiam orientação, desde o Rio de Janeiro, de Esteves Júnior, e que organizaram clubes, editaram jornais e mesmo peregrinaram pelo interior (...) MEIRINHO, Jali. A República em Santa Catarina - de 1889 a 1900. Florianópolis, Ed. da UFSC, Editora Lunardelli, 1982, p 34.

Joinville contou com o incentivo do grande entusiasta de causa republicana, Manoel Corrêa de Freitas, que não só organizou o Clube nesta cidade, como em outros locais.

O primeiro Presidente do Clube Republicano de Joinville foi Victorino de Souza Bacellar e seus maiores colaboradores foram Ernesto Canac e Ignácio Bastos (3).

Também a imprensa joinvilense manifestar-se-á na propaganda republicana. Em 23 de janeiro de 1887 saía o primeiro número do "Folha Livre", impresso na Tipografia de C.W. BOEHM. Um dos seus principais redatores foi Manoel Corrêa de Freitas. Em 1889 aparecia o "Sul", dirigido por João Evangelista Leal, que na sua edição de 11 de agosto, revelava seu programa cuja diretriz era combater "pelos puros princípios republicanos, sem ódio, sem paixões, sem interesses, senão aos que decorrem da integridade da Pátria, hoje ameaçada pela centralização Monarchica".

Em São Francisco do Sul, o Clube Republicano teve por fundadores Eleutério Tavares e Luiz Antonio Ferreira Gualberto.

São Bento do Sul contou com a participação de pessoas de influência local, tais como João Filgueiras de Camargo, Ernesto Wollf, Francisco Bueno Franco, Mário Lobo, Líbero Guimarães, João Eugênio Moreira, Luiz Brockmann, o que contribuiu para que o Partido Republicano elegeisse, em 1889, o

(3) Entre outros membros do Clube podemos citar: Adriano Schoondermark, Alexandre Justino Regis, Jean Bauer, Henrique Jordan, Otto Boehm, Capitão João Evangelista Leal, Adolfo Goelbke, Bernhard Bemba, Pedro Torrens, Carlos Reu, Aristides Barros. Compunham o Clube de São Bento do Sul: Líbero Guimarães, Mário e Octavio Lobo, Filgueiras de Camargo, Alberto Malschitzky, Luiz Brockmann, Guedes, Pedro Pereira, os dois Kamienski, Francisco Maximiano, João Ribeiro de Abreu, Phillip Maria Wolff. Petrônus. A República em Joinville. In: Commercio de Joinville, 18-11-1905.

Conselho Municipal de Vila São Bento, apesar da fragilidade do Partido no âmbito estadual (4).

A época era de grande transformação social, econômica e, conseqüentemente política, na vida brasileira. Surge o antagonismo entre os produtores agrícolas, provocado pelo choque entre os setores mais progressistas - que tentavam relações capitalistas de produção, eliminando o trabalho escravo - e os setores conservadores que gravitavam em torno da Monarquia e por ela eram apoiados.

Os latifundiários progressistas uniram seus ideais aos da classe média, qual seja o da participação política, colhendo as idéias mais avançadas, a abolição, reforma eleitoral, federação, culminando com a República.

O exército, embora dividido nas suas posições políticas, contou com elementos de sólidas convicções republicanas, principalmente em função da infiltração do pensamento positivista. Além disso, depois da guerra do Paraguai, tomava consistência a idéia de que aos militares cabia a salvação da pátria. Por outro lado, os oficiais, na maioria de patentes inferiores, identificavam-se, também, como a classe média, o que nos parece ter sido fator de adesão do exército ao movimento republicano.

Assim, funcionários públicos, comerciantes, militares, bem como outras categorias da classe média, somada aos latifundiários progressistas, passam a constituir a ala que defenderá entusiasticamente o ideal republicano.

(4) Existiam em Santa Catarina, pelos fins de 1888, quinze Clubes Republicanos, elevando-se a vinte e quatro, em fins do ano seguinte. O rol dos seus associados, porém, era reduzido. Em meados de 1887 o clube republicano do Desterro compunha-se de 12, o de São Francisco de 15, o de Joinville de 20 membros. PEREIRA, Carlos da C. A Revolução Federalista de 1893 em Santa Catarina. Ed. Governo do Estado de Santa Catarina, 1976, p. 32.

A propaganda seduzia poderosamente e os jornais da época nos dão uma idéia dos seus efeitos em Joinville. Alexandre Justino Regis, militante do Partido Liberal, por exemplo, aderiu à causa republicana e, no "Folha Livre" de 3 de abril de 1887, fazia a seguinte declaração:

"Conscio de que nunca os partidos monarchicos, sob qualquer denominação, farão felicidade do paiz e que os dous partidos mais fortes que tem gerido a alta administração tem falceado o seu programa e dolosamente angariado votos para terem o poder, que só lhes dá o Rei quando quer: por esses motivos declaro que desde a última eleição senatorial por essa provincia pertengo ao partido republicano.

Relevem os ex-correligionários liberaes a minha ausência de suas fileiras, por isso que, conscientemente, não posso continuar a pertencer a esse partido, e agradeço-lhes a distinção com que sempre fui tratado por aquelles ex-correligionários".

Joinville, 10 de março de 1887

Alexandre Justino Regis.

Abdon Baptista, líder liberal, também não ficou imune à propaganda, de acordo com o que depreendemos da leitura de um artigo no "Comércio de Joinville" que afirmava: "O Dr. Abdon Baptista chegou a dizer a Líbero Guimarães que se dous ou três correligionários seus amigos o acompanhassem elle declarar-se-hia também republicano (5)".

É evidente que para Abdon Baptista o posicionamento republicano tornava-se bastante embaraçoso. Chegara em São Francisco do Sul em 1880 e logo assumira a liderança do Partido Liberal. Como líder, enfrentou o Conservador d'Escragnolle Taunay com tenacidade e persistência do verdadeiro político.

(5) Petronius. A República em Joinville. In: Comércio de Joinville, 18-11-1905.

Em decorrência da sua luta, em 1884, foi eleito Deputado Provincial pelo Partido Liberal, e chegou a Vice-Presidente da Província, tendo exercido o mandato de Presidente, além de, em 1887 ter sido eleito Presidente da Câmara de São Francisco do Sul. Estes fatos atestam a posição que conquistara a duras penas, o que nos leva a crer que, embora o ideal republicano o tivesse tentado, Abdon Baptista, como político astuto que era, sentiu que naquele momento não podia deixar o Partido Monarquista a que pertencia e deitar por terra todo o seu esforço em busca do poder.

Deixou a causa republicana a cargo daqueles que não tinham maiores comprometimentos políticos. E, quando a República instalou-se no país, pacificamente aderiu ao novo regime, confessando-se, em discurso, sectário de idéias avançadas(6). Daí concluímos que Abdon Baptista só se mantinha num Partido Monarquista porque este lhe proporcionava o poder que o Partido Republicano, politicamente inexpressivo, não lhe poderia proporcionar.

(6) "Sul", (Joinville), 1-12-1889.

2.2. A IMPLANTAÇÃO DO NOVO REGIME EM JOINVILLE: ABDON BAPTISTA ADERE AO PARTIDO REPUBLICANO

As mudanças ocorridas na estrutura econômica e social do país levaram uma parcela da nação a se converter às idéias republicanas e outras a aceitar com indiferença a queda da monarquia. Portanto, podemos afirmar que, sem estas mudanças, o Partido Republicano, apesar da propaganda, dificilmente teria conseguido atingir seus objetivos (7).

Dir-se-ia que o novo regime foi mais uma transformação de cúpula, como resultado de uma aliança entre a burguesia nascente e uma parte da aristocracia rural progressista, que encontrariam no exército o seu instrumento para o golpe de 15 de Novembro.

O país é tomado de surpresa. Em Santa Catarina, conforme Meirinho, as primeiras notícias da Proclamação da República vêm de forma indireta, através de um telegrama endereçado aos escritórios da firma Hoepcke, no Desterro, cujo conteúdo era o seguinte: "No government-no change" - Sem Governo-sem câmbio". Diz, ainda, o mesmo autor, que somente mais tarde o Presidente Oliveira Belo, já com informações concretas sobre a queda do trono e do Gabinete, convocou os principais chefes liberais para analisar a situação que se tornaria irreversível (8).

Em Joinville, já no dia 15, era realizada uma sessão magna, na residência de Ernesto Canac, onde se uniram os membros do Diretório do Partido Republicano da cidade e

(7) COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República, Momentos Decisivos. S.P., Ed. Ciências Humanas Ltda, 1979 p.300.

(8) MEIRINHO, Jali. Op.cit.p.35

muitas pessoas simpatizantes da causa, a fim de festejarem o evento. Nesta mesma sessão, depois de calorosos vivas ao povo brasileiro, ao Exército e à Armada, ao Governo Provisório e ao dia Quinze de Novembro, o Diretório deliberou registrar em ata espeical, no meio de fremen-tes e delirantes vivas, os nomes dos "Invictos libertadores de nossa Pátria", General Manoel Deodoro da Fonseca, Quintino Bocayuva e Benjamin Constant (9).

Mais tarde, em 1905, um artigo intitulado "a República em Joinville" assinado por "Petronius" (10), assim descrevia os acontecimentos em Joinville:

"No dia 15, Ignácio Bastos, indo trabalhar no aparelho telegráfico para a estação de Morretes, às 6 horas da tarde, um collega lhe deu a boa nova, e como elle não quizesse acreditar, mandou o collega que elle fosse lendo a tira pois que ia passar para o Sul uma communicação do novo Governo republicano. Com effeito! Era um telegrama official assignado por Quintino Bocayuva communicando a Proclamação da República e a formação de um governo provisório constituído dele, de Deodoro e Benjamin Constant. Ignácio Bastos foi dali procurar Victorino Bacellar, que soube estar no escriptório de Canac, que então era na casa da rua do Príncipe esquina da Rua Cachoeira, e onde actualmente mora o Sr. Paulo Schoof. Pela alteração physionomica de Bastos, conhecera logo os dous amigos que alguma coisa de importante se passava, mas nunca lhes passou na mente que fosse a boa nova que elle lhes annunciava. Entre os tres repetiram-se frenéticos abraços e combinaram:

(9) Ata Especial da Sessão Magna no dia 15 de Novembro de 1889, assinada pelo Presidente do Diretório Victorino de Souza Bacellar; Vice-Presidente João Bauer; Premeiro Secretári João Evangelista Leal; 2º Secretário Augusto Carlos da Silva Costa; Tesoureiro Libero Guimarães. Publicada no jornal "Sul" (Joinville) 25-11-1889.

(10) "Comércio de Joinville", nº 29, 18-11-1905.

ir Bastos prevenir Leal, Boehm e Bemba; Canac prevenia Jordan, que devia mandar carro buscar João Bauer em sua casa em Bom Jesus; mandaria comprar foguetes e fazel-os soltar em sua casa onde hoje é a Intendencia Municipal; V. Bacellar avisaria os outros amigos para as 7 estarem em casa de Canac onde todos celebrariam o auspicioso advento. Bacellar, feitos os avisos, foi à casa de Celestino e allí estava até depois das 7 horas, quando a notícia começou a circular de boca em boca.

Os republicanos, impacientes, por influência do Capitão Leal, queimaram os primeiros foguetes em frente ao hotel "Ipiranga", onde já havia muita gente reunida.

No mesmo instante rompeu a foguetada da casa de Canac.

Celestino perguntou a Bacellar:

"Que foguetes são estes"?

"A República do Brazil", respondeu.

Bacellar abraçando-o e communicando-lhe a nova para o que aliás havia ido a casa delle.

D'ahi a pouco a casa de Canac e toda a rua estava cheia de gente.

As adhesões começaram e nossa noite entre vivas a República esgotaram-se muitas garrafas de champagne e finos vinhos do Porto.

No outro dia, chegou de Itapocú Alexandre Regis.

Capitão Leal assumio o cargo de delegado de Polícia.

Os conservadores trataram de fazer a sua adhesão ao novo regime; Machado da Luz e Antonio Sinke, a carro andaram a convidal-os para se reunirem no salão em que hoje mora o Sr. Krause, e essa reunião deu-se no dia 17 sob a presidência do Tenente Coronel José Celestino".

São Bento, como forte reduto republicano, já no dia 18, depois de saudar a República, em sessão do Clube Republicano, tratava de estruturar a administração e o policiamento do município, de acordo com o novo regime. João Filgueiras

de Camargo, Presidente do Clube, propunha a eleição de uma comissão que se encarregasse do policiamento do município. Alegava que, ocorrida uma mudança no regime, tinha-se de dar como consequência imediata e lógica a deposição de todas as autoridades policiais e administrativas que serviam à monarquia, a fim de se garantir a ordem e a segurança pública. (11).

Do Rio de Janeiro, Manoel Correia de Freitas, enviava, no dia 17, o seguinte telegrama aos republicanos catarinenses: " Venho de palácio onde recebi autorização provisória. Aclamem imediatamente governo provizório estado Santa Catharina. Família imperial acaba embarcar Europa . Governo provizório não quer intervir na constituição dos Estados federados, conforme decreto hoje e procedimento outras províncias" (12).

No mesmo dia 17, chegava em Joinville telegrama do Desterro anunciando que o Clube Republicano, as Forças Militares e o povo acabavam de constituir o Governo Provisório. Conforme o telegrama, o novo governo, composto pelo Coronel Rego Barros, Alexandre Bayma e Raulino Horn, havia sido empossado pelo ex-Presidente Provincial, com adesão geral (13). De fato, no dia 18, a Câmara Municipal do Desterro formada por liberais e presidida por Eliseu Guilherme, em sessão extraordinária, aderiu ao novo regime (14).

(11) Ata Especial da sessão de 18 de novembro de 1889, do Clube Republicano Federativo de São Bento, publicada no jornal "Sul" (Joinville), 25-11-1889.

(12) "Sul" (Joinville), 25-11-1889

(13) Arquivo Histórico Municipal de Joinville. Coleção - FICKER, CARLOS.

(14) MEIRINHO, Jali. Op. cit. p.38

Também no dia 18, reuniu-se a Câmara Municipal de Joinville em sessão extraordinária. Por unanimidade de votos resolveu aderir ao Governo Provisório (15).

Em dezembro, no dia 21, Victorino de Souza Bacellar, então Presidente do Partido Republicano de Joinville solicitava a exoneração do seu cargo fundamentando seu pedido no fato de ter que transferir sua residência para outro município. Aceito o pedido, Ernesto Canac foi eleito para assumir o cargo (16), o que lhe deu o ensejo de receber, no dia 23, o Governador do Estado, Dr. Lauro Müller, na qualidade de Presidente do Partido Republicano.

Recém nomeado, Lauro Müller decidira viajar pelo Norte do Estado com o objetivo de desfazer "as desconfianças e as dúvidas que ainda pairavam em alguns descrentes(...), firmar a confiança nas atuais instituições e confraternizar-se com os líderes republicanos locais" (17).

O periódico republicano "Sul", de Joinville, em 30 de dezembro, comentava a visita do Governador e sua comitiva. Conforme o "Sul", uma comissão nomeada pelo Partido Republicano foi incumbida de recebê-lo em São Francisco do Sul e acompanhá-lo até o porto de Joinville. Aí hospedou-se na residência de Ernesto Canac. Foi recebido pelo Diretório do Partido Republicano, pela Câmara Municipal, funcionários públicos e "grande número de cavalheiros da melhor sociedade joinvilense". Foi visitado, também, pelo conservador Frederico Bruestlein, Presidente da Câmara Municipal. De volta a São Francisco, de onde deveria seguir para Itajaí,

(15) "Sul" (Joinville), 25-11-1889

(16) "Sul" (Joinville), 23-12-1889

(17) PEREIRA, Carlos da Costa. A REvolução Federalista de 1893 em Santa Catarina. Governo do Estado de Santa Catarina, 1976, p.42.

foi recebido pelo Dr. Luiz Gualberto, Isidoro Levec, outros membros do Partido Republicano e funcionários públicos(18).

Gravitavam em torno do Governador tanto os republicanos históricos como os ex-conservadores que, como observa Meirinho (19), se encontravam na "Planície" quando fora proclamada a República.

A 7 de janeiro de 1890, cumprindo decretos federais, o Governador baixou uma Resolução dissolvendo as Câmaras Municipais e criando Conselhos constituídos por Intendentes Municipais. Em Joinville, a dissolução da Câmara deu-se no dia 15, quando foi demitido da Presidência o Senhor Frederico Brustlein. Neste mesmo dia foram nomeados os membros do Conselho (20) e Ernesto Canac foi escolhido para presidí-lo (21), iniciando a vida republicana em Joinville.

Jali Meirinho descreve com muita clareza o clima político dos tempos imediatamente posteriores ao advento da República:

"Sem constrangimentos os antigos monarquistas deixaram claro não haver de sua parte qualquer incompatibilidade com a nova ordem instaurada. Os republicanos

(18) "Sul" (Joinville) 30-12-1889.

(19) MEIRINHO, Jali. Op. cit.p.40

(20) Constituiam o Conselho: Frederico Bruestlein, Fernando Rogner, Carlos Kumlehn, Joao Eugênio Moreira Filho, Victorino de Souza Bacellar, Henrique Jordan e Ernesto Canac.

(21) PEREIRA, Carlos da Costa. Op. cit.p.44

formavam um grupo minoritário que, aos olhos de conservadores e liberais neste primeiro momento, não estaria em condições de assumir o comando político daqueles que se revezavam no poder. Os conservadores, longe do poder, com o 15 de Novembro ficaram esperançados de uma volta. Os liberais, surpreendidos pelo golpe, apressaram-se a agir para manter as posições "(22).

A mudança do regime alterou apenas temporariamente a vida política de Abdon Baptista, como demonstraremos mais adiante.

Como liberal, ficou em posição desconfortável, pois o advento da República o surpreendeu em pleno fastígio do poder, nas funções de Deputado Provincial e Vice-Presidente da Província, tendo exercido o mandato de Presidente entre 26 de junho a 19 de julho de 1889.

Não restava a Abdon Baptista, portanto, senão aderir à República. Como Presidente da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 17 de novembro, em cerimônia no Palácio do Governo, proferiu discurso entregando o governo aos republicanos (23). No dia 30 do mesmo mês, em Joinville, convocava os eleitores do antigo Partido Liberal, para reunirem-se no salão Beyerstedt, quando lhes expôs sua posição política diante da República. Confessou-se sectário das idéias adiantadas, aderiu francamente à República e ao Diretório Republicano. Ele e todos os outros cidadãos presentes assinaram suas adesões no livro que o Diretório Republicano mandou colocar na Câmara Municipal (24).

(22) MEIRINHO, Jali. Op. cit. p. 38

(23) CABRAL, Oswaldo R. História de Santa Catarina. R. J. Laudes, 1970, p. 249

(24) "Sul" (Joinville), 19-12-1889

Na verdade, as convicções ideológicas nunca foram arraigadas durante o Império. A República será pacificamente aceita pelos monarquistas, que passam a lutar por uma posição de mando no novo regime.

2.3. OPOSIÇÃO A LAURO MULLER: GÊNESE DO PARTIDO FEDERALISTA.

A dissolução das Câmaras Municipais, constituídas, na maioria, por liberais, mais a criação das Intendências Municipais com lideranças sempre que possível dos republicanos, naturalmente gerou descontentamento. É de se concluir que os liberais deveriam estar sentindo que de nada valera a sua adesão à República, além de certo mal estar em se unirem a políticos que, em virtude do estabelecimento de um novo regime, alijaram do poder o seu partido.

Carlos da Costa Pereira (25) é de opinião que a excursão de Lauro Müller ao Norte do Estado fora um teste: ele recebera homenagens única e exclusivamente de republicanos históricos e de antigos conservadores. De fato, em Joinville foi recebido por Ernesto Canac, Ignácio Bastos, Victorino de Souza Bacellar e outros republicanos históricos e pelos ex-conservadores, representados na pessoa do Sr. Frederico Bruestlein. O Liberal Abdon Baptista, apesar da sua adesão à República, não compareceu às recepções. Sua posição refletiu a de todos os Liberais que, tendo aderido ao novo regime na certeza de que receberiam boa fatia na distribuição do poder, na verdade foram colocados à margem.

As primeiras divergências surgirão quando o Clube Republicano "Esteves Júnior", da Capital, se reúne para organizar a chapa dos candidatos a senadores e Deputados Federais

(25) PEREIRA, Carlos da Costa. Op.Cit.p.46

para as eleições de 15 de setembro de 1890. Alguns achavam que se deveria adotar uma chapa mista, da qual fiz^{es}sem parte pelo menos dois cidadãos dos antigos partidos que expressamente se haviam declarado republicanos. Os re^{publicanos} históricos não concordaram, tendo Lauro Müller comandado a rejeição da proposta, o que lhe angariou, daí em diante, severas críticas da oposição. Esta, alegando ser dever de todos concorrerem às urnas, votando em candidatos à altura das circunstâncias e sem o exclusivismo que alguns queriam (26), referindo-se aos históricos, resolveram formar uma coligação que foi denominada "União Nacional".

Em Julho de 1890 começaram a ser publicadas pela seção livre do "Jornal do Comércio" as diferentes chapas (27) eleitorais. Pela chapa oficial eram candidatos para o cargo de Senador Antônio Justiniano Esteves Júnior, Raulino Horn e Luis Delfino; para Deputado Federal, Lauro Müller, Capitão Carlos Augusto de Campos, José Cândido de Lacerda Coutinho e Felipe Schmidt.

Por outro lado, publicava-se, também, a chapa do Partido Nacional, mista, que alegava serem todos os candidatos filhos deste Estado, sendo a chapa composta de um neutro, dois ex-conservadores, dois republicanos históricos e dois ex-liberais. Os dois republicanos eram Lauro Müller e Esteves Júnior, ambos candidatos a Senador. Entendia o Partido Nacional ser esta a verdadeira união. Entretanto, venceu a chapa oficial.

(26) *Ideu, Ibidem*, p.48

(27) Ao todo, concorriam oito chapas, organizadas por diferentes grupos de interesse, o que levaria Costa Pereira a afirmar não ser por falta de candidatos que deixaria de haver eleições em Santa Catarina. A relação das chapas e respectivos candidatos encontra-se nas páginas 50 e 51 da obra já citada do referido autor.

Eleito Deputado, Lauro Müller passou o governo ao 1º Vice-Governador, Raulino Horn, e embarcou para o Rio de Janeiro. Porém, Raulino Horn havia sido eleito Senador. O Governo do Estado passou, então, ao 2º Vice-Governador, Gustavo Richard. A situação legalizou-se quando, em janeiro de 1891, Lauro Müller foi exonerado, a pedido, do cargo de Governador e Gustavo Richard foi nomeado para substituí-lo.

Este fato foi comentado pela "Tribuna Popular", porta-voz da oposição, que dizia ser "caso de congratulações se houvesse exoneração de fato. Tal não acontecera, porém: ele, através do seu "alter ego", Gustavo Richard, continuaria governando o Estado, disfarçadamente e isento de responsabilidade (28).

A oposição, composta na maiorira por liberais descontentes, resolveu, então, organizar-se contra os republicanos históricos e ex-conservadores. Para isso, resolveram unir-se definitivamente, fundando, às vésperas das eleições de março de 1891, o Partido "União Federalista". Estava deflagrada a oposição a Lauro Müller.

2.4. ASCENSÃO DO PARTIDO FEDERALISTA: O RETORNO DE ABDON BAPTISTA AO PODER

Com a fundação do Partido "União Federalista", oficializava-se a oposição aos republicanos. Esta far-se-á presente já nas eleições para a primeira Assembléia Constituinte do Estado.

O novo partido, além dos candidatos da Capital, Laguna, Lages e de Itajá, lançou, como representantes do

(28) PEREIRA, Carlos da Costa op.cit.p.55

Norte catarinense, os nomes de Alexandre Ernesto de Oliveira, João Evangelista Leal e João Bauer (29).

Pelo Partido Republicano concorreram, também pelo Norte Catarinense, João Paulo Schmalz, Ernesto Canac, Joaquim Antonio S.Thiago e Mário de Souza Lobo (30).

A 8 de março de 1891 realizaram-se as eleições. Venceram os republicanos por grande margem de votos em todos os municípios, exceto em São Francisco, o que revela a efetiva liderança de Abdon Baptista. Este, como ex-liberal, alinhara-se com os Federalistas, embora por essa época estivesse afastado do poder (31).

A 11 de junho foi promulgada a primeira Constituição de Santa Catarina. Neste mesmo dia instalou-se o Congresso Representativo que elegeu o Governador e o Vice-Governador do Estado. Lauro Müller e Gustavo Richard foram eleitos Governador e Vice, respectivamente, por unanimidade de votos (32). Indubitavelmente, o poder estava com os republicanos. Lauro Müller, que desempenhava o mandato de Deputado Federal, passou o Governo a Gustavo Richard e, em outubro, reassumiu os trabalhos no legislativo.

Em 3 de novembro, Deodoro fecha o Congresso, gerando a crise que o levaria à renúncia, no dia 23 de novembro de 1891.

(29) IDEM, Ibidem, p.56

(30) IDEM, Ibidem, p.56

(31) É oportuno registrar que Ernesto Canac, embora em facção política oposta à Abdon Baptista, a este se associara na Companhia Industrial, em 1890, o que nos leva a crer que, mesmo com o afastamento temporário de Abdon Baptista da liderança política que vinha exercendo, a Companhia Industrial dá início a sua trajetória de poderosa empresa, com respaldo político a este tempo garantido por Canac.

(32) MEIRINHO, Jali op.cit. p.47

Em Santa Catarina o clima ficará muito conturbado, principalmente porque, embora Lauro Müller, como parlamentar, não concordasse com o gesto ditatorial de Deodoro, negando-lhe apoio, a mesma atitude não terá Gustavo Richard. Este, como Vice-Governador em exercício, manifestara sua solidariedade a Deodoro. Tal fato confundiu a opinião pública e a oposição passou a ver em Lauro Müller um simpatizante de Deodoro, incompatibilizando-o com o futuro governo de Floriano (33).

Para a oposição foi muito oportuna a renúncia de Deodoro, pois esta tornaria insustentável a posição de Lauro Müller no governo do Estado (34). Embora este não o tivesse apoiado na dissolução do Congresso, por ele houvera sido nomeado. Estava aí a oportunidade dos federalistas galgarem o poder. De fato, aproveitaram muito bem a situação, já que, ao que tudo indica, Floriano não dava apoio necessário a Lauro Müller, sobrevindo daí uma crise política.

Em 28 de dezembro, Lauro Müller resolveu deixar o cargo, porém sem renunciar, entregando o governo ao Comandante da Força Estadual, Major Firmino Lopes Rego, seu correligionário. É oportuno esclarecer que, em função da situação, Gustavo Richard, Vice-Governador, se negara a assumir o governo. Este fato será alvo de acirradas críticas por parte da oposição.

No dia 29, uma Junta Governativa tomava o poder. No dia seguinte, baixava Decreto dissolvendo o Congresso Representativo do Estado e convocando para 22 de julho de 1892 novo Congresso. Em outro ato Lauro Müller era destituído do cargo de Governador, bem como seus substitutos

(33) IDEM, Ibidem, p.48

(34) Com a dissolução do Congresso, Lauro Müller reassumira o Governo do Estado.

legais (35). Consumava-se, assim, a derrota dos republicanos.

Outro Decreto da Junta anulou todas as eleições municipais e de Juizes de Paz ocorridas a 30 de agosto de 1891. Em decorrência deste ato, caíram do poder, em Joinville, o Superintendente e o Vice, Eugenio Schmidt e João Paulo Schmalz, respectivamente. Caíram também, os Juizes de Paz João Bauer e Procópio Gomes d'Oliveira (36).

A Junta Governativa recebeu o apoio dos federalistas de vários municípios. De Joinville, o apoio à Junta era encabezado por Abdon Baptista (37), o que lhe proporcionou o retorno ao poder em janeiro de 1892, com sua nomeação para o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Joinville.

Em 5 de janeiro, o "Jornal do Comércio" atestava o apoio do Norte Catarinense à Junta, com a publicação do trecho de uma carta recebida de Joinville, informando que no "Norte" tudo estava correndo bem, inclusive com todo o apoio de São Bento, cujo auxílio os federalistas joinvilenses achavam de grande valia, principalmente se houvesse necessidade de gente armada. Informava, também, que a Intendência de Joinville, que fora empossada no dia 1º, estava de perfeito acôrdo com a "Revolução".

(35) "Jornal do Comércio", (Florianópolis) 3-1-1892 e 5-1-1892

(36) FICKER, Carlos. op.cit.p.336/337

(37) Compunham a ala Federalista do Norte Catarinense: de Joinville: Dr. Abdon Baptista, Henrique Walter, Antonio José Ribeiro, João Schroeder, João Colin, Henrique Hansch e Eugenio Schmidt; do Paratí: Cipriano José Correia, João Pereira da Costa Lima, Marcelino A. de Souza, José Joaquim da Silveira, José de Souza das Mercês, João A. Gomes, A. Ambrósio Gazino e João Pedro de Amorim Cardoso; de São Francisco: Sebastião Alves Camacho, Alexandre Ernesto de Oliveira e Eleutério Tavares; de São Bento: João Filgueiras de Camargo, Agostinho Ribeiro da Silva, Amandós Jürgensen, Inácio Fischer, Paulo Timóteo Wielenzki e Francisco José Ribeiro. PEREIRA, Carlos da C. op.cit.p.127.

Convém registrar aqui, a rivalidade política entre Ernesto Canac e Abdon Baptista, à revelia da sua sociedade na Companhia Industrial. Em 3 de janeiro, o jornal "República", órgão republicano de Desterro, publicava o seguinte telegrama:

Joinville, 30 - Dr.Lauro Müller - Collegas
intendencia eleita adoram solnascente! Canac

Por outro lado, o "Jornal do Commércio", órgão ferrelista do Desterro, publicava, também, este telgrama:

Joinville, 6
"República dia 3 publicou este telegrama
d'aqui:
Collegas Intendência adoram sol nascente.
Canac.
Como um dos intendentes eleitos por este município, exijo que o Sr. Canac explique seu telegrama, visto conter-se ahí uma injúria ao meu caráter, que prezo muito e que não consinto fique à mercê de quem quer que seja

Dr. Abdon Baptista"

Na impossibilidade de interpretarmos com exatidão o que Canac pretendia dizer com este telegrama, no entanto ficou clara a irritação de Abdon Batista.

Por outro lado, em São Bento, era nomeado Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Francisco José Ribeiro, ervateiro, genro de João Gomes d'Oliveira, tronco familiar da "oligarquia do mate".

Diante destes fatos, é oportuno registrar o respaldo político que nunca faltará à Companhia Industrial: caiu Canac, líder republicano, ex-Presidente da Intendência e um dos Diretores de Companhia Industrial -

(38); subiram: Abdon Baptista, federalista e também um dos Diretores da Companhia, para liderar a política em Joinville, e Francisco José Ribeiro, também sócio da Companhia, para liderar a política em São Bento.

O processo de consolidação do poder ao Partido Federalista tem seqüência quando Lauro Müller, não conseguindo o apoio federal para a sua recondução ao governo, pelo menos conseguiu que o Governo Federal substituísse a Junta Governativa por outro Militar para assumir o governo de Santa Catarina: o Tenente Manoel Joaquim machado, ex-colega de Lauro Müller, e do qual se esperava que se alinhasse com os republicanos. Assumindo o Governo em 1º de março de 1892, tal fato, porém, não ocorreu na medida em que seu comportamento se identificava com as correntes oposicionistas (39). Não demorou para que o Governador se envolvesse totalmente com o grupo que havia pressionado Lauro a renunciar (40).

Diante desta situação, os republicanos não podiam deixar de ressentir-se com a atitude de Floriano, que no seu entender, ao invés de os socorrer dos desmandos da Junta Governativa, enviara, para governar o Estado, uma pessoa que declaradamente militava junto aos federalistas (41). O resultado foi que "os lauristas", como eram chamados pelos adversários os adeptos de Lauro Müller, passaram a fazer oposição a Floriano.

(38) Sobre concessões recebidas pela Companhia Industrial recomendo consultar a dissertação de mestrado professor Rufino Porfírio de Almeida, "Um aspecto da economia de Santa Catarina - A Indústria Ervateira: O Estudo da Companhia Industrial, Fpolis, UFSC.

(39) MEIRINHO, Jali. Op. cit. p.53

(40) Sobre esta posição contraditória do Tenente Machado, comenta Jali Meirinho: "A julgar pelo fato antecedente de que Floriano não dera qualquer cobertura a Lauro Müller, a ponto de levá-lo à renúncia, a atitude de Machado tinha lógica. Não iria aliar-se aos que não estavam nas boas graças do General". Idem, Ibidem, p.53.

(41) Sobre este assunto recomendo consultar Carlos da Costa Pereira, op.cit.83 a 86.

(172)
 Em abril consolida-se o acesso dos federalistas ao poder. Nas eleições do dia 24, para Deputados ao Congresso do Estado, foram eleitos todos os candidatos do Partido Federalista, entre os quais Abdon Baptista (42).

Considerando estas eleições uma farsa, os republicanos reagaram a abstenção não só do voto como também de comentários pela imprensa. No período anterior às eleições, seu jornal "República", no Desterro, não registra em suas páginas, comentário algum sobre os próximos acontecimentos políticos (43).

Um dia após as eleições, tendo o "República e outro órgão republicano, "Gazeta do Sul", acendido luminárias na frente dos seus estabelecimentos, em celebração à abstenção do voto, houve uma manifestação de populares e provavelmente dos líderes do Partido Federalista. Em consequência, os dois jornais fizeram circular um boletim no qual declaravam que, em vista dos acontecimentos da noite de 25, julgavam-se sem garantias para cumprir sua missão, motivo pelo qual resolveram suspender a publicação, até que fossem restauradas (44).

Com o silêncio dos republicanos, estava garantido o poder dos federalistas.

Em 14 de junho reabria-se o Congresso sob a Presidência interina do Deputado eleito Elyseu Guilherme. Após a leitura de mensagem do Governador Tenente Machado, Elyseu Guilherme anunciou a eleição da Mesa. Antes, porém, o Deputado Abdon Baptista pediu a palavra e apresentou uma indicação, que foi unanimemente aprovada, para que se elegeisse um governador e um vice, provisórios, após a eleição da mesa. Assim, nesta primeira sessão, o Tenente

(42) "Jornal do Comércio" (Florianópolis), 28-5-1892.

(43) "República", (Florianópolis), março e abril de 1892.

(44) "Jornal do Comércio" (Florianópolis), 28-4-1892.

Machado é reconduzido ao governo do Estado. Elyseu Guilherme foi eleito Vice-Governador. Ainda, neste mesmo dia, Abdon Baptista novamente pediu a palavra e, em frases eloqüentes, justificou a seguinte moção que foi, também, aprovada por unanimidade:

"O Congresso Constituinte do Estado de Santa Catharina, instalado hoje, resolveu assegurar pleno apoio ao benemérito Presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, e faz votos para que S.Ex. continue desempenhando a patriótica missão de manter a integridade e desenvolver o progresso da nação sob o influxo do atual regime político" (45).

Volta, pois, Abdon Baptista ao poder, acumulando dois cargos políticos: o de Presidente da Câmara Municipal de Joinville (atual Prefeito) e o de Deputado Estadual.

O fato é que, em 1892, tanto o Partido Republicano como o Federalista eram ambos republicanos, dizendo-se propugnadores das instituições democráticas. A diferença era que os republicanos queriam a reposição dos poderes que lhes tinham sido últimamente retirados pela "Revolução" triunfante; o Federalista respeitava e defendia os resultados desta revolução.

(45) "Jornal do Comércio", (Florianópolis), 14-6-1892.

2.5. A REVOLUÇÃO FEDERALISTA - ATUAÇÃO DE ABDON BAPTISTA EM JOINVILLE

2.5.1 - Antecedentes

Ao final do Império, Gaspar Silveira Martins liderava o Partido Liberal no Rio Grande do Sul. De todos os chefes monarquistas era o que de mais prestígio gozava nos meios políticos daquele Estado e audacioso bastante para tentar um levante contrarrevolucionário e restaurar a monarquia. Não é de estranhar, portanto, que fizesse oposição a Júlio de Castilhos, Republicano Histórico, e que passara a desfrutar de crescente prestígio com a campanha republicana no Rio Grande do Sul.

Castilhos chegou a fundar o jornal "A Federação", no qual combatia a monarquia e a política de Silveira Martins (46).

Após a proclamação da república, Castilhos tornou-se o verdadeiro mentor do Governo Federal, tendo sido eleito Governador do Rio Grande do Sul. Membro da Constituinte Federal, foi um dos que mais se bateu pela tese positivista da ultrafederalização, sendo contrariado, entretanto, pelos republicanos liberais. Em contrapartida, procurou fazer da Constituição do Rio Grande do Sul o que não conseguira no âmbito federal. O resultado foi que, das Constituições Estaduais, a do Rio Grande do Sul foi a mais positivista (47). Esta, não foi do agrado dos seus opositores que pretendiam substituí-la por outra de modelo parlamentarista (48).

(46) COSTA, Cruz. Pequena História da República. R.J., ED. Civilização Brasileira S.A., 1968 p.75

(47) IDEM, *Ibidem*, p.75

(48) IDEM, *Ibidem*, p.76

No âmbito nacional, deparamos-nos com Deodoro, que se debatia entre forças heterogêneas. De um lado o latifúndio, tradicional, e de outro as novas forças que se impunham na vida política, econômica e social brasileira, a burguesia nascente. Tais divergências vão crescendo e o fosso entre os membros do governo se aprofunda cada vez mais.

Não conseguindo um ponto de equilíbrio entre as tradicionais e as novas forças, Deodoro optou pelas primeiras, provocando acirrada oposição por parte dos progressistas, camadas médias e burguesia. O resultado foi o golpe de 3 de novembro e sua posterior renúncia, no dia 23. Esta refletiu a vitória das camadas médias, representada na figura de Floriano sob cujo governo os setores radicais do republicanismo terão predominância.

Apesar do aplauso geral recebido inicialmente, a oposição ao governo de Floriano não tardou em se manifestar, principalmente porque, com a demissão dos Governadores dos Estados que haviam apoiado Deodoro, Floriano tentava enfraquecer as oligarquias regionais (49).

Outros fatores conjugam-se aos já citados e o ano de 1893 será, por isso mesmo, cheio de graves acontecimentos políticos. Cresce a oposição dos Estados que passarão a fazer frente ao poder central e a tomar medidas de maior alcance.

O Rio Grande do Sul será um dos principais focos de resistência ao governo de Floriano, e muito complexa a sua composição partidária. Castilhos, que se encontrava afastado do poder, deposto que fora, quando do golpe de Deodoro, receberá

(49) SANTOS, Joel R. dos. et alii. O Significado do Florianismo. In: História Nova do Brasil, Vol IV., S.P., Brasiliense S/A, 1964, p.137.

apoio de Floriano. Sentia, este, que entre tanta conturbação política que agitava o Rio Grande do sul, seria inevitável o encontro entre dois homens, símbolos de duas grandes correntes políticas opostas: Júlio de Castilhos, Republicano Histórico, e Gaspar da Silveira Martins, Chefe Liberal. Apoiando Castilhos, Floriano evitaria que o domínio do Rio Grande do Sul se consolidasse nas mãos de Silveira Martins que, para Floriano, representava ameaça à manutenção da República.

Para organizar a luta contra Castilhos e Floriano, surgiu, em março de 1892, em Bagé, o Partido Federalista (50), cuja chefia foi confiada a Silveira Martins.

Com as novas eleições para o Governo do Estado, Julio de Castilhos foi outra vez eleito. Após sua posse, em 25 de janeiro de 1893, a revolução não mais poderia ser evitada quando os Federalistas, sob o comando de Silveira Martins, se organizaram para depor o governo legal (51).

Por outro lado, na Marinha, seus mais expressivos representantes não aceitavam, de bom grado, o papel mais ou menos secundário a que foram reduzidos, em favor do exército, com o advento da República. Assim, desde os primeiros dias do Novo Regime, aprofunda-se a rivalidade entre as duas corporações das forças armadas. Em 6 de setembro de 1893, sob a liderança do Almirante Custódio de Mello, dava-se a Revolta da Armada, com a intenção de derrubar Floriano.

(50) Glauco Carneiro salienta que convém esclarecer, para melhor compreensão dos acontecimentos, que o qualificativo "federalista", dado ao novo Partido, não tinha o sentido político de "federativo", mas, ao contrário, propugnava pela maior predominância do poder federal sobre o estadual. Tinha pendores para o sistema unitário ou centralizador, em contraposição ao Partido Republicano que sustentava a Federação, com ampla autonomia dos estados. CARNEIRO, Glauco. História das Revoluções Brasileiras. Vol. I. R.J., Cruzeiro S.A., 1965, pp.77 e 78.

(51) CARNEIRO, Glauco. Op.cit. p.79

Conforme análise de Cruz Costa (52), supunha Custódio de Mello que apenas o seu pronunciamento surtiria o mesmo efeito que já uma vez tivera (53) quando da renúncia de Deodoro. Mas, com Floriano o jogo seria mais duro, pois contava, este, com o apoio da juventude e "o povo, que tão pouca significação possuía, apoiava-o, sentia que era um deles". A Marinha era a aristocracia, era ainda o Império.

Mais uma vez congregavam-se os republicanos em torno de Floriano e o Congresso apoia-o, e também os paulistas. E conclui Cruz Costa: "talvez por isso, quando Saldanha da Gama se ligou à Revolta, meses depois desta ter eclodido, ele já sabia que se ligava a uma causa perdida e que, talvez, a única possibilidade de êxito, embora remota, seria a ligação dos revoltosos da Guanabara com os federalistas do Rio Grande do Sul (54).

Os dois movimentos, conjugados, envolveriam os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

2.5.2 - A adesão de Santa Catarina

Nos últimos dias de 1891, Lauro Müller, republicano histórico, pressionado pelos federalistas catarinenses, renuncia ao Governo do Estado. A partir daí, a política em Santa Catarina toma rumos inesperados. Floriano, que nomeara o Tenente Manoel Joaquim Machado Delegado Federal, em Santa Catarina com o objetivo de evitar que os federalistas catarinenses dominassem o Estado, verá frustradas as suas pretensões. Isto porque o Tenente Machado, que assumira em 1º de março de 1892,

(52) COSTA, Cruz. Op.cit. pp.79 e 80

(53) Aqui o autor referê-se ao fato de que Custódio de Mello, em 23 de novembro de 1891, sublevara a esquadra, intimando Deodoro a renunciar e que, acreditava, seu gesto tivera sido o fator mais importante da renúncia de Deodoro. COSTA, Cruz. op. cit.p.78.

(54) COSTA, Cruz. Op.it.p.80.

deixara-se envolver pelos federalistas que compunham o Congresso Representativo do Estado. Estes o elegeram Governador.

Embora o Congresso, na sua primeira Sessão, tivesse assegurado inteiro apoio a Floriano (55), o Tenente Machado aos poucos distanciava-se do florianismo, através de atitude despóticas e atrabiliárias. "Por todos os meios o Governador coage, pressiona, amesquinha os republicanos catarinenses, mesmo porque o Vice-Governador, Elyseu Guilherme, estava ligado aos federalistas gaúchos" (56).

Em consequência desta política, ocorreu, em Blumenau, grave conflito entre republicanos e federalistas, resultando na prisão dos republicanos Hercílio Luz, Bonifácio Cunha, Santos Lostada e Francisco Margarida. Estes foram processados pelo Governo do Estado, porém impronunciados pelo Tribunal de Justiça. Tal fato levou o Tenente Machado a dissolver o Tribunal e criar outro de sua confiança. Protestando contra este ato do Governador, Abdon Baptista deixou seus mandatos de Deputado Estadual, Delegado de Higiene e Chefe do Distrito Escolar, permanecendo no cargo de Presidente da Câmara Municipal de Joinville (57).

A atitude de Abdon Baptista agradou a comunidade germânica de Joinville, pois o periódico alemão "Kolonie Zeitung", de 18 de abril de 1893, afirmava que ele fizera muito bem em conservar o cargo na Câmara, porque este lhe fora dado pela população para a administração do município. Dizia, ainda, o mesmo periódico que levar política para dentro da Câmara seria irresponsabilidade e que poderia trazer consequências desastrosas para a comunidade. E mais: "O

(55) Jornal do Comércio. (Florianópolis) 14-6-1892

(56) PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: sua história. Florianópolis, Editora da UFSC. 1983.

(57) Kolonie Zeitung (Joinville), 18-04-1893.

.mandato de Deputado é um cargo político e, como tal o Dr. Abdon podia protestar contra os desmandos do Tenente Machado. Finalmente, diz o "Kolonie Zeitung": deixando seu mandato de Deputado, o Dr. Abdon Baptista demonstrou que, para ele, em primeira linha estão a lei e o direito e, que para sustentar isto, passa por cima de todos os interesses do Partido. Ele serve de exemplo para todos os seus colegas e nenhum deles ainda o seguiu. Nem mesmo o Capitão Leal (....)". Considerando que o "Kolonie Zeitung" fazia certa oposição a Abdon Baptista, tais afirmativas são dignas de crédito.

Ao ter notícia da invasão do Rio Grande do Sul, em fevereiro de 1893, pelos federalistas, sob o comando de Gumercindo Saraiva e Vasco Martins, apressou-se o Tenente Machado em declarar-se solidário com Floriano, sendo seguido, no seu gesto, por todos os chefes federalistas e pelas Câmaras Municipais de vários municípios catarinenses (58).

Em Joinville, em abril, Abdon Baptista assinara um telegrama dirigido a Floriano e proposto pela Câmara, em que esta lamentava os acontecimentos que se desenrolavam no Rio Grande do Sul, assegurando-lhe todo o apoio para a sustentação da República, em favor da qual tudo se deveria sacrificar para que não se tivesse a Pátria retalhada e humilhada (59).

A 24 de abril, no entanto, o Tenente Machado, dominado pelos federalistas que o cercavam, rompeu oficialmente com Floriano, em 6 de maio de 1893 declarava-se abertamente a favor da Revolução Federalista (60).

(58) PEREIRA, Carlos da C.Op. cit.p.85

(59) Kolonie Zeitung (Joinville), 26-3-1893

(60) PEREIRA, Carlos da C.Op.Cit. pp.85 e 86

Abdon Baptista, embora tivesse rompido com o Tenente Machado em 1892, caminhará ao lado dos federalistas, aderindo à Revolução.

2.5.3 - Repercussão em Joinville - A atuação de Abdon Baptista

A Revolta da Armada, em 6 de setembro de 1893, no Rio de Janeiro contra Floriano, trará a Joinville as primeiras agitações revolucionárias.

Rumando para o Desterro, os navios revolucionários "Palas" e "República", em 22 de setembro entraram no porto de São Francisco, onde fizeram o desembarque de 50 praças que seguiram para Joinville, possivelmente com a missão de ocupar a estação telegráfica (61).

A expectativa era grande, pois não se sabia como os revolucionários se comportariam junto à população.

Como Presidente da Câmara, Abdon Baptista apelou para o Corpo de Bombeiros a fim de que este zelasse pela ordem e segurança, no que foi atendido. Ao mesmo tempo, entrava em contato com os oficiais revoltosos e os prevenia de que os joinvilenses estavam dispostos e preparados para defender suas vidas e propriedades, se houvesse excesso por parte dos revoltosos. Diante de tais advertências, limitaram-se a apoderar-se dos aparelhos telegráficos, partindo uma hora depois da sua chegada (62).

(61) *Idea*, *Ibidea*, pp.85 e 86

(62) Alexandre DBhler deixou-nos, em alemão, minucioso relato sobre a atuação do Corpo de Bombeiros na Revolução Federalista em Joinville. Este foi traduzido pelo Dr. Norberto Bachmann, e encontra-se no Album Centenário de Joinville, SAJ, 1951, p.225.

Em meados de outubro, Abdon Baptista telegrafava, de São Francisco do Sul, ao comissário de polícia de Joinville, avisando-o de que, de Curitiba, havia partido uma tropa legalista para ocupar o telégrafo (63) e que, do Desterro, também haviam partido tropas revolucionárias para fazer frente aos legalistas. Neste mesmo telegrama, Abdon Baptista pedia que o comissário fizesse uma sondagem a fim de verificar a posição da população diante do movimento revolucionário (64). Em vista disto, o comissário convocou todos os diretores de Clubes de Tiro e o Corpo de Bombeiros para uma reunião na casa do Juiz de Paz. Estes decidiram comunicar a Abdon Baptista que a posição da população continuava a mesma, isto é, observar absoluta neutralidade enquanto fossem garantidas a propriedade privada e a segurança pessoal da população (65). Ao contrário de Blumenau, reduto republicano sob a liderança de Hercílio Luz, Joinville dava guarida aos revoltosos, sob a influência do seu chefe político Abdon Baptista, que era federalista.

Ainda em outubro, no dia 23, diante da emergência da situação, Abdon Baptista, em edital, fazia público que nesta data está assumindo o Comando Superior da Guarda Nacional da Comarca de Joinville, para o qual havia sido nomeado em 15 do corrente. Por outro lado, convidava todos os oficiais em serviço ativo da Guarda Nacional a se apresentarem ao Comando no prazo de 24 horas. Finalmente, convidava todos os cidadãos de 19 a 40 anos de idade a se apresentarem, também, ao Comando Superior para serem alistados de acordo com os Decretos de 14 e 15 do corrente. Declarava, ainda, que a Guarda Nacional da Comarca de Joinville estava sendo mobilizada unicamente para prestar serviços dentro do município (66).

(63) Ao que tudo indica, as forças legalistas não estavam informadas de que os revolucionários já se haviam apoderado do telégrafo dias antes.

(64) Kolonie Zeitung, (Joinville), 17-10-1893

(65) Kolonie Zeitung, (Joinville), 17-10-1893

(66) Kolonie Zeitung, (Joinville), 24-10-1893.

Em 29 de novembro, espalhou-se o boato de que do Paraná estaria vindo uma tropa legalista, sob o comando do General Francisco da Cunha Argollo. Sua missão consistia em expulsar as tropas revolucionárias de Santa Catarina, confirmado o boato, já no dia 30 chegava a notícia que o navio "República" saíra, de Florianópolis com destino a São Francisco, transportando 900 homens sob o Comando do General Piragibe, a fim de rechaçar as tropas vindas do Paraná (67). De fato, no dia 2 de novembro chegavam em São Francisco e já à tarde desembarcavam em Joinville entre 120 e 130 homens da marinha, tendo à frente o General Piragibe (68).

Uma vez em Joinville, os revoltosos tentaram o recrutamento à força e detiveram vinte pessoas. Porém, os joinvilenses, já francamente decididos pela neutralidade, sob a liderança do Corpo de Bombeiros, dos Atiradores e dos Ginastas, resolveram que não participariam da Guerra Civil (69). Diante desta decisão, os revolucionários soltaram os prisioneiros, mas exigiram que o Comandante do Corpo de Bombeiros resolvesse, até as seis horas da tarde, que os Bombeiros, os Atiradores e os Ginastas os acompanhassem em sua campanha contra as tropas legalistas no Paraná. Enquanto a resposta não vinha, a tropa revolucionária se espalhava pelas cidades e requisitava cavalos à força, o que provocou revolta e agitação nos moradores do município, faltando pouco para que o povo partisse para uma reação (70).

(67) Kolonie Zeitung (Joinville), 07-11-1893

(68) Como vimos, dos 900 homens, menos de 200 eram militares. Os outros eram patriotas do Desterro, entre os quais o Deputado do Congresso Estadual Sr. Leopoldo Engelke. Kolonie Zeitung (Joinville) 7-11-1893.

(69) DOHLER, A. Revolução de 1893. Tradução de Norberto Backmann. Album Centenário de Joinville, SAJ, 1961, pp.225 e 226.

(70) Kolonie Zeitung (Joinville), 7-11-1893.

A propósito do que vinha ocorrendo, no dia 7 de novembro de 1893, o "Kolonie Zeitung" publicava uma carta dirigida a Abdon Baptista e assinada pelo Capitão Von Altrock, na qual afirmava que Abdon Baptista e os membros da Câmara não tinham idéia de como se portar nestas situações difíceis. Pedindo que o Dr. Abdon não levasse a mal as palavras de um vivido soldado do exército alemão, aconselhava-o que todas as requisições de cavalos, carros e gêneros alimentícios etc... deveriam ser feitas pelos órgãos competentes, no caso a Câmara Municipal. Evitar-se-ia, assim, que se tirasse a propriedade de uma pessoa com um revólver no peito, pois, diante dos fatos ocorridos, poderiam ter acontecido desgraças incalculáveis.

Em 21 de novembro era anunciada a chegada de uma tropa composta de 200 a 300 homens sob o comando do chefe federalista Juca Tigre, para a qual se requisitavam cavalos para que pudessem seguir para São Bento (71).

Conta-nos Alexandre Döhler (72) que, quando do desembarque da tropa, um federalista quis demonstrar sua alegria fazendo subir algumas centenas de foguetes e bombas, o comandante geral do Corpo de Segurança, Sr. Max Friedrich, confis- cou sem mais nem menos o feixe de rojões. A atitude de Friedrich causou irritação no citado federalista e também no Presidente da Câmara, o Dr. Abdon Baptista. Friedrich, explicou, então, que, se soltassem os foguetes, os estouros seriam interpretados pelos colonos distantes como tiros, e ele então não poderia garantir a paz na cidade. Abdon Baptista não só aceitou estas considerações, como elogiou o comandante, não lhe restando senão usar sua natural lucidez e entrar no jogo da comunidade joinvilense: a neutralidade.

(71) Kolonie Zeitung (Joinville), 7-11-1893

(72) DOHLER, A. op. cit. p.228

E, quanto da requisição de cavalos para que a tropa pudesse seguir para São Bento, seguiu Von Altrock, pois as requisições passaram a ser feitas mais ou menos de acordo com seus conselhos. Por outro lado, Abdon Baptista solicitava que todos colaborassem a fim de se livrarem o mais rápido possível das tropas de Juca Tigre (73).

Em São Bento a situação não foi diferente, já que a população decidira ficar neutra e só pegar em armas se fossem obrigados por "desertores vagabundos que se sentem ameaçados e fazem guerra por conta própria", segundo um artigo publicado no "Kolonie Zeitung" e no "Volkstaadt". Dizia, ainda, o mesmo Artigo, que "essa neutralidade fora aconselhada por todos os jornais alemães, inclusive o Volkstaadt (74). Finalmente, declarava que "nós não vamos aplaudir o Partido vencedor, mas dizer graças a Deus! A Guerra acabou!" (75).

O mês de dezembro foi marcado pela passagem, por Joinville, do líder federalista Gumercindo Saraiva e de seu irmão Aparício, com grande parte do exército revolucionário. Sobre este fato, o "Kolonie Zeitung" nada registra(76). Na sua edição de 29 de dezembro, declara que nos "últimos tempos os leitores devem ter notado que o material de leitura já não é mais o mesmo". Afirma que todo mundo procura novidades e não as encontra porque eles não podem publicar nada que não seja oficial, já que o Governo do Estado os

(73) Kolonie Zeitung (Joinville), 21-11-1893.

(74) O "Volkstaat" (Joinville) era um jornal de tendências federalistas.

(75) Kolonie Zeitung (Joinville), 07-12-1893

(76) O "Kolonie Zeitung" é o único periódico joinvilense da época ao nosso alcance.

prevenira de que, em tempos de revolução a matéria deveria girar em torno de literatura ou agricultura... Era o fantasma da censura que sempre se faz presente em ocasiões como esta. São de suma importância, pois, as anotações de Alexandre Döhler, que constituem a única fonte histórica, até o presente momento, acerca da passagem de Gumercindo Saraiva por Joinville, com destino ao Paraná, dando-nos idéia do que se passava, como, por exemplo, neste trecho que transcremos:

"(...) Eram cerca de 500 homens. Foi uma azáfama no porto, quando o pessoal desembarcou com sua bagagem e munições. A comissão, nomeada pela Intendência, teve que tratar da alimentação e a tinha encomendada ao Sr. Gustavo Schossland, o qual sem demora ofereceu dois caldeirões com feijão preto, carne, farinha e linguiça. Era uma comida forte e nutritiva. Quando os soldados chegaram ao Hotel, verificou-se um espetáculo singular-já o primeiro grupo recusou a comida ao lhe ser oferecida! Exigiam somente carne para churrasco e assim aconteceu com todos os grupos que se apresentavam para o almoço. Acamparam as tropas no pasto junto ao Moinho de Mateado Sr. Abdon Baptista. Proporcionaram um aspecto pitoresco, assim como seus dois chefes e oficiais superiores, de bombachas, botas com esporas, espadas de arrastar, chapéu com uma faixa branca com a divisa: "Exército Libertador" ou uma fita vermelha com a inscrição. "Tudo pela Pátria". Filhos legítimos dos pampas, gaúchos com pistola e faca na cintura, muitos orientais cor de oliva, expressões fisionômicas de criminosos, negros, mulatos. Viam-se poucas fardas militares, mas todos tinham pelo menos um facão, faca ou pistola, lança ou espingarda. Manter em respeito esta horda selvagem não era tarefa pequena (...)"

Em outro trecho da sua narrativa, Döhler expõe fatos que lhe permitem ter uma impressão da mentalidade da tropa que, resumindo, era a do saque e a da matança.

Torna-se oportuna, pelo seu aspecto pitoresco, uma referência à passagem das tropas por São Francisco. Parte destas se alojara num prédio da firma Hoepcke & Cia. onde, então, se achava instalado o Clube XXIV de Janeiro. Conta Antonio Lopes Serrão, um dos sócios fundadores do Clube, que este foi invadido por forças revolucionárias, chefiadas pelos caudilhos Gomercindo e Aparício Saraiva, Juca Tigre e Coronel Fulião, cujos soldados que andavam completamente esfarrapados, alguns quase em trajes de Adão, apoderaram-se das cortinas que ornamentavam os salões, "toilletes" e outras dependências para se embrulharem nelas. Viam-se pelas ruas revoltosos enleados em cortinas de renda, chitão e toalhas de mesa (...)" (77).

Em janeiro de 1894, o Coronel José Antonio de Oliveira, Chefe Federalista em São Francisco e sogro de Abdon Baptista, seguia em frente a uma força composta de 200 homens em importante missão, na qualidade de Comandante superior da Guarda Nacional daquela Comarca (78). Conta-nos Costa Pereira que essa força, a qual se dirigia a Paranaguá, era composta de elementos não só federalistas, mas, também, daqueles que foram arrebanhados nos meios adversários. "Estes seguiram para a luta contra a vontade e despreparados para a circunstância, a despeito de aqui haver estado, vindo do Desterro, em novembro de 1893, o Tenente Joaquim Batista, que, parece, dividira o seu tempo em adestrar recrutas e namorar a poetisa Júlia da Costa que havia enviuvado fazia quase um ano (...)" (79).

A fim de poder socorrer os 128 soldados feridos que voltaram da serra para se tratar em São Francisco, Abdon Baptista expediu boletim pedindo à população peças de roupas

(77) PEREIRA, Carlos da C. Op.cit.pp.133 e 134

(78) O ESTADO (Florianópolis, 14-1-1894)

(79) PEREIRA, Carlos da C. op. Cit. pp. 134 e 135

de linho, inteiras ou desfiadas, para os curativos (80).

Em 9 de janeiro, o "Kolonie Zeitung" publicava eloqüente proclamação (81) de Gumercindo Saraiva à população joinvilense, onde afirmava sua sincera alegria quando, ao transferir o campo de operações das tropas sob o seu comando, cumpria o dever de, no seu e no nome de seus companheiros, agradecer tudo o que os joinvilenses fizeram pelo exército nacional e pela revolução.

Em 26 de janeiro de 1894, Gumercindo partia com suas tropas com destino à Lapa, no Paraná, onde enfrentariam as forças legalistas sob o comando do General Antônio Gomes Carneiro (82), terminando, assim, os tempos da revolução em Joinville.

As sucessivas vitórias no Paraná, culminando com a tomada do Governo do Estado, animaram os federalistas a invadirem São Paulo. Entretanto, a capitulação de Saldanha da Gama, em março, deixara o Governo Federal à vontade para utilizar, contra os revoltosos do Sul, as forças até então imobilizadas na Capital Federal (83). Tal fato intimidou Gumercindo, que recuou das suas posições, já que suas forças estavam esgotadas pelas grandes perdas experimentadas em Tijucas e Lapa (84).

(80) Kolonie Zeitung (Joinville), 16-01-1894 e 18-01-1894

(81) A íntegra desta proclamação está no apêndice deste trabalho.

(82) Com os dados obtidos em Joinville nas anotações de A. Döhler, afirmando que Gumercindo partiu em 26 de janeiro, verificamos que a afirmação de Glauco Carneiro em sua obra História das Revoluções Brasileiras Vol. I p.84, de que "os 1.400 homens que o Coronel Carneiro contava na Lapa foram atacados a 14 de janeiro pelas forças combinadas de Gumercindo e Aparício Saraiva, Laurentino Pinto, Jacques Ouriques, Torquato Severo e Juca Tigre" é incorreta com relação à data, uma vez que Gumercindo partiu de Joinville no dia 26 de janeiro de 1894.

(83) CARNEIRO, Glauco. Op. cit. p.86

(84) IDEN, Ibidem, p.86

Com a volta das forças de Gumerindo aos seus pagos, e a entrada, no Desterro, da esquadra legal, a 19 de abril, mais a chegada, neste mesmo dia, do General Moreira Cesar que em 22 de abril assumiria o Governo Militar do Estado, estava vencida a revolução federalista em Santa Catarina.

Assim como todos os acontecimentos ocorridos na Capital têm influência nos municípios, a queda do governo revolucionário teve conseqüências em Joinville. Sendo natural que para cada mudança de governo haja uma mudança de autoridade, em Joinville isso ocorreu com a queda do Presidente da Câmara, Abdon Baptista, e dos Conselheiros Antonio José Ribeiro, H. Walter e H. Hãnsch. No lugar destes, o Governador do Estado nomeou outro Conselho, tendo por Presidente João Paulo Schmalz e Vice, Antonio Sinke (85).

Vencida a revolução, o Coronel Moreira Cesar não poupou os federalistas, ocorrendo em sua infeliz gestão a prisão e remoção de militares e civís para a ilha de Anhatomirim, onde estava localizada a fortaleza de Santa Cruz. Aí foram os federalistas fuzilados sumariamente, entre os quais o joinvilense Capitão João Evangelista Leal, o que motivou a fuga para o exterior de muitos federalistas, inclusive Abdon Baptista que se refugiou na Argentina.

A título de conclusão, poderíamos dizer que Joinville foi um reduto federalista sem o ser. Um reduto federalista unicamente em função do seu chefe político, Abdon Baptista, que, como ex-liberal, jamais poderia alinhar-se com os republicanos. Não sendo um homem dado a violências, sua ação

(85) Compunham ainda o Conselho: J.B. Frinks, Oscar Schneider, Johann Schneider, Otto Boeha, Johann Colin, William Walter e Jacob Baumer. Para Delegado de Polícia foi nomeado Pedro José de Souza Lobo; para Juizes de Paz Gustavo Richlin, Frederico Brüstlein, Antonio José Ribeiro e Francisco Gomes de oliveira. Kolonie Zeitung (Joinville), 24-4-1894.

como federalista limitou-se a dar auxílio e abrigo às tropas revolucionárias. Como Presidente da Câmara, serviu de intermediário entre os federalistas e a população, resguardando-a de violências por parte dos revolucionários. Sem o ser, em função da sua população pacata, ordeira que, embora tivesse que contribuir com cavalos, carroças, alimentação etc... para as tropas revolucionárias, não se engajou de modo algum à revolução.

2.6 O RETORNO DE ABDON BAPTISTA À VIDA POLÍTICA: A OPOSIÇÃO GERMANISTA

Com a anistia concedida aos revolucionários, em 1895, os líderes federalistas retornaram à atividade política.

Abdon Baptista, desgastado pelo insucesso da revolução, se candidatará à Superintendência Municipal de Joinville, em 1898, e enfrentará acirrada oposição por parte de teuto-brasileiros. Não foi com agrado que estes, que compunham, em sua maioria, a oposição a Abdon Baptista viram seu retorno à vida política.

Na verdade, a oposição não será contra Abdon Baptista, mas sim contra o luso-brasileiro que era. Os teuto-brasileiros não aceitavam de bom grado o poder luso. Daí ser sua plataforma política o germanismo, expresso no "Kolonie Zeitung", que propunha para a Superintendência o Sr. Gustavo Richlin.

Nem todos os teuto-brasileiros, entretanto, se opunham a Abdon Baptista. Esta situação fica muito clara ao tomarmos conhecimento do artigo publicado no "Kolonie Zeitung", sob o título "As eleições" (86), onde este periódico critica o "Joinvillenser Zeitung" pelo apoio que este vem dando a Abdon Baptista. Ocorre que em tempos anteriores, o "Joinvillenser Zeitung" transcrevera, em diversas edições, artigo do "Deutsche Post", de São Leopoldo, francamente germanistas.

Para provar a "Virada" do "Joinvillenser", o "Kolonie" passa a transcrever em suas páginas os artigos do Deutsche Post" publicados anteriormente naquele jornal. E o faz com

(86) Kolonie Zeitung (Joinville), 03-11-1898.

muito gosto e oportunismo, pois, na realidade, o teor de tais artigos vinha de encontro ao seu pensamento e interesses, por exemplo esta indagação:

"Por acaso está escrito nos astros que os descendentes de portugueses ocuparão eternamente uma posição dominadora? Pelo que sabemos, isto já foi lamentado um sem número de vezes, como uma desgraça para o país; à raça que se denomina "Brasileira" já foi negada várias vezes a capacidade de levar este país, tão ricamente dotado, à prosperidade. Que nós, os estrangeiros, lhes prestamos os mais preciosos serviços no campo administrativo e econômico não precisamos afirmar mais uma vez (...). É absolutamente desnecessário que descendentes de "pés de chumbo" estejam sentados nas cadeiras de presidentes, nas repartições federais, nos cargos administrativos(...)" (87).

Em outro trecho, o artigo falava da desunião dos teuto-brasileiros, comparados principalmente com os italianos, que, afirmava, se mantinham unidos, ao passo que os alemães, no sul do Brasil, negando sua descendência, procuravam tirar vantagens de uma "coalisão" íntima com a raça luso-brasileira, se é que se pode falar de uma raça." (88) Protestando veementemente contra a posição de "certos alemães", assim concluía o citado artigo:

("...) Eles concordam em ser criados por um povo mestiço que, por sua história, provou apenas que na sua maioria não é capaz de cumprir sua missão cultural que os tempos de hoje exigem de um povo governante (...). Realmente são essas pessoas que dão ao negro, por mais decaído que esteja, moral ou fisicamente, o direito de olhar com desprezo para os alemães (89)".

(87) O futuro do Germanismo no Brasil. "Deutsche Post" (São Leopoldo), in: Kolonie Zeitung (Joinville), 3-11-1898.

(88) Unidos! Unidos! "Deutsche Post" (São Leopoldo), in: "Kolonie Zeitung", 03-11-1898.

(89) Iden, idem.

Conclamando os eleitores de descendência alemã a refletirem sobre as citações acima, o "Kolonie Zeitung" atingiu o alvo certo: o "Joinvillenser Zeitung" e seu protegido Abdon Baptista.

Procurava, assim, o "Kolonie Zeitung" desmoralizar o político luso-brasileiro. Na verdade, com o afastamento de Abdon Baptista, em 1894, esperavam os teuto-brasileiros que se fragmentasse o poder da "oligarquia do mate" no Norte Catarinense. Não foi sem razão, pois, que publicou um artigo em que combatia a possibilidade de uma só família dominar o Norte Catarinense.

Fundamentava-se o jornal, no fato de que o candidato à Superintendência pelos Partidos Federalistas em Campo Alegre ser o Sr. Olympio de Oliveira, em São Bento do Sul o Sr. Manoel Tavares e em São Francisco, José Antonio de Oliveira, além de, em Joinville, o candidato ser Abdon Baptista. Alegava o "Kolonie Zeitung" que não poderia ficar indiferente ao fato de que todo o Norte do Estado ficasse entregue durante quatro anos a uma única família, já que Abdon Baptista era genro de José Antonio de Oliveira, de São Francisco; Olympio de Oliveira, o candidato de Campo Alegre, seu filho e portanto, cunhado de Abdon Baptista, Manoel Tavares, em São Bento, era primo de Olympio e da mulher de Abdon Baptista. Diante desta situação, o "Kolonie Zeitung" assim comentava: "Como uma grande aranha, a família Oliveira tenta tecer sua teia sobre o Norte do Estado, para terem os quatro municípios: Joinville, São Francisco, São Bento e Campo Alegre e fechar um cerco familiar. E para esta teia, que

querem lançar sobre vossa cabeça, vós forneceis o fio."
(90).

Data desta época o costume instituído por Abdon Baptista de distribuir, entre os eleitores, no dia das eleições, um vale no valor de quinhentos réis para cada um, a fim de pagarem sua refeição, acompanhada de uma garrafa de cerveja preta.(91).

Apoiado por Francisco Machado da Luz, Miguel Vogelsanger, Eduardo Schwarz (redator do "Joinvillenser Zeitung"), Hudler, Manteuffel e Francisco Gomes, Abdon Baptista concorreu à Superintendência em 13 de novembro de 1898, tendo sido derrotado por 619 votos contra 711 conferidos a Gustavo Richlin (92) Des-tes números, depreendemos que, apesar do desgaste sofrido com o insucesso da Revolução Federalista e seu consequente afastamento da política, somados à campanha germanista contra o poder político dos luso-brasileiros, o prestígio de Abdon Baptista foi muito pouco abalado.

Na verdade, por trás deste prestígio, havia a necessidade de aproximação entre federalistas e republicanos, que residia no interesse comum no comércio. Este girava principalmente em torno da erva mate, cujos grandes comerciantes estavam envolvidos no partidarismo local. Embora em facções diversas, os ervateiros enfrentavam os mesmos entraves que ameaçavam a sua atividade, como as questões de barreiras, de transporte, de impostos, de fretes marítimos, de maneira que "havia sempre um interesse comum dos políticos se entenderem pelo menos comercialmente".(93). Era a "oligarquia do mate", consciente de que, sem a unidade política local, os seus negócios corriam sérios perigos.

(90) Kolonie Zeitung (Joinville), 03-11-1898.

(91) OLIVEIRA, Plácido O. Joinville em 1906. In. Album Centenário de Joinville. SAJ, 1951, p.112

(92) Kolonie Zeitung (Joinville), 06-10-1898.

(93) OLIVEIRA, Plácido Olympio de. Op. cit. p.112.

CAPÍTULO III

ATUAÇÃO DE ABDON BAPTISTA DURANTE A REPÚBLICA

(1899 - 1922)

3.1 A CISÃO DO PARTIDO REPUBLICANO CATARINENSE - REFLEXOS NA VIDA POLÍTICA DE ABDON BAPTISTA

A derrota de 1898, quando concorreu à Superintendência com Gustavo Richlin, não arrefeceu a vocação política de Abdon Baptista. Uma vez estabelecidas as eleições para Deputados Estaduais e Senador, para 31 de dezembro de 1899 (1), compunha a chapa federalista como candidato a Deputado Estadual (2).

Em 9 de janeiro de 1900, o "Kolonie Zeitung" anunciava a vitória do Governo em todo o Estado, com exceção de Joinville e São Bento. Tal fato prova a liderança marcante do político federalista, Dr. Abdon, no Norte do Estado (3), eleito que fora para Deputado Estadual.

Nesta ocasião, o Partido Republicano, que dominava a política catarinense desde o final da revolução de 1893, sofreu uma cisão quando Felipe Schmidt, então Governador, apontou para candidatos a Deputados Estaduais nomes do seu inte

(01) FICKER, Carlos História de Joinville - Subsídios para Cronica da Colonia Dna . Francisca, Joinville - Ipiranga, 1965 p.360.

(2) Compunham ainda a chapa: Alexandre Bayoa, Senador; Elyseu Guilherme e Polidoro S.Thiago, Deputados.

(3) Na Colonia Nova Veneza, Abdon Baptista perdeu por 109 votos por ter Polidoro S. Thiago substituído na chapa o nome dele pelo do Tenente Machado. Kolonie Zeitung (Joinville), 9-1-1900.

resse, sem consultar Hercílio Luz (4). Diante deste fato, Hercílio passou a fazer oposição ao Governador Felipe Schmidt, o que resultou na divisão da Comissão Diretora do Partido Republicano em duas alas. Uma composta por Gustavo Richard e Vidal Ramos, que apoiavam Felipe Schmidt, enquanto a outra, tendo como integrantes Raulino Horn e Firmino Lopes Rego, estava ao lado de Hercílio Luz (5). Procurando fortalecer sua ala, os dissidentes do Partido Republicano Catarinense aproximaram-se dos chefes federalistas. Estes, como afirma Corrêa, desde 1895 estavam no ostracismo, sem, contudo, desaparecerem da vida política catarinense.

A consequência da cisão foi que, no processo de reconhecimento de poderes, a junta apuradora não deixou de usar o mecanismo da "degola" (6), da qual as vítimas foram os federalistas Abdon Baptista e Dorval Melquíades de Souza, mais os "hercilistas" Francisco de Oliveira Margarida, Hipólito Boiteux, Antônio P. da Costa Carneiro, Abílio de Oliveira e Polydoro Olavo de S.Thiago (7).

(4) Convém esclarecer que os campos de ação dos dois líderes políticos catarinenses, Hercílio Luz e Lauro Müller, eram bem definidos. Assim, Lauro Müller indicava os nomes para Governadores, Vice, Deputados Federais e Senadores. A Hercílio Luz, cabia a indicação dos Deputados Estaduais. CORREA, Carlos Humberto. Santa Catarina - Um Estado entre duas Repúblicas - A luta política num período de mudanças ideológicas - 1930-1935 - Tese de Doutorado apresentada a Universidade de São Paulo, 1981, p.23.

(5) Idem, Ibidem, p.23

(6) Os dois mecanismos mais importantes da fraude eleitoral que imperou na Primeira República, foram "o bico de pena" e a "degola" ou "depuração". O primeiro era praticado pelas mesas eleitorais que inventavam nomes, ressuscitavam os mortos, e tornavam presentes os ausentes. O segundo era obra da Câmara Legislativa, à qual a Constituição outorgava soberania absoluta na questão do reconhecimento dos poderes, conferindo às suas decisões um caráter irrevogável.

(7) CABRAL, Oswaldo R. História de Santa Catarina R.J. Laudes S.A., 1970, p.232.

3.2 A FUSÃO DOS PARTIDOS - ABDON BAPTISTA NA SITUAÇÃO

Em 1902, por ocasião da escolha do sucessor de Felipe Schmidt no Governo, e da definição da chapa dos Deputados Federais, com o Partido dividido, tornava-se praticamente impossível um consenso em torno dos nomes a serem lançados.

A Lauro Müller coube a tarefa de encontrar uma solução, que viria com a fusão dos Partidos Federalista e Republicano.

Propugnador ardente da fusão, Abdon Baptista, agora na situação, será eleito Deputado Federal para o período 1903-1905.

A fusão, entretanto, exigiu um processo lento na mentalidade de republicanos e federalistas que ainda guardavam as mágoas da Revolução de 1893.

Esta situação é bem caracterizada nos discursos de Abdon Baptista, na Câmara Federal, após eleito Deputado, em 1903, pelo Partido Republicano. Seus pronunciamentos, como veremos mais adiante, serão bem mais de homem de oposição que sempre fora.

Somente em 1905 assistiremos à consolidação da fusão partidária que encaminharia a política catarinense para o rumo que, afinal, com raríssimas exceções, trilhou a política brasileira na Primeira República: a do Partido Único, que consolida e fortalece as oligarquias locais.

3 O INGRESSO DE ABDON BAPTISTA NA ESFERA FEDERAL

3.3.1 Participação no Projeto de Fixação de Forças

Apesar da fusão com os federalistas, a verdade é que a liderança do Partido Republicano Catarinense gravitará em torno de dois nomes: Lauro Severiano Müller e Hercílio Pedro da Silva.

Com a cisão ocorrida por ocasião da sucessão de Felipe Schmidt, o Partido ficou dividido em duas alas, ficando Gustavo Richard, Vidal Ramos e Felipe Schmidt na ala "Laurista", Raulino Horn e Firmino Lopes Rego na "hercilista" (8).

Abdon Baptista, já a partir de 1903 ficará na ala "laurista", comandada por Vidal Ramos, resultando desta posição, a sua eleição, em 1903, para o cargo de Deputado Federal.

Na Câmara dos Deputados Federais teve participação ativa em diversos assuntos de interesse nacional. Já no seu primeiro discurso (9), na sessão de 2 de julho de 1903, quando se discutia o Projeto de Fixação de Forças apoiava tudo aquilo que proporcionasse a reorganização e o engrandecimento do exército e da armada brasileira.

Considerando o exército e a marinha os maiores elementos da ordem, da segurança e da defesa nacional, alertava que o sentimento patriótico brasileiro teria que ser bem educado. "Para isso se conseguir não basta um exército bem equipado, bem organizado (...); é preciso principalmente que o exército se componha de todas as classes (...)".

(8) CORREA, Carlos Humberto. Op.cit. pp.26 e 27

(9) Annaes da Câmara - Sessão de 2 de Julho de 1903, p.39

Tornando o tema central do seu discurso a necessidade de uma educação militar, não concorda, entretanto com seu colega Thomás Cavalcanti, representante do Ceará. Este defendia a idéia da necessidade do aparelhamento das forças militares brasileiras para que se pudesse enfrentar as ambições européias, o imperialismo, e o perigo alemão.

Interessante notar que, Abdon Baptista, mesmo tendo sido agredido por teuto-brasileiros, adeptos do germanismo, não hesitou em tomar a defesa destes, ao que Thomás Cavalcanti replicou afirmando que Abdon Baptista tinha simpatias nesse meio tendo o Deputado Paula Ramos acrescentado: "e conta com real influência porque ali sempre tem vivido" (10).

Em defesa dos teuto-brasileiros, Abdon Baptista referia-se ao Rio Grande do Sul, que, "infelizmente para Santa Catarina e felizmente para o Brasil" tinha grande prestígio na vida nacional em função do desenvolvimento das suas indústrias e das riquezas naturais promovidos pelo elemento estrangeiro. Estes têm concorrido de modo eficaz, afirmava. No decorrer do seu discurso enaltecia os estrangeiros pelo seu trabalho no sul do país e reconhecia o valor da colonização européia no Brasil.

Tendo sido praticamente acusado de germanófilo por Thomás Cavalcanti, assim se justificava Abdon Baptista:

"Dizia eu, Senhor Presidente, que, entrando nas considerações sobre este ponto importante para a defesa da nossa Pátria, para a manutenção da nossa integridade, o fazia despreendido de qualquer sentimento de identificação como disse o nobre Deputado com o elemento estrangeiro.

É exato que vivo em um meio nacionalizado, onde tenho amigos dedicados que me apoiam, que me distinguem, mas também tenho inimigos que me honram com a sua hostilidade.

Político como sou, homem de trabalho industrial, negociante, não é muito que tenha amigos e inimigos, não inimigos pessoais, adversários políticos pelos quaes muitas vezes sou mal julgado" (11).

Analisando a presença do estrangeiro em Santa Catarina assim se expressa Abdon Baptista em outro trecho do seu discurso:

"Quem viaja naquelle Estado, quem é filho do Norte como eu, e vem da sua terra deixando trabalho ainda por organizar, os elementos naturaes por explorar, tudo devido a falta de systematização do trabalho, e se estabelece no sul do Paíz onde vê o estrangeiro aproveitar-se de todos os elementos de riqueza de onde tira a compensação para seu esforço, não pode deixar de reconhecer quanto vale para nós, paíz novo, a colonização européia"(12).

Abdon Baptista não temia que o estrangeiro radicado no Brasil pudesse se insurgir contra o regime, ou impor o seu, ou tentar o poder, apresentando o seguinte argumento:

" Quem se acha perfeitamente garantido nos seus direitos e na sua liberdade, não vai tentar o restabelecimento de um regime que o esmagava na pátria de nascimento". (13)

(11) Idem, idem, p.40

(12) Idem, idem, p. 40

(13) Idem, idem, p.40

Também não temia o imperialismo pois no seu entender, a tendência deste na Europa levava as repúblicas sul-americanas a se congregarem "formando como que um só reducto impenetrável em defesa da independência comum" (14), Não contava o Deputado, em 1903, com as duas guerras mundiais que estavam por vir e que proporcionariam a interferência americana no Sul, cujas conseqüências mais do que nunca se fazem sentir na atualidade.

No seu entender, mais do que as baionetas e ainda em função das nossas riquezas e do território imenso, o que precisávamos era de população, elemento indispensável para o desenvolvimento de uma nação. Coerente com os seus argumentos, solicitava que fosse facilitado, por todos os meios, o incremento da corrente imigratória.

Demonstrando notável habilidade política, Abdon Baptista volta-se para Thomás Cavalcanti afirmando que, depois do debate, chegaram "lado a lado para o mesmo fim, com o mesmo intuito patriótico" e explica: Thomás Cavalcanti - quer o engrandecimento da Pátria melhorando o exército e a armada; ele (Abdon Baptista) também tem estas aspirações e quer mais, "que a nossa Pátria se torne maior introduzindo-se nela o elemento adiantado do trabalho, o fator do aumento da nossa população (...)" (15).

3.3.2 Participação no Projeto da Reforma Eleitoral

Já em 1902 o Deputado Anísio Abreu apresentara à Câmara um projeto de reforma eleitoral. Este Projeto, reformulado, foi proposto pelo Senador Rosa e Silva. Este defende-o até se tornar Lei, segundo a qual se deve proceder o

(14) Idem, idem p.40

(15) Idem, idem p.41

novo alistamento "entregando o serviço aos Juizes com formais exigências para sua validade, havendo recursos em cada Estado e Distrito Federal para uma junta, composta do Juiz Federal (...) e do procurador geral do Estado (16).

Em discurso na sessão de 8 de agosto de 1903 (17), quando se debatia o citado Projeto, Abdon Baptista aprovava a exclusão do Projeto, da idéia do censo alto e da prova de renda para votar. Considerava este pré-requisito um mecanismo antidemocrático, uma vez que tirava o direito de voto ao povo, divorciando-o da coparticipação na responsabilidade das coisas públicas.

Discordava, entretanto, que o alistamento devesse ser feito por uma comissão inteiramente heterogênea, composta por um elemento municipal, representado pelo Presidente da Câmara (Prefeito) que, segundo Abdon Baptista, era reflexo do poder do Estado; um suplente do juiz seccional que o Deputado alerta que será sempre um cidadão destacado dentre os amigos de confiança dos governistas locais, mas que era um elemento fraco e desautorado para representar o elemento federal. O terceiro membro da Junta, o Juiz de Direito da Comarca, no seu ver, era representante do Estado, membro do poder judiciário do Estado. E conclui-"Essa junta que não se sabe bem se é estadual, federal ou municipal, ou um misto de tudo isso."

Citando o artigo 6º, § 1º, da Constituição Federal que estabelecia ser vedado ao Congresso transferir qualquer jurisdição federal à justiça do Estado, Abdon Baptista dis-cordava que o Juiz Estadual pudesse exercer justiça federal, na lei eleitoral, por delegação. Ademais, mesmo que

(16) CARONE, Edgard A República Velha - Instituições Classes Sociais. R.J. Difel, 1978, p. 297.

(17) República (Florianópolis), 29 e 30-8-1903, 1,2,5,10,13-9-1903.

fosse possível, Abdon Baptista se perguntava: "Será que o juiz pode fazer parte da Junta sem prejudicar seu trabalho e magistrado"? Quando um Deputado alegou que o Juiz tem substituto, Abdon Baptista respondeu que sim, mas que não o juiz seria prejudicado em suas vantagens pecuniárias porque o Estado não pagava dois juizes em exercício.

Outro argumento usado pelo Deputado Catarinense é que a participação do Juiz Estadual seria uma "mal de efeito moral para o juiz da comarca, para o homem que deve ser o executor imparcial da lei, principalmente nas circunstâncias do interior (...), quando muitas vezes terá de ser envolvida na onda das paixões e represálias que tais assuntos levantam".

Não aceitava, pois, o Deputado a junta eleitoral apresentada pelo Projeto, preferindo a que estava em vigor, cujos elementos representavam os dois lados: a maioria e a minoria ou seja, a situação e a oposição, permitindo, assim, uma fiscalização por parte de todos os interessados. Alegava Abdon Baptista, que, entrando somente o elemento oficial, como na junta que se está projetando, os juizes estaduais transformar-se-ão em auxiliares do partidatismo. E isto ele confessava que não queria ver...

Não concordava, também, com o Artigo 8º, § 9º, do Projeto, que dispunha fossem todos os trabalhos eleitorais publicados pela imprensa, se houvesse; se não, se publicaria por simples edital. Ora, dizia, Abdon Baptista: "este artigo facilitará que tudo seja feito clandestinamente no local onde não houver imprensa pois, conforme a junta, o edital não será afixado e não faltará, em casos de apuro, secretário para certificar que o fez e não faltarão testemunhas para depor que sim". Sugeriu, então, que onde não houvesse imprensa, fosse feita a publicação na de lugar

ais próximo. Tendo um dos seus colegas Deputados argumentado que em muitos Estados não havia imprensa, Abdon Baptista respondeu que tal fato indicava que o povo esteve privado de instrução e de luzes para poder adquirir direitos e poder defender-se dos abusos do poder.

Revelando mais uma vez o valor que conferia à educação como instrumento básico no processo de desenvolvimento da nação, assim se expressava Abdon Baptista - "(...) é mais sábio que antes de fazermos leis com o intuito de garantir as prerrogativas eleitorais do cidadão, curemos primeiramente dos meios capazes de instruí-los e educar-lhes o caráter". E não falava em vão, pois com um grupo de joinvilenses, foi um dos mais entusiasmados promotores da reforma do ensino público, pioneira no Estado de Santa Catarina, quando da instalação, em 1906, do "Colégio Joinville".

No decorrer de todo o seu discurso, Abdon Baptista analisava o "espírito da lei", tentando mostrar aos seus colegas como muitas vezes a lei é inútil, afirmando:

"Nós sabemos, contestem como quiserem protestem comentenderem, de que prestígio pode dispor um governador do Estado para impor-se, quando alguém ou algum Partido se insurge contra o seu poder. (...) Longos anos tenho militado em política, quase sempre como opositorista, buscando sempre apoio no eleitorado e nos meus amigos, sem me preocupar com disposições de leis, que oferecem sempre garantias quando é honesto quem as executa. Hoje, por uma conciliação em boa hora realizada entre os Partidos, represento aqui, a situação do Estado, ao qual presto dedicação e leal apoio, e por isso mesmo me preocupam as asfixiantes retrições do Projeto(...)"

Temia que o Projeto, convertido em Lei, impedisse o aparecimento de qualquer tipo de oposição, quando declarava:

"Meu critério, a longa observação e muitas vezes as duras provas que tenho colhido dos pleitos eleitorais, robusteceu-me a convicção de que este projeto, convertido em lei, afastará, essas oposições ingênuas que, de vez em quando, têm a veleidade de aparecer aqui e acolá".

Quando o Deputado A. de Abreu, do Piauí, confessou sua confiança em que o Projeto, convertido em Lei, poria fim à fraude, Abdon Baptista, com boa dose de sarcasmo afirmou que concordava com tudo, que o Projeto era "maravilhoso", mas aconselhava seu colega que não se descuidasse nunca de cultivar o carinho e as boas graças do Governador do Piauí."

Atribuía à completa falta de escrúpulos nas eleições, os acontecimentos que vinham ocorrendo desde a Proclamação da República, citando a Revolução de 1893 da qual participou como chefe federalista no Norte Catarinense. Esta revolução, no seu entender, abalara profundamente, em suas bases, as relações entre os cidadãos e os governos dos Estados, determinando o atual estado de coisas quanto ao exercício do voto. Os vencedores, afirmava, por todos os modos sustentavam-se nas posições conquistadas "comprimindo, com as mãos, todas as válvulas de expansão da opinião dos seus concidadãos e golpeando, assim, a Constituição e as leis eleitorais, sejam quais forem as garantias que se possa oferecer, sob o pretexto de que há ainda perigo a combater".

Declarando que, como um dos vencidos, envolvera-se na luta por instintos patrióticos e com as responsabilidades de cidadão brasileiro, no entanto, apoiava o término da luta com a vitória do princípio da autoridade para que se pudesse fazer grande e próspera a República Brasileira.

Com o senso da oportunidade próprio do político que era, Abdon Baptista ao mesmo tempo redimia-se da sua posição de revoltoso de 1893 e combatia os vencedores, bifurcando as duas idéias num apelo patriótico, concluindo assim o seu discurso:

"(...) em matéria eleitoral, não se escandalizem, senhores, com as palavras que acabo de proferir indicando o remédio heróico para combater o mal que embaraça o funcionamento regular do organismo federativo. Podem eles ser filhos do êrro e de um pessimismo excessivo. Se o são, deixemos então que se vão por aí afora para, à mercê de ventos enfermijos que reinam nesta atmosfera morna da descrença; mas façamos todos votos para que, repelidos por correntes mais fortes, elas não retrocedam até este recinto que é onde, afinal, se condensam todas as idéias patrióticas exageradas ou não, impondo-nos a regeneração das práticas políticas, não por meio de leis de ocasião que adotemos hoje, para amanhã serem iludidas e desprestigiadas, mas por exemplos de moralidade elevadíssima e de justiça irredutível em nossas decisões sobre casos eleitorais de modo a levarmos ao seio da nação a convicção de que vão começar a ser uma realidade; essa igualdade pela qual ainda poucos dias se bateu igual com a veemência de sua lógica superior e com o brilhantismo de sua palavra ilustre o Sr. Barbosa Lima; e aqui ainda parece ser uma aspiração toda ideal, e essa almejada fraternidade, que por enquanto é simples miragem na República Brasileira".

3.4 CONSOLIDA-SE A FUSÃO PARTIDÁRIA - ABDON BAPTISTA, VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Somente em 1905 consolida-se a fusão partidária, quando todos os chefes políticos foram beneficiados com posições e cargos públicos (18). E ocorreu em boa hora pois, o Partido Republicano, fracionado entre "hercilstas" e "lauristas", daria margem a que os federalistas galgassem o poder nas eleições que deveriam ocorrer em 1906, para Senador e Deputados Federais, para Presidente e Vice Presidente da República, para Governador e vice, Deputados Estaduais e, finalmente, para Superintendentes e Conselheiros municipais (19).

Na edição de 22 de julho de 1905, o "Comércio de Joinville" apoiava a fusão dos Partidos, julgando necessária ao progresso do Estado, a unanimidade e a harmonia política. Nesta mesma edição tece comentários sobre a posição do "Gazeta de Joinville", o qual diverge da fusão e alega uma divergência interna no Partido, desmentindo, pois, a união. O "Comércio de Joinville", orientado por Abdon Baptista, arvora-se em desfazer a opinião daquele jornal, afirmando que, no Partido Republicano reside a mais expressiva conformidade de opinião, confessando-se inclinado a acreditar que sejam o Senador Gustavo Richard e o Deputado Abdon Baptista os candidatos oficiais do Partido ao futuro governo do Estado.

O "Gazeta de Joinville", entretanto, referindo-se à eventualidade de Abdon Baptista, como vice-governador vir encabeçar a política estadual desde o início, em virtude de Gustavo Richard exercer o cargo de Senador, confessa desco

(18) OLIVEIRA, Plácido O. de. Joinville em 1906. In: Album Centenário de Joinville. SAJ, 1951, p.112.

(19) Idem, Ibidem, p.112

cer qualquer vantagem neste fato (20). Replica o "Commercio de Joinville", estranhando a posição do "Gazeta", face aos interesses locais não tenha percebido a vantagem, para Joinville, do ingresso de Abdon Baptista no governo do Estado (21).

Em 4 de novembro de 1905 o "Commercio de Joinville", anunciando o término do mandato de Deputado Federal de Abdon Baptista elogia o seu desempenho com relação aos serviços da Estrada de Ferro em Construção e aos da Estrada D. Francisca, por sua iniciativa e esforço, passou a ser mantida pela União (22).

A fusão partidária torna-se, efetivamente realidade, quando, o "Gazeta de Joinville" que sempre a esta se opusera, na edição de 28 de julho de 1906, sob o título "Ao Eleitorado", anunciava que a Comissão Executiva do Partido Republicano Catarinense e o Diretório de Joinville, convidavam os cidadãos eleitores do Município a votarem nas eleições marcadas para o dia 29 do mesmo mês, nos "beneméritos cidadãos Coronel Gustavo Richard, para Governador do Estado e Dr. Abdon Baptista para Vice-Governador (23).

Interessante notar a mudança de posição do "Gazeta de Joinville". Na edição de 4 de agosto de 1906, quando os dois

(20) Comércio de Joinville (Joinville), 22-7-1905

(21) Comércio de Joinville (Joinville), 22-7-1905

(22) Comércio de Joinville (Joinville), 04-11-1905

(23) Assinavam o anúncio: Ernesto Canac, Bernardo Enzmann, Mário Lobo, Athanasio Leal, Joao Paulo Schmalz, Fernando Lepper, Adriano Schoondermarker, Francisco Gomes de Oliveira, Alexandre Ernesto de oliveira, Miguel Vogelsanger, Arnaldo Grossembacker, Gustavo Adolpho Richlin, Otto Boehm, Emílio Stock, Antônio Pereira de Macedo. Como podemos observar, esta lista está composta tanto por ex-federalistas como por republicanos, entre os quais Ernesto Canac, G.A. Richlin, Otto Boehm.

candidatos já haviam sido eleitos, publicou um Artigo sob o título "As Eleições", assinado por "Falstoff" no qual tecia os maiores elogios ao vice-governador eleito, Abdon Baptista, quando afirmava: "Dos chefes do Partido extinto com a fusão, elle é um dos raros que tem sabido se conservar sempre de pé".

Eleito Governador, Gustavo Richard que ocupava uma cadeira no Senado, proporcionaria a Abdon Baptista a oportunidade de assumir o Governo do Estado no período de 28 de setembro, até 21 de dezembro de 1906. (24).

Podemos considerar, como sua maior realização em prol do município de Joinville, como Governador em exercício, a concretização do desejo de muitos joinvilenses com a reorganização do ensino público. Já em julho, quando ainda Senador, Abdon Baptista batalhava, no Rio de Janeiro, junto a Lauro Müller, pela aprovação pelo Estado de uma subvenção anual de 10 contos de réis para a municipalidade custear escolas públicas (25). A intenção era a transferência da primeira escola pública mista de Joinville para a administração municipal, a fim de organizar uma Escola Modelo (26).

Em outubro a Escola Modelo torna-se realidade quando foi votada a verba de seis contos de réis, pelo Congresso Estadual, para auxiliar a escola, futuro "Colégio Joinville".

Coube a Abdon Baptista, como governador em exercício, tratar o Professor paulista Orestes Guimarães para empreender a desejada reforma. (27)

(24) CABRAL, Oswaldo R. História de Santa Catarina. RJ. Laudes, 1970, p.386

(25) Gazeta de Joinville (Joinville), 13-10-1906

(26) Gazeta de Joinville (Joinville), 21-7-1906.

(27) Ficker, Carlos. Op. cit. p.382

Inaugurado em dois de janeiro de 1907 (28), o "Colégio Joinville" foi transformado em Grupo Escolar em 1911, quando da reforma geral do ensino no Estado, com o nome de "Grupo Escolar Conselheiro Mafra" (29).

Com a fusão, agora com bases mais sólidas, encaminhava-se a política catarinense para o rumo que, afinal, com raríssimas exceções, trilhou a política brasileira na Primeira República: a do Partido único, que fortaleceu e consolidou as oligarquias locais.

Propugnador ardente da fusão partidária, Abdon Baptista impõe-se como o homem do sistema, necessário para representar o Norte Catarinense.

(28) FICKER, Carlos. História de Joinville - Subsídios para a Crônica da Colônia da Colônia D.Francisca. Joinville, Ipiranga, 1965, p.382.

(29) Este nome foi dado em homenagem ao Conselheiro Mafra, grande jurista catarinense, ilustre patrono do nosso Estado na velha questão de limites com o Estado do Paraná e resolvida por acordo de 1918, por iniciativa do Presidente Wenceslau Braz.

3.5 AÇÃO PARLAMENTAR DE ABDON BAPTISTA NUM PROBLEMA CATARINENSE: A ENCHENTE DE 1911.

Substituindo Vidal Ramos que fora eleito Governador, na Câmara Federal, em 1910, Abdon Baptista assume o cargo de Deputado Federal onde permanecerá até 1911 (30).

Deste seu período político, destacamos sua atuação no Congresso por ocasião da enchente que assolou Santa Catarina em 1911. A propósito, apresentou o Projeto que visava a autorização ao Poder Executivo tomar providências urgentes e indispensáveis à reparação dos danos causados (31).

A fim de convencer a bancada, da validade do Projeto, Abdon Baptista leu diversos telegramas que relatavam a situação calamitosa de diversas localidades, principalmente de Blumenau, como por exemplo este, assinado pelo então Governador Vidal Ramos:

"Blumenau, 6. - Acabo de percorrer toda a cidade, visitando fábricas e estabelecimentos commerciaes. Verifiquei, com profunda magua que noventa e cinco por cento das casas foram inundadas, grande parte além do telhado, prejuízo incalculável, várias casas commerciaes e muitas residências particulares enormemente danificadas e perdido tudo nellas existentes. Prejuízo mais considerável é o da lavoura e indústrias annexas que se pode dizer totalmente arruinadas, e os danos terão por consequencia a paralyção por bastante tempo de toda a produção desta riquíssima zona. Igualmente foi dannificada a rede de viação pública que devo contar conta tres mil quilometros. Posso desde já affirmar que essa grande rede de estradas que fazia a honra do Estado não será convenientemente reconstruída com importância inferior a mil contos de réis, importância essa de que não pode o Estado dispor, principalmente porque -

(30) CABRAL, Oswaldo R.Op.cit. p.398

(31) Anuário do Congresso - 222/270 - Sessão em 10-10-1911.

tenho de attender a outros pontos, como Joinville, Itajay, Tijucas e a grande via de comunicação entre o litoral e o planalto a estrada do estreito a Lajes, de onde acabo de receber comunicação de muitos danos alli causados pelos recentes temporaes. Esse é o auxílio que peço ao Governo da Nação para evitar a ruína de Blumenau, que é conhecido no paiz e no estrangeiro como o mais florescente núcleo colonial do sul do Brasil. Attenciosas saudações. - Vidal Ramos, Governador."

Citando, ainda os danos causados em Joinville, São Bento, Itajaí, Nova Trento demonstrando a extensão muito maior dos prejuízos, Abdon Baptista, apresentava seu apelo. Afirmava ser necessário apresentar um Projeto à Câmara pedindo que fosse aberto crédito da quantia de mil contos de réis para atender as necessidades urgentes do Estado de Santa Catarina.

Falando sobre a ajuda de particulares contava que viu no "Jornal do Commércio", do Rio, o telegrama que, afirmava, fazia questão de ler:

"Berlim, 9. - Causaram aqui grande pesar as notícias recebidas sobre as inundações em Blumenau. Abriram-se listas de subscrição, inscrevendo-se logo entre os subscriptores o Imperador Guilherme II, diversos altos funcionários do Império e muitas firmas commerciaes.

O Imperador Guilherme manifestou por telegramma ao Governo brasileiro o seu profundo pesar pelos successos que têm affligido as populações."

Torna-se oportuno que registremos a posição de Abdon Baptista em relação ao auxílio estrangeiro. Este considerava-o uma cortesia do Rei, um impulso de solidariedade na dor, por parte da sociedade berlinense e daqueles que viveram no "encantador município de Blumenau" e têm laços de interesse com pessoas lá residentes. Alerta, entretanto, que é necessário

numa emergência como esta, que o "poder público" se coloque na dianteira de todos para atender a um pedaço do seu território, a uma parte da população que sofre. Concluindo seu discurso assim se expressava:

"(...) a representação de Santa Catharina, distinguindo-se com honrosa incumbência de apresentar este projecto, entrega-o ao alto critério da Câmara dos Deputados, pedindo que não regateie esse auxílio nem demore a providência no intuito de restaurar o movimento do Trabalho e do Progresso, erigido allí naquele município pela inteligência e pelo braço de homens operosos cujo intuito é assegurar a fortuna do seu lar e concorrer para o engrandecimento da Pátria".

Em seguida apresenta o Projeto, abaixo transcrito:

PROJECTO

"o Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Presidente da República é autorizado a auxiliar o Estado de Santa Catharina com a quantia de 1.000.000 \$, que será applicada na reparação de obras públicas damnificadas pela inundaçãõ últimamente allí ocorrida e em outros serviços de socorro à população, à lavoura e às indústrias flageladas.

Art. 2º Fica aberto desde já o referido crédito.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões, 10 de outubro de 1911 -
Abdon Baptista - Paula Ramos - Henrique Valga, Celso Bayma."

Sob o número 218 A-1911, o Projeto foi aprovado na sessão de 18 de outubro de 1911. (32)

3.6 ATUAÇÃO DE ABDON BAPTISTA DURANTE A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Em 1913 Abdon Baptista passou a ocupar uma cadeira no Senado em substituição a Lauro Müller que fora nomeado Ministro do Exterior. Em 1915 é eleito Superintendente Municipal de Joinville acumulando, assim, dois cargos políticos.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, nossas exportações caem assustadoramente. Na sessão do Senado, em 15 de dezembro de 1914 quando da discussão se o país deveria ou não decretar uma moratória interna, Abdon Baptista declarava-se contra esta medida (33). Afirmava que, depois do primeiro mês de guerra a nossa exportação voltaria a aumentar. Tendo o Presidente da Comissão de Finanças levantado uma porção de argumentos a favor da moratória, e duvidado do aumento da exportação, Abdon Baptista não hesitou em demonstrar o contrário. Alegando que depois da declaração da guerra as exportações brasileiras estavam novamente aumentando, relatava os fatos econômicos durante o mês de agosto quando praticamente estancaram. Contudo, dizia, o mês de setembro foi marcado pelo aumento gradativo das exportações e em outubro crescem sensivelmente.

Referindo-se aos nossos produtos de consumo forçado citava o café, o cacau, a borracha, o fumo, a erva-mate, sendo que os três primeiros eram largamente consumidos na Europa inteira. Quanto à erva-mate, afirmava que este era um produto de consumo forçado nos países sul-americanos, onde não se manifestavam, com tanta intensidade, os efeitos da guerra.

Era a favor, entretanto, da moratória para as obrigações no exterior. E argumentava: "Essa se impunha porque não há meios de se obter moeda-ouro, para se remeter aos credos-

res no estrangeiro", apresentando como fatores as taxas asfixiantes, os bancos que não operam e, quando o fazem, em somas pequenas. Desta forma, cada estabelecimento bancário, impõe aos seus clientes a taxa que lhe convém. E concluía: "Não é nessas condições que o devedor poderá obter moeda para atender aos seus compromissos no estrangeiro".

Tinha razão o Senador, pois sabemos que a guerra trouxe ao Brasil um revigoração no comércio, acompanhado de um surto industrial.

Com o torpedeamento do navio brasileiro "Paraná", em abril de 1917, o rompimento das relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha tornou-se inevitável.

Na edição de 12 de maio de 1917 a "Gazeta do Comércio", de Joinville, anunciava, com pesar, a demissão voluntária de Lauro Müller do Ministério do Exterior, para voltar ao exército. Atribuía-se a sua retirada, ao fato de querer, Lauro Müller, protelar a participação armada do Brasil na grande guerra européia, ao lado das potências aliadas, aguardando uma significação mais hostil, para decisão de tamanha envergadura. Outro fator que, provavelmente, não o deixava à vontade, foi a acirrada campanha que aludia à sua origem germânica, tornando-o suspeito para ocupar o cargo que exercia.

A propósito do desejo dos políticos catarinenses de verem Lauro Müller ocupando novamente um lugar na representação do Estado, os Senadores Hercílio Luz, Abdon Baptista e Vidal Ramos puseram suas cadeiras à disposição do ex-ministro.

Abdon Baptista que ocupava o lugar de Lauro Müller no Senado, desde 1913, quando este sucedera o Barão do Rio Branco

na Pasta das Relações Exteriores, foi o que mais insistiu para que a cadeira designada a Lauro Müller fosse a sua (34). E assim procedeu, renunciando ao seu mandato em favor de Lauro Müller.

"O Dia", órgão do Partido Republicano Catarinense na Capital, diante da renúncia de Abdon Baptista, dedicou-lhe palavras elogiosas referindo-se a sua incontestável operosidade, à solicitude com que tratou os problemas vitais do Estado e ao brilhantismo com que o ilustre Senador desempenhou o mandato que renunciou a fim de proporcionar o retorno à atividade política, do Dr. Lauro Müller (35).

Em 21 de julho era anunciada a eleição, marcada para o dia 26 de agosto, para preencher a vaga de um Senador por Santa Catarina, indicando Lauro Müller, "o candidato natural, legítimo, indiscutível, o maior dos catarinenses da actualidade" (36).

Depois que o Brasil declarou guerra à Alemanha, em outubro de 1917, os teuto-brasileiros da região de Joinville, sofreram graves restrições, notadamente em relação à sua língua pátria.

O "Kolonie Zeitung", periódico editado em alemão, passou a sê-lo em português sob o título "Actualidade" desde 6 de novembro de 1917 até 21 de agosto de 1919, quando volta a ser impresso em língua alemã sob o mesmo título de "Kolonie

(34) Gazeta do Commercio (Joinville), 12-5-1917

(35) O Dia (Florianópolis) in: Gazeta do Commercio (Joinville), 14-7-1917

(36) Gazeta do Commercio (Joinville), 21-7-1917

Zeitung" (37).

Os alemães e descendentes, ficaram sob suspeita e muito se alardeou sobre decantado "perigo alemão", quando, então, proliferavam os boatos em torno da questão.

Em entrevista concedida ao "A Notícia", do Rio de Janeiro, Abdon Baptista, ainda Senador, esclarecia a grande imprensa nacional sobre o clima político e psicológico reinante em Santa Catarina. Garantia que ali se trabalhava e toda a gente estava em paz. Que a população alemã local não desmentia as suas tradições de disciplina e amor à terra que a acolheu generosamente. Declarava ainda Abdon Baptista, que o teu e seus descendentes eram amigos dos catarinenses e com sua família, seus bens e seus interesses localizados no Estado, não tinham culpa nem podiam responder pelo que se passava na Europa (38).

A realidade, porém não era bem essa, e, como observa Apolinário Ternes "é claro que a colonia germânica joinvilense, face a toda uma realidade psico-social, educacional e sociológica haveria de,, mesmo disfarçadamente, mostrar o verdadeiro sangue alemão que corria em suas veias, não conseguindo esconder toda sua inclinação e toda a confiança no êxito da Alemanha, na guerra" (39).

A opinião do citado historiador foi confirmada quando os repórteres do periódico carioca "A Notícia", em excursão pelo Estado de Santa Catarina, entrevistaram Abdon Baptista em sua residência de Joinville. Desta vez, emitiu opiniões

(37) TERNES, Apolinário. História de Joinville - Uma Abordagem Crítica. Joinville, Meyer, 1981, p.276.

(38) Gazeta do Comércio (Joinville), 16-6-1917

(39) TERNES, Apolinário. Op. cit.pp.238 e 239.

em diferentes. Contou aos repórteres que, como Superintendente (Prefeito) fora obrigado a reprimir excessos de manifestações de parte de alguns alemães, quando festejavam vitórias das armas do Kaiser. Observavam os repórteres a apreensão de Abdon Baptista diante destas palavras: "Porque não confessar (...) que apesar de toda essa tranquilidade aparente pode-se ou deve-se esperar, de um momento para outro o explodir dessas efervecências que se disfarçam? A nossa situação interna (...) depende muito da marcha dos acontecimentos na política internacional" (40).

Diante de contradição verificada nas duas entrevistas concedidas por Abdon Baptista, depreende-se que, no Rio, procurava temporizar e minimizar os boatos que corriam à solta acerca do germanismo. Em Joinville entretanto, sentindo de perto a realidade e influenciado pelo peso que o cargo de Superintendente Municipal lhe atribuía numa situação como a que se apresentava, não pode escapar de um desabafo com os citados repórteres. Esta impressão se deixa transparecer quando os entrevistadores descrevem o início do diálogo.

"O Sr. Abdon Baptista falou-nos gravemente. Às suas primeiras palavras, a nossa curiosidade foi violentamente estimulada. Ouvimos-as religiosamente silenciosos, escutando phrases meditadas, ditas a compasso, com pausas que nos faziam mal aos nervos."

Livre do seu compromisso no Senado, Abdon Baptista voltou a Joinville onde exerceu continuamente a Superintendência, tornando, assim, os problemas advindos da guerra (41).

(40) Gazeta do Comércio (Joinville), 16-6-1917

(41) Quando Abdon Baptista se afastava para cumprir suas obrigações como Senador, ficavam no seu lugar os seus substitutos.

3.7 O INDUSTRIAL E PARLAMENTAR ABDON BAPTISTA - UMA GREVE EM 1918

Eleito Superintendente Municipal de Joinville, em 1915, Abdon Baptista teve de enfrentar os problemas advindos da 1ª Guerra Mundial. Reeleito para o mesmo cargo, seu mandato estendeu-se até 1921.

Em 1917 renunciou à sua cadeira no Senado, cuja vaga ficou aberta para que Lauro Müller voltasse à vida política como Senador, uma vez que deixara o Ministério do Exterior.

Entretanto, Abdon Baptista não ficaria muito tempo afastado da política federal. Na convenção do partido, em 31 de janeiro de 1918, sob a Presidência de Lauro Müller, foi escolhido candidato a Deputado (42).

Eleito para o período 1918-1920, um dos pontos altos da sua atuação foi a ativa participação nas questões trabalhistas. Estas se avolumam, na medida que, em 1917, é inaugurada a fase revolucionária das greves, que "até 1919 atingem intensidade e grau tático nunca alcançados" (43).

Em função das correntes imigratórias que ocorrem antes da Proclamação da República, o elemento estrangeiro preponderava numérica e ideologicamente entre o operariado. Assim, grande parte da indústria é fruto da técnica e mão-de-obra estrangeira (44).

(42) Gazeta do Comércio (Joinville), 2-2-1918

(43) CARONE, Edgard. República Velha. (Instituições e Classes Sociais) RJ-SP, Difel, 1978, p.229.

(44) Idem, Ibidem, p.191

Até 1920, os anarquistas e anarco-sindicalistas preponderaram nos movimentos operários. Estes defendiam os sindicatos como meio de luta contra a opressão capitalista, considerando, pois, as sociedades de corporação, socorros mútuos e caixas beneficentes como nocivas ao movimento. Consideravam que as caixas beneficentes participavam "das técnicas sociais de conformação dos trabalhadores à sociedade de classes, criando-lhes a falsa expectativa de poderem melhorar suas condições de vida (...)" (45).

Tendo, em outubro de 1918, militantes anarquistas pretendido tomar o poder por meio de um golpe que seria desencadeado depois de uma greve geral no Brasil (46), o assunto vai à Câmara dos Deputados Federais.

Ao pronunciamento e no debate do Industrial-Parlamentar, Abdon Baptista, na sessão de 22 de novembro (47), encontra-se seu pensamento em relação às questões trabalhistas:

"Não podia, nem posso deixar de ser solidário com essa manifestação de apoio, de applausos ao executivo, porque acho que estamos descambando para um despenhadeiro perigoso, deixando-se uns levar pelo commodismo e condescendência, outros ...eu me abstenho de declarar por que.

"Não penso como esses e acho que obra de patriotismo é defender o nosso Paiz das investidas da anarquia".

O Sr. Piragibe - Mas a verdade também é a seguinte: quando os industriaes estão ganhando, o operário não ganha mais, e quando há prejuizo elles diminuem o salário.

O Sr. Simão Lopes - O salário está augmentando.

(45) SIMÃO, Aziz. Sindicato e Estado. In: CARONE, Edgard, op. cit. p.198

(46) CARONE, Edgard, Op.cit. p. 234

(47) Annaes da Câmara, pp.701-705, Sessão em 22-11-1918.

O Sr. Vicente Piragibe - Mas os industriaes reduziram as horas de tabalho.

O Sr. Abdon Baptista - O salário subiu de 30%.

O Sr. Vicente Piragibe - V.Ex. não leu a declaração dos industriaes de que reduziram o número de horas?

O Sr. Abdon Baptista - Si elles não tem como vender os artigos, hão de continuar a produzir da mesma forma?

O Sr. Vicente Piragibe - Mas quando estavam ganhando não augmentavam o salário.

O Sr. Abdon Baptista - Ganharam principalmente sobre os "stocks" e não sobre a fabricação. E agora não teem a quem vender. Que hão de fazer? Arruinar-se até o ultimo extremo para que o trabalho seja mantido integralmente?

O Sr. Vicente Piragibe - E o operariado o que tem a fazer? Morrer de fome? Ou declarar-se em greve como está fazendo?"

A força de pressão representada pelos movimentos operários levará os parlamentares a discutirem a questão do Código do Trabalho.

Na mesma sessão, de 22 de novembro, assim se pronunciava Abdon Baptista:

"Devo dizer que estou pronto ao serviço de iniciativas liberais, para que se adote o Código do Trabalho.

Quero que o operariado seja garantido contra o egoismo do patrão, mas o que não quero é que esse direito seja adquirido, reivindicado pela boca do bacamarte, de modo que o direito do capital, do industrial e do empreendedor fique afogado na onda de sangue".

Declarando-se disposto a colaborar para que o Código do Trabalho fosse uma realidade, diz que o fará "garantindo ao operariado, mas muito calmamente o capital".

continua:

" O que não quero, porém, é que por palavras vagas, gestos indiretos, se faça descer a maré de anarchia e de ódios que têm vindo de longe".

Quando o Deputado Vicente Piragibe o interpela afirmando que o industrial tem tido tudo e que Abdon Baptista, como industrial "dos mais operosos, sabe muito bem que o operário nada tem tido", assim replica o Deputado Catarinense:

"Mas por mim mesmo, já por iniciativa minha, sei encaminhar os interesses do patrão e das conveniências dos operários.

Os meus operários nunca se revoltaram contra mim. Os seus salários foram levantados em 100% depois que encareceu a vida. Eles têm alimentação ao preço dos atacadistas, (48) tem médico que seu patrão fornece e escola junto à fábrica.

Eu me dispensaria de aludir a mim mesmo, si o nobre Deputado não me honrasse com o seu aparte.

Não venho pedir ao Código do Trabalho nem à sociedade que me garantam contra o meu operário, porque elle é meu amigo. Estou falando em tese, diante do interesse nacional, que não devia ser suplantado como foi na ex-poderosa Russia que depois de reivindicar..."

Num aparte, o Deputado Vicente Piragibe replica que Abdon Baptista estava confundindo uma coisa com outra, isto é, a greve com o movimento anarquista, e, que, na verdade, não existia esse movimento, mas sim a greve pacífica, segundo a qual os operários não queriam matar ninguém, só queriam o direito ao trabalho. Nada mais.

Eis a resposta de Abdon Baptista:

(48) Lembramos que Abdon Baptista era médico. Conforme depoimentos de pessoas que viveram na época, ele tratava dos seus operários gratuitamente.

"Então, tenho lido mal tudo isto. Certamente muitos querem seus interesses atendidos; suas condições melhoradas e fazem a greve pacífica; o que é um direito; há, porém, manifestações claras, positivas, de que tem havido manifestações subversivas e o que eu não desejo é que representantes da Nação e que a autoridade superior cooperem, mesmo in diretamente, mesmo pelo silêncio, para que elementos anarquistas attentem contra a ordem (...).

Insistir, mesmo que por meio indireto, movimentos subversivos, é fazer obra contra a prosperidade da Nação, que deve ser o ídolo de todos nós".

No dia 30 de novembro, o "Jornal do Comércio", do Rio, publicava (49) uma "Carta Aberta ao Sr. Deputado Dr. Abdon Baptista", assinada pelos Diretores do Centro Industrial do Brasil, fornecendo maiores informações ao Deputado Catarinense sobre a verdadeira situação das indústrias de tecidos. Os dois primeiros parágrafos, abaixo transcritos, demonstram a identificação do Centro Industrial do Brasil com o pensamento de Abdon Baptista.

"A vossa palavra na Câmara dos Deputados teve, nos meios industriais, a mais simpática repercussão, não só pelo seu alto bom senso e absoluta justiça, como pelo vosso prestígio, firmado nas altas posições que tendes ocupado, não só na Câmara e Senado Federais, mas, também, na administração pública.

Seja-nos lícito trazer-vos o nosso sincero aplauso e agradecimento, por haverdes derramado sobre as excitações da paixão, do preconceito, do sentimento ou do interesse eleitoral, o calmante da verdade dos fatos" (50).

(49) Jornal do Comercio (Rio), 30-11-1918, In: CARONE, Edgard. O Pensamento Industrial no Brasil (1880-1945). RJ-SP, Difel, 1977 pp.302 a 307.

(50) A íntegra da "Carta Aberta ao Sr. Deputado Dr. Abdon Baptista" encontra-se em apêndice deste trabalho.

Tais declarações nos levam a concluir que o pensamento do Industrial-Parlamentar Abdon Baptista refletia o pensamento industrial no Brasil.

3.8 O DECLÍNIO DA POLÍTICA DE ABDON BAPTISTA

Em 1918, Abdon Baptista exercia dois cargos políticos: o de Superintendente Municipal e o de Deputado Federal. Dedicando-se mais ao segundo, administrou esporadicamente o município, deixando tal tarefa aos seus substitutos.

Com 35 anos de atividade política, Abdon Baptista conquistara efetiva liderança na região de Joinville. Não é de se estranhar, portanto, a calorosa recepção que lhe fora preparada quando da sua estada em Joinville (51).

Ignácio Bastos, em nome do Partido Republicano de Joinville, cumprimentou o Deputado, proferindo discurso no qual dizia que o acolhimento que se lhe dedicava era o resultado da inquebrantável união do Partido em torno do seu chefe, que estava cada vez mais identificado com a direção política de Lauro Müller.

Na verdade, a razão da estada de Abdon Baptista em Santa Catarina residia no seu interesse em tomar parte na reunião do Conselho Superior do Partido Republicano. Marcada para 27 de junho, em Florianópolis e sob a direção de Lauro Müller, a sua finalidade era a escolha dos candidatos aos postos de Governador e Vice-Governador do Estado (52).

Apontado como candidato para o cargo em questão, Abdon Baptista declarou, em entrevista (53), que havia sido procurado por Vidal Ramos, tendo este insistido para que ele se

(51) Gazeta do Commercio (Joinville), 8-6-1918

(52) Gazeta do Commercio (Joinville), 8-6-1918

(53) Gazeta do Commercio (Joinville), 6-4-1918.

apresentasse como candidato. Fez ver, então, a Vidal Ramos, que se achava muito bem no Rio, já estava velho, não tendo, portanto, vaidades pessoais. Entretanto, se colocava à disposição do Partido caso este o escolhesse, já que Lauro Müller recebera sua candidatura de "braços abertos". Fez questão de deixar bem clara a inexistência de ajuste prévio. A propósito, comentava-se que quando Abdon Baptista havia cedido sua cadeira no Senado a Lauro Müller, este se comprometera a fazê-lo Governador. Negando este fato, afirma: "Quando cedi minha cadeira de Senador ao meu ilustre chefe, aquela cadeira lhe pertencia, porque delle a recebi. Nestas condições sou apresentado ao eleitorado de minha terra e, sendo eleito, farei o que estiver ao meu alcance para servir bem ao meu Partido. Sempre fui homem disciplinado".

Quanto a Hercílio Luz, que também ambicionava o cargo e já excursionava pelo interior do Estado em campanha política, assim se expressava Abdon Baptista: "O meu companheiro, creio que é o Senador Hercílio Luz, que também posso chamar de meu amigo, si está em excursão política, como dizem os telegramas, é que está resolvido a apresentar-se por si mesmo, pois a definitiva organização da chapa será somente em junho. O Senador Hercílio conta com dois municípios do Estado - Tubarão e Aranguá. Os chefes desses municípios do Sul do Estado estão ligados ao meu antagonista por laços de coração. Lembro-me bem que tudo isso eu já disse ao meu amigo Hercílio que me respondeu a seguinte phrase que, por si só, representa quasi um acordo: Muito bem, Abdon ou eu ou você."

Combativo como era, Hercílio Luz, apoiado por inflamados artigos do jornalista João de Oliveira, exerceu tamanha pressão contra Abdon Baptista que este desistiu da candidatura (54).

(54) CORRÊA, Carlos Humberto. S.C. Um Estado Entre Duas Repúblicas - A luta política num período de mudanças ideológicas - 1930-1935. Tese de doutoramento apresentada à USP, SP

A esse tempo, Hercílio Luz lutava pela hegemonia em todo o Estado e, para isso, tornara-se necessário que se desmantelasse a política de Abdon Baptista na região de Joinville. Levantando a bandeira do catarinencismo contra seu rival que era baiano, a política "hercilista" penetra em São Francisco do Sul através do Jornal "A Razão", cujo primeiro número saiu em 31 de março de 1918. Já em seu segundo número, "A Razão" passa a fazer propaganda em favor de Hercílio Luz e, em contrapartida, acirrada oposição a Abdon Baptista.

Diante da desistência do candidato de Vidal Ramos, a Comissão Diretora do Partido Republicano procurou uma forma de conciliação, indicando Lauro Müller para Governador e Hercílio, para Vice.

O Dr. Carlos Gomes de Oliveira é de opinião que este resultado representou uma vitória para Hercílio Luz, uma vez que Lauro Müller, sendo uma figura nacional, não iria se dispor a vir para Santa Catarina exercer o cargo de Governador, "sobretudo quando sabia que Hercílio Luz era um homem muito combativo"(55).

De fato, Lauro Müller foi eleito, porém não assumiu, ficando, pois, Hercílio como seu substituto.

A ambição de Hercílio Luz em governar o Estado foi satisfeita quando, de acordo com a Constituição Catarinense, como vice-governador candidatou-se à reeleição para Governador (56). Reeleito, agora para Governador, Hercílio Luz fir

(55) OLIVEIRA, Carlos Gomes de. Entrevista concedida a Eneida Raquel S.Thiago, de acordo com as técnicas da História Oral, 24-7-1978.

(56) A Constituição Catarinense proibia a reeleição de Governador, permitindo, porém, a de Vice-Governador para Governador, desde que se desincompatibilizasse do cargo seis meses antes. CORRÊA, Carlos Humberto, op.cit.p.31.

ma-se definitivamente como chefe incontestado da política catarinense. Lauro Müller, a partir daí ficará no ostracismo, pois, como afirma Carlos Humberto Correa, Hercílio Luz não mais permitiu que este voltasse a Santa Catarina, vindo o Senador a falecer no Rio de Janeiro em 1926 (57).

Tendo conseguido penetrar em São Francisco, Hercílio procurava uma maneira de fazer o mesmo em Joinville, nomeando, para Juiz de Direito nesta cidade, uma pessoa com condições de liderança, o Dr. Ulysses Costa. Este, conforme Carlos Gomes de Oliveira, "veio como Juiz de Direito e com a missão política, ditada por Hercílio, para desmontar a política de Abdon Baptista e para montar outra" (58).

Nesta circunstância, Carlos Gomes de Oliveira, recém formado em Direito, ingressa na política. Com seu cunhado Dr. Plácido Gomes, que era Deputado Estadual, montou em 1922, o jornal "Correio de Joinville" para fazer oposição à situação que se instalara no município.

Não demorou, entretanto, para que a ação de Hercílio Luz perdesse a razão de ser, porque a política de Abdon Baptista se desmontaria por si, com a morte deste, em 1922.

A partir daí, Ulysses Costa ficou sendo o chefe político de Joinville, com o apoio do Governo de Hercílio Luz - (59).

(57) CORRÊA, Carlos Humberto, op.cit., p.31

(58) OLIVEIRA, Carlos Gomes de, op.cit.p.11

(59) Idem, p.13 e 14.

C O N C L U S Õ E S

Embora já tenhamos ressaltado alguns aspectos conclusivos desta dissertação no final de alguns capítulos, resta-nos dizer que o estudo dos principais fatores que promoveram a passagem de liderança germânica para a luso-brasileira no período estudado, demonstra a importância da atividade ervateira desenvolvida em Joinville após a conclusão da Estrada Dona Francisca. Esta foi de suma importância para o desencadeamento dos fatos que se lhe seguiram, tais como a fundação de diversas firmas exportadoras de erva-mate, detidas, na maioria, pelo grupo de parentela cujo tronco foi João Gomes d'Oliveira, a expansão deste grupo através dos laços de compadrio, de casamento e econômicos; o fortalecimento do grupo com a fusão das diversas firmas ervateiras na Companhia Industrial e a consequente formação da "oligarquia do mate".

O quadro econômico e social que se formou no final do século XIX na Região de Joinville promoveu a liderança luso-brasileira, uma vez que, através da atividade ervateira, Joinville conquistou expressividade econômica, ligando-a a vários pontos do país e do exterior. Esta foi uma situação inteiramente nova, já que as atividades econômicas até então se restringiam ao mercado interno de Joinville e, quando muito, à exportação de alguns produtos para São Francisco do Sul.

A liderança econômica e social detida pela oligarquia do mate estendeu-se ao âmbito político. Os três principais acionistas da Cia Industrial, Ernesto Canac, Procópio Gomes

Oliveira e Abdon Baptista, estiveram, com alguns intervalos, à testa da administração municipal desde 1890 até 1922.

A análise da atuação política de Abdon Baptista, no entanto, demonstrou ser este o maior representante político da oligarquia do mate, à qual se integrara através do seu casamento, da sua capacidade de mando e do seu tino político. Natural da Bahia, chegou em São Francisco do Sul em 1880 e já em 1884 conquistara um lugar na Assembléia Legislativa Provincial, pelo Partido Liberal. Tendo, em 1889, galgado ao alto posto de Vice-Presidente Provincial e tendo estado no exercício da Presidência, afastou-se dos ideais republicanos. Embora homem de idéias progressistas, tais ideais representavam para ele a perda do prestígio e do poder que alcançara através de um Partido monarquista.

Proclamada a República, entretanto, a liderança de Abdon Baptista se mantém quando, aliado aos Federalistas, tornou a Região de Joinville um território de livre passagem para os revolucionários riograndenses com destino ao Paraná. Isto só foi possível por sua atuação e autoridade local, já que a tendência da população era, quando não a neutralidade, o desprezo pela causa revolucionária.

Embora desgastado pela derrota dos Federalistas em 1894 e pela intensa campanha germanista que atingia frontalmente sua pessoa, Abdon Baptista mantém seu prestígio e liderança garantidos pelos ervateiros, que sentiam numa aproximação política o principal instrumento para enfrentarem os entraves burocráticos que ameaçavam sua atividade.

Com a fusão partidária iniciada em 1902 e consolidada em 1905, Abdon Baptista destacou-se, no Partido Republicano Catharinense, como o homem do sistema para liderar a Região de

Joinville, tanto no âmbito municipal como no estadual e federal.

Militando na ala "laurista" do Partido, trilhou caminho diverso de outro grande líder, Hercílio Luz.

A análise dos discursos que Abdon Baptista proferiu quando da sua atuação como Deputado Federal e Senador deixam transparecer a personalidade de um político que defendeu com sutileza questões relativas à reorganização do exército e reforma eleitoral, argumentando em favor da educação, que considerava condição básica para o desenvolvimento da nação; de um político que participou ativamente dos debates na Câmara referentes às greves dos operários em 1918, manifestando-se em defesa do trabalhador, mas, também, com muito cuidado, do capital, o que o caracterizou como um industrial e parlamentar do sistema que então se formava no Brasil.

O declínio da política de Abdon Baptista não só ocorreu em função da sua idade já avançada, sua saúde abalada, mas principalmente em função do seu adversário Hercílio Luz.

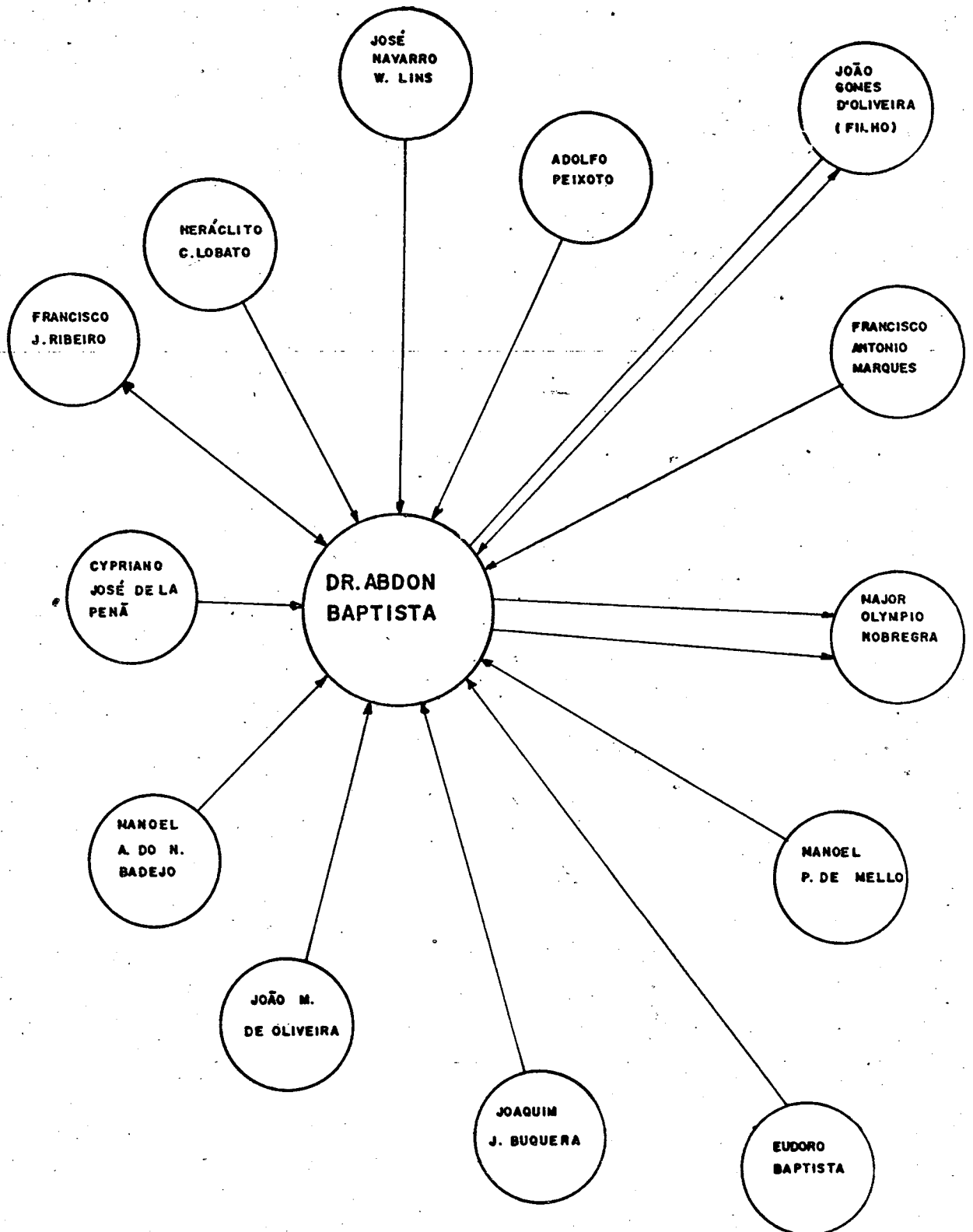
Já na implantação da República em Santa Catarina, os dois líderes trilhavam caminhos opostos. Hercílio, Republicano; Abdon, Federalista. Nem a fusão do Partido Federalista com o Republicano os uniu. Com o Partido dividido em duas facções, Abdon Baptista seguiu aquela oposta à de Hercílio Luz. A oposição entre os dois culminou em 1918 com a disputa à candidatura ao Governo do Estado, quando Hercílio Luz saiu vitorioso.

Entretanto, a liderança de Abdon Baptista foi consolidada de tal forma nos 40 anos em que militou na política catarinense que o "herciligismo" só penetraria, de fato, na Região de Joinville após sua morte, ocorrida em 1922.

O fato de a política da Região de Joinville, desde o final do Império até às duas primeiras décadas da República ter sido respaldada pela oligarquia do mate, representa, no âmbito político, por Abdon Baptista; mais a posição deste que, consolidado o novo regime, se firmou como o homem do sistema para representar a região de Joinville, leva-nos a sugerir um estudo sobre a possibilidade de o quadro político demonstrado nesta Dissertação identificar-se com o sistema de compromissos que caracterizou a Primeira Republica, ou seja, o "Coronelismo".

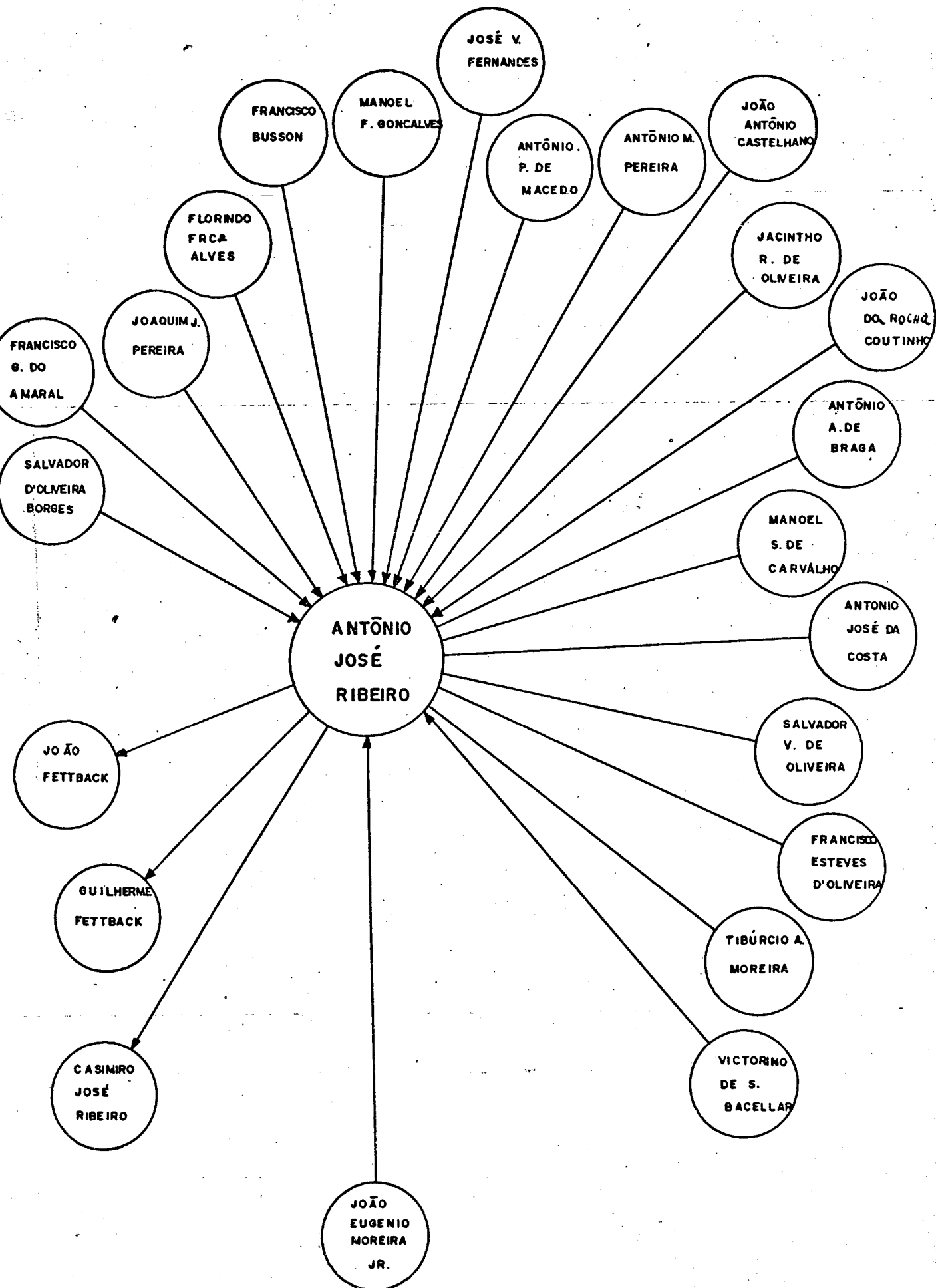
SOCIOGRAMAS INDIVIDUAIS

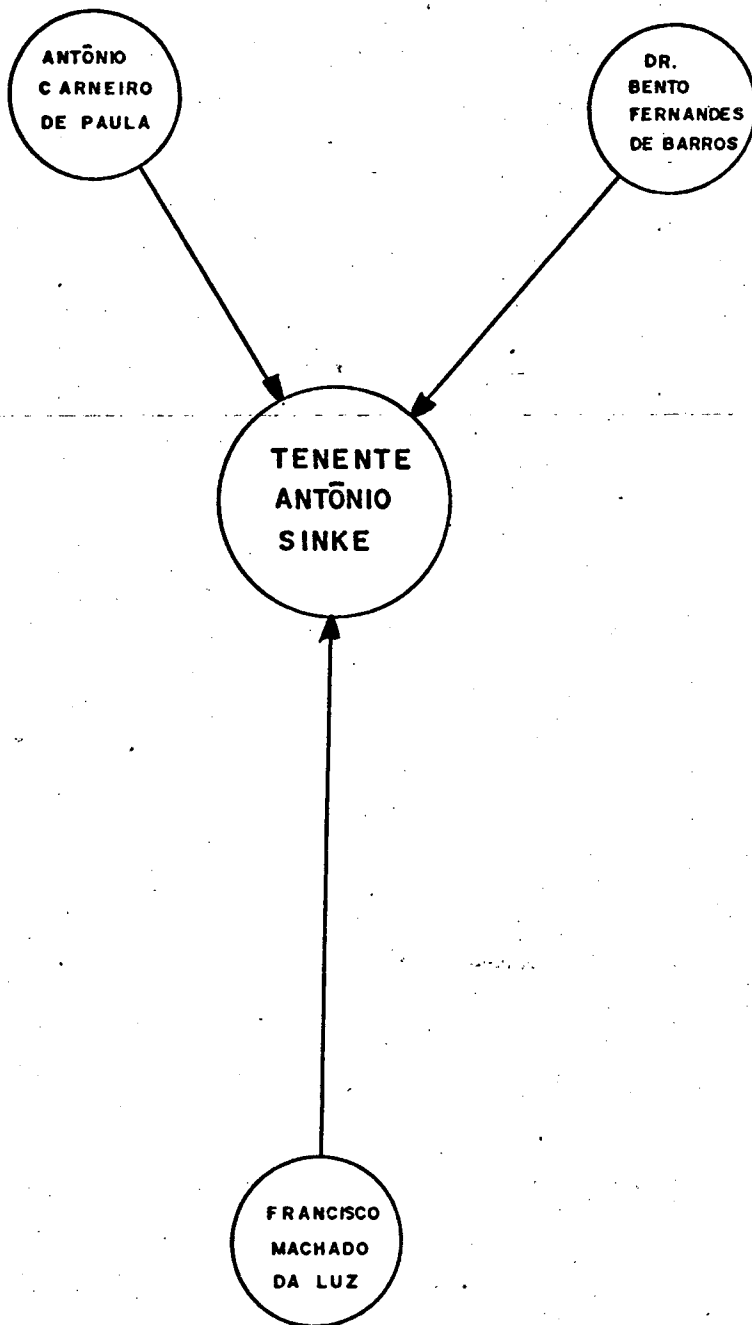
DR. ABDON BAPTISTA



ANTÔNIO JOSÉ RIBEIRO

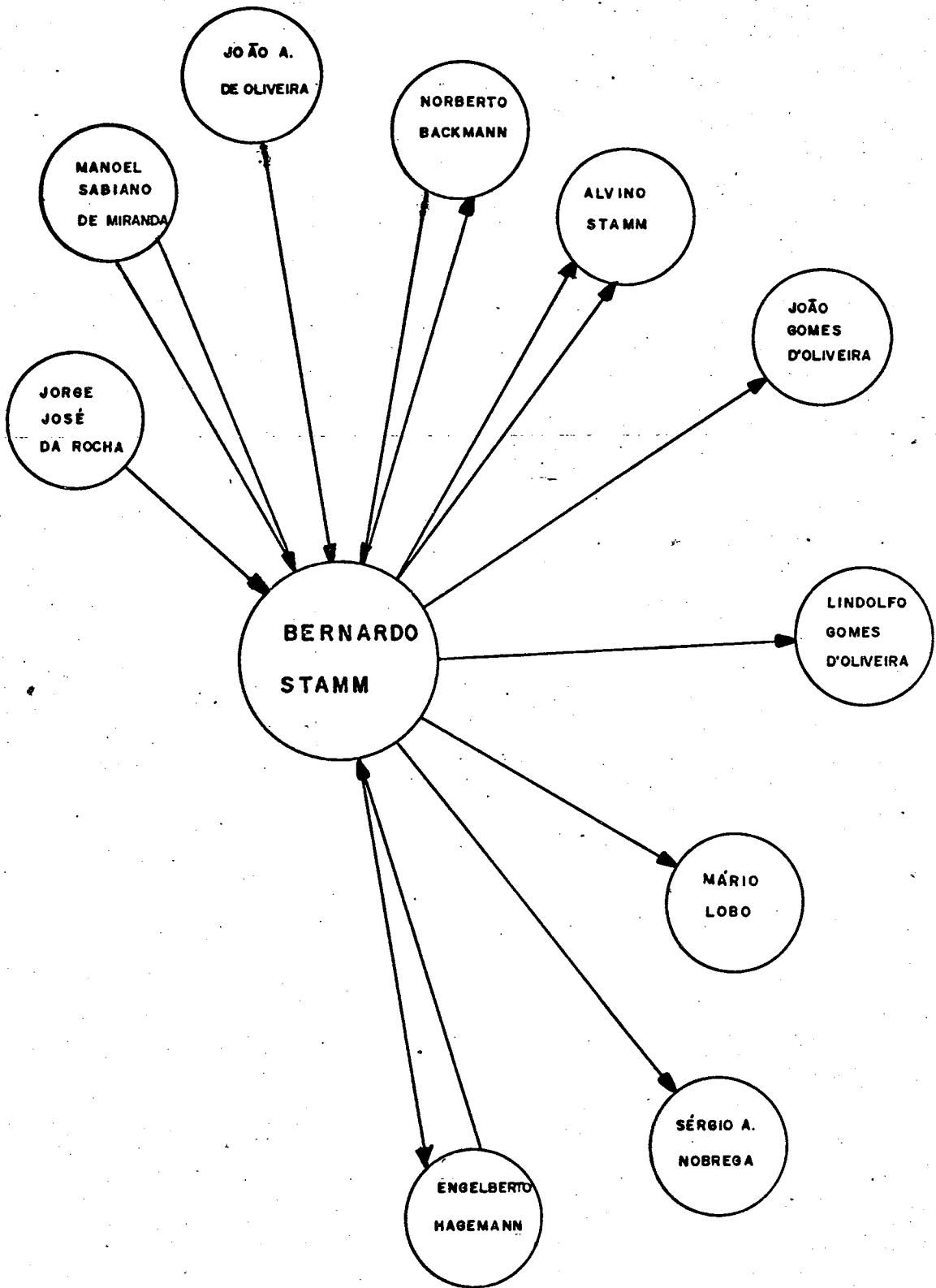
129

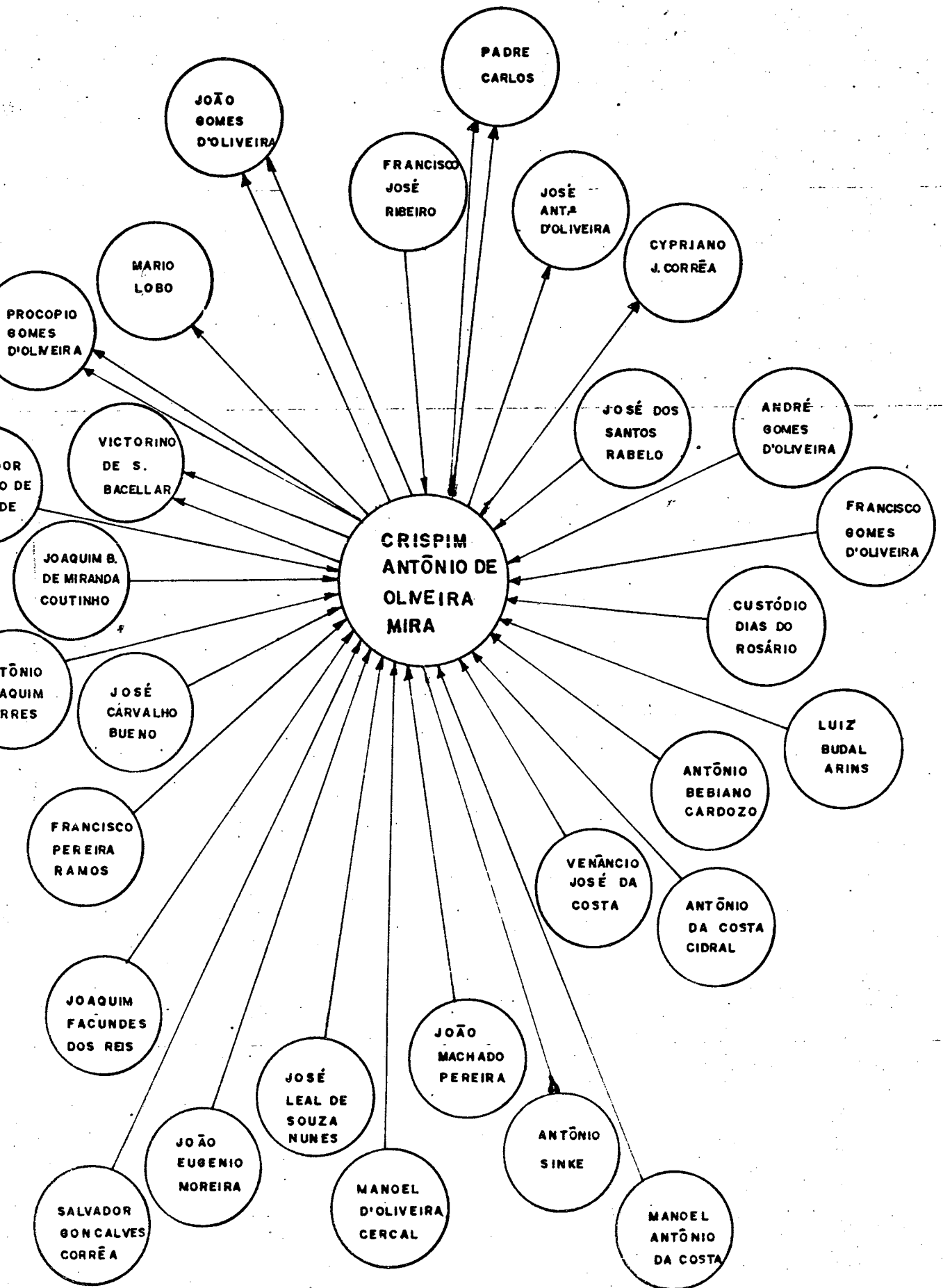


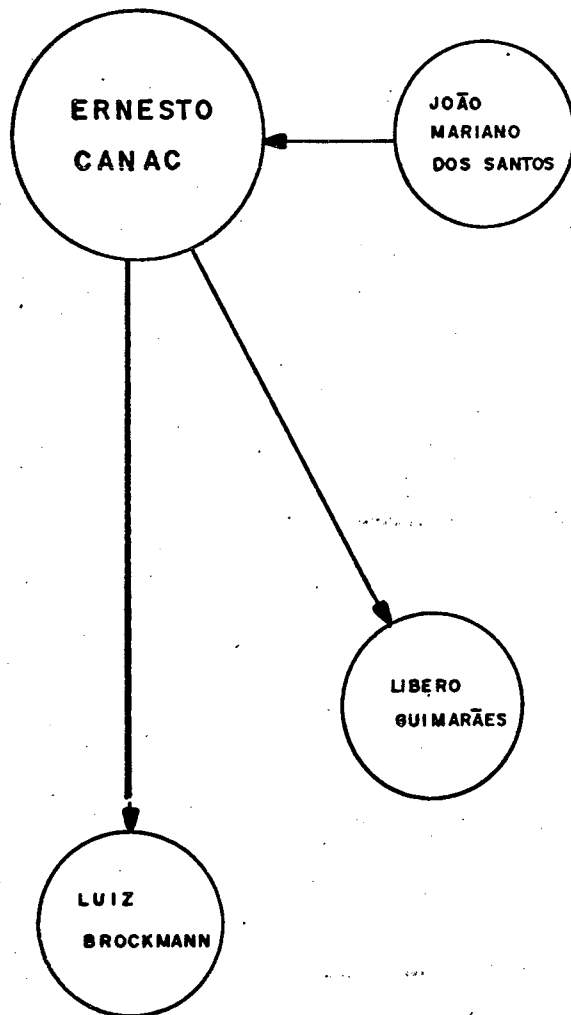


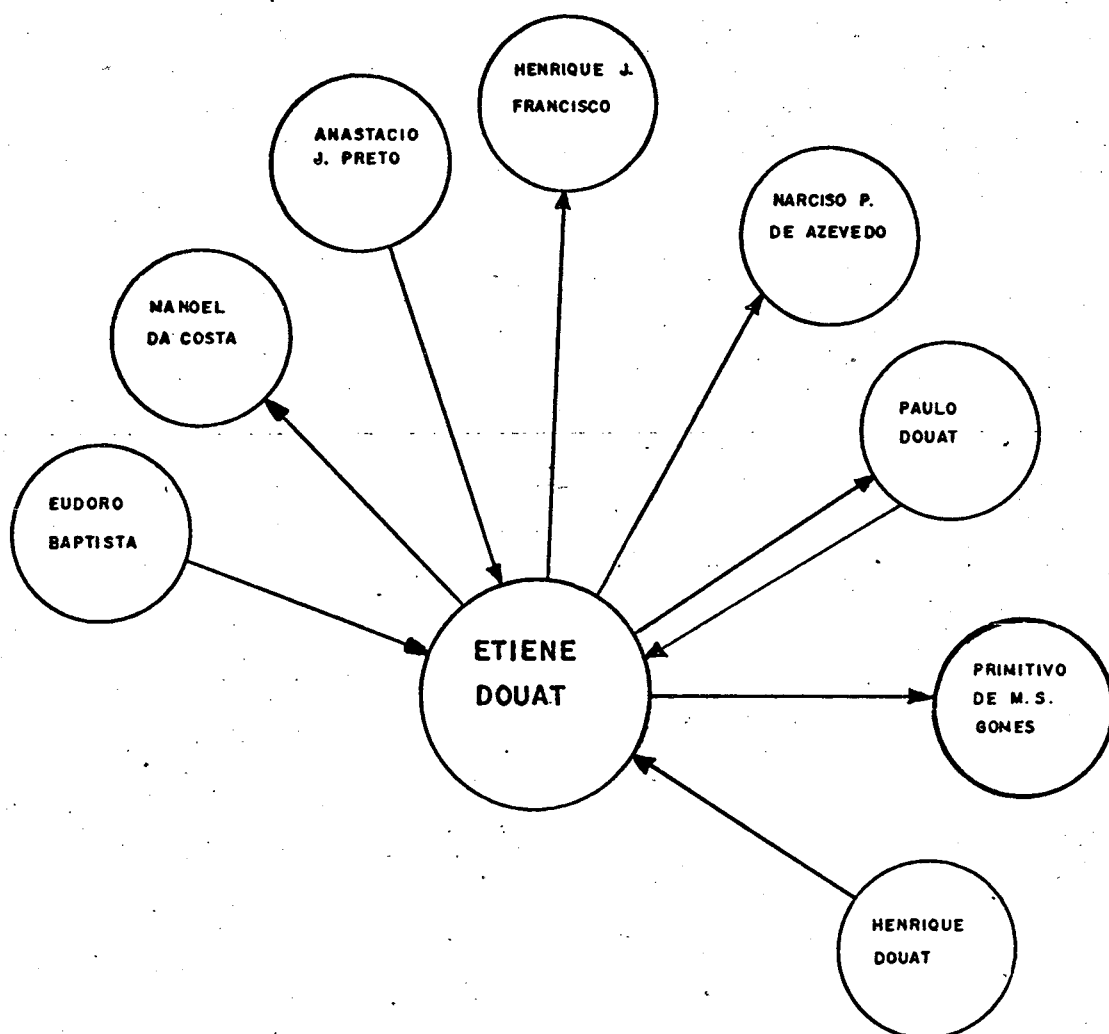
BERNARDO STAMM

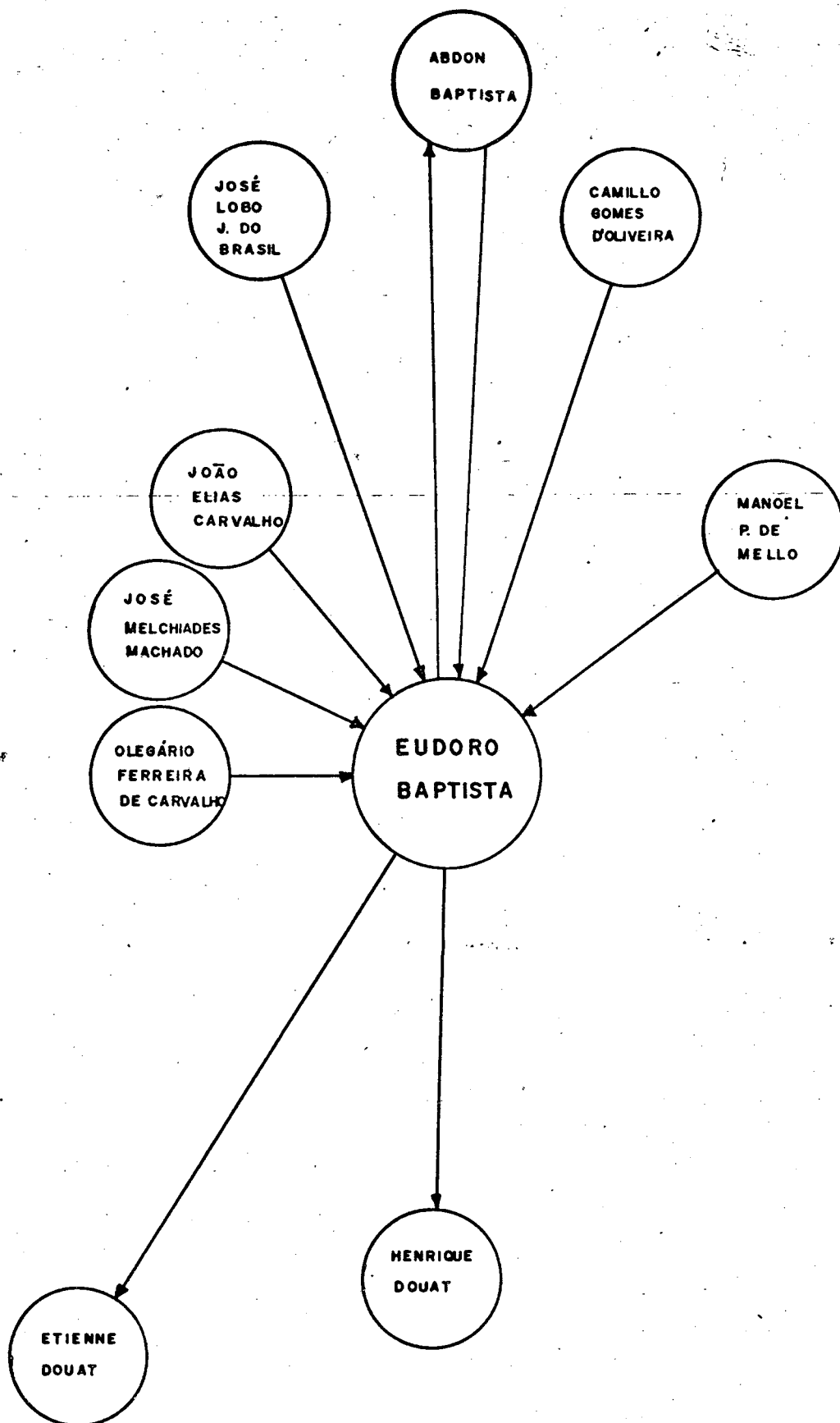
131

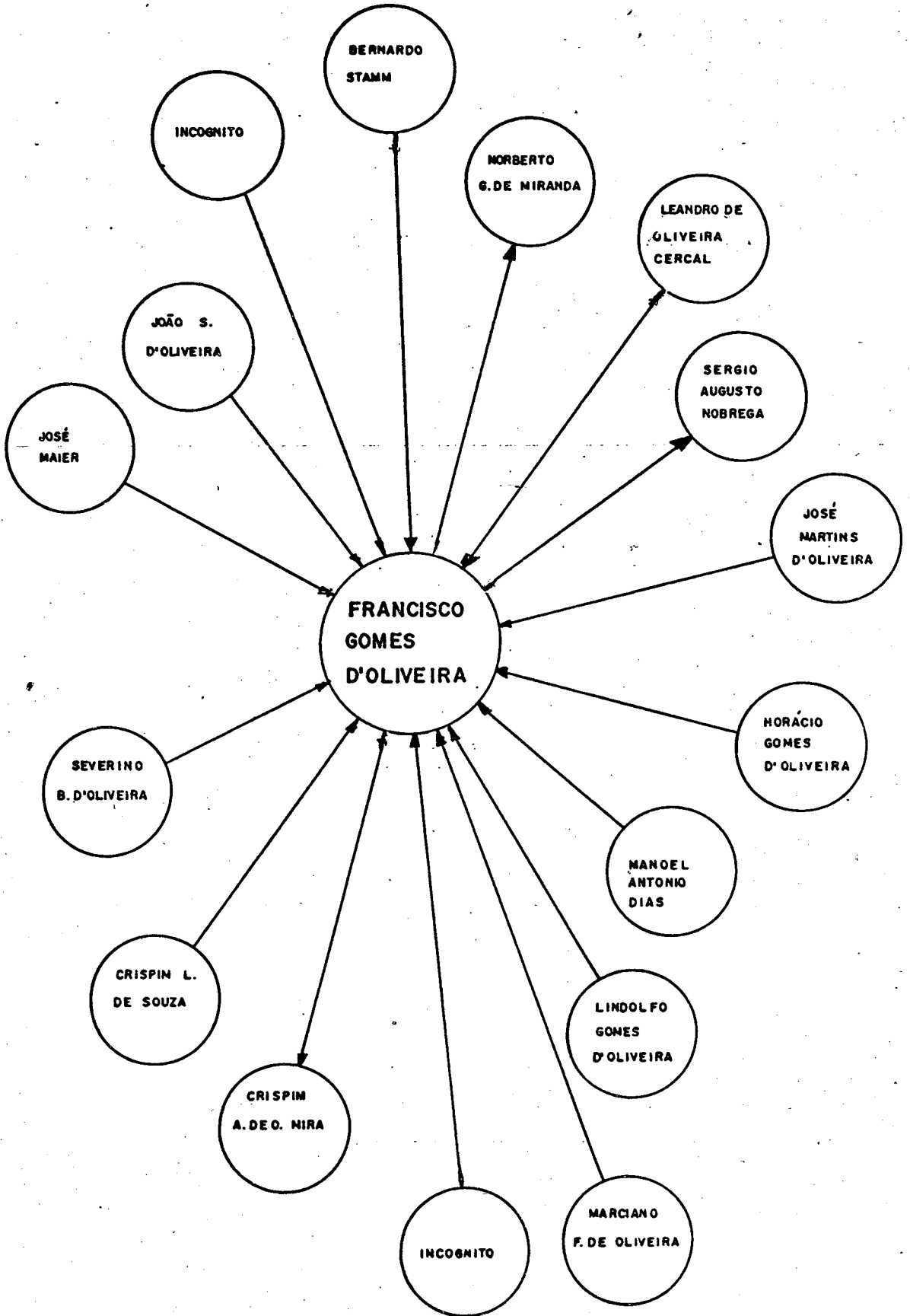


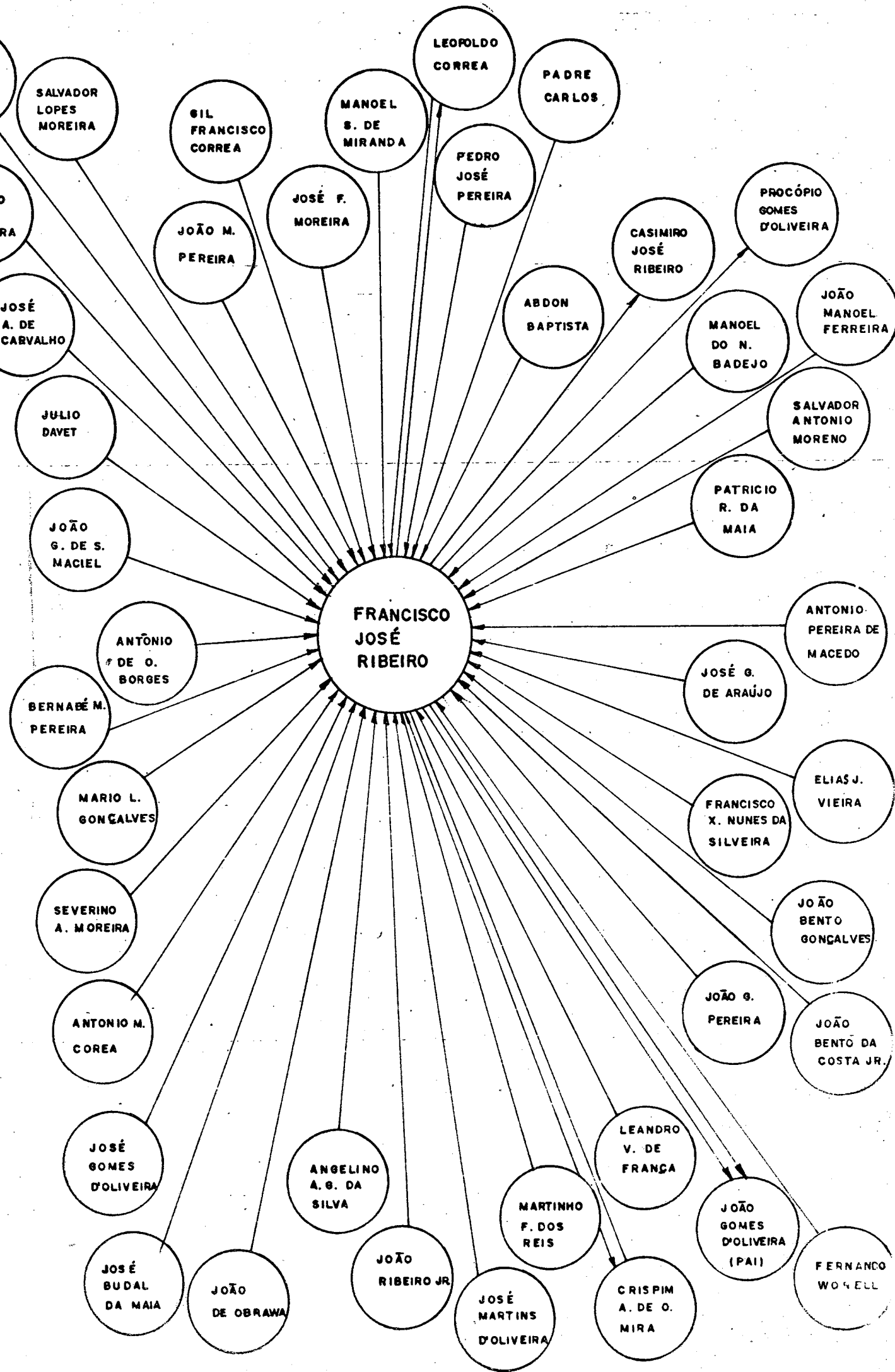


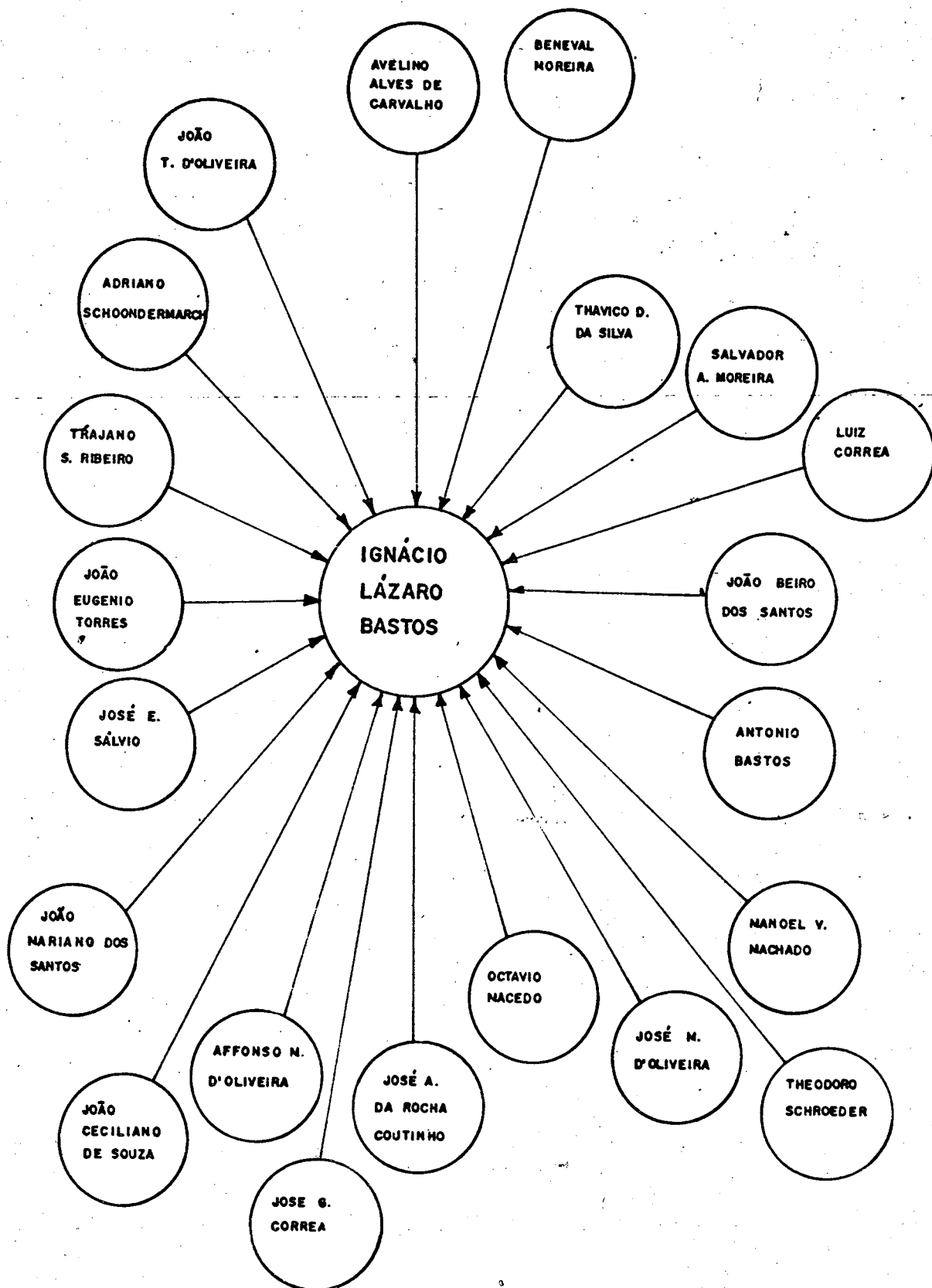


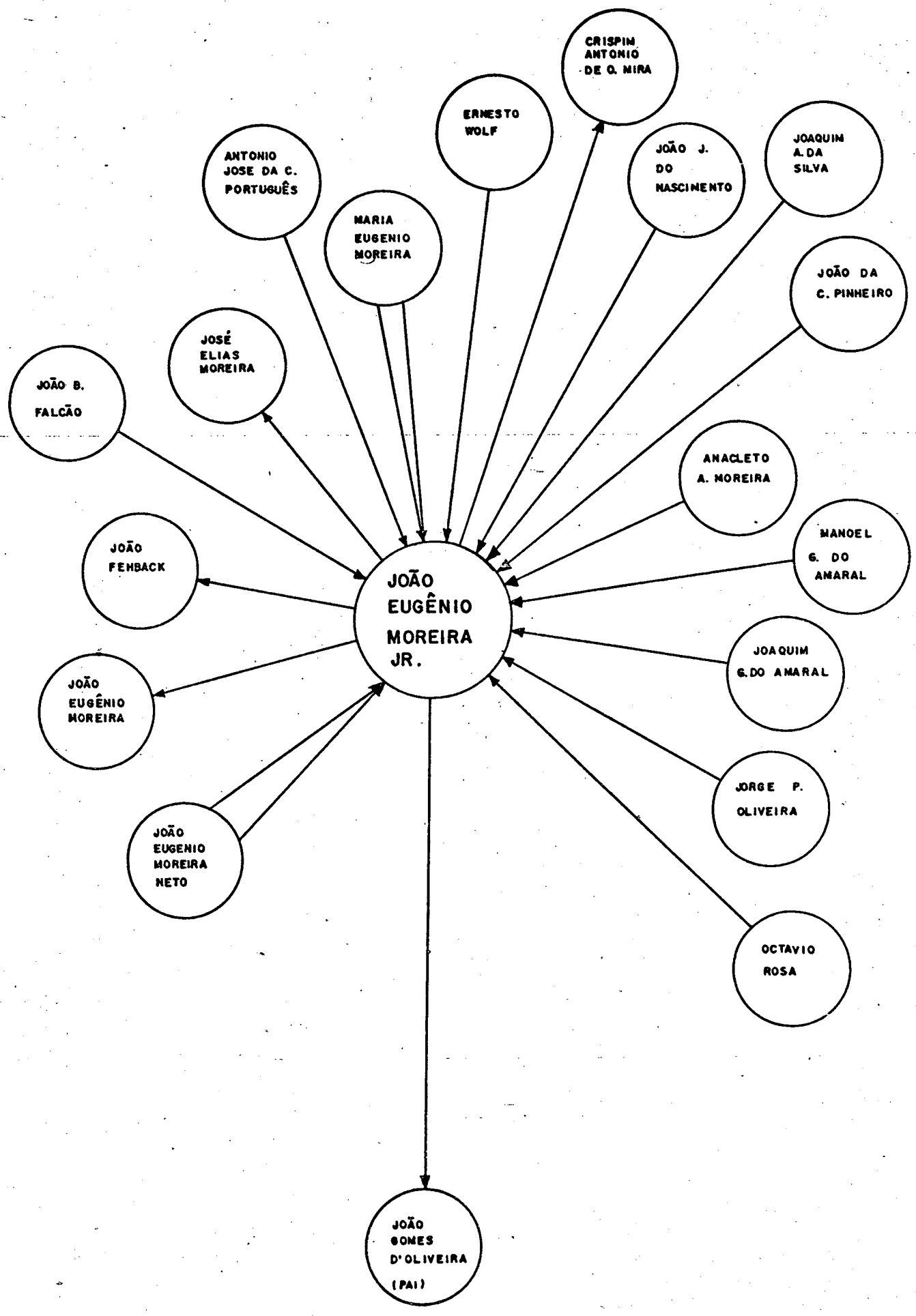




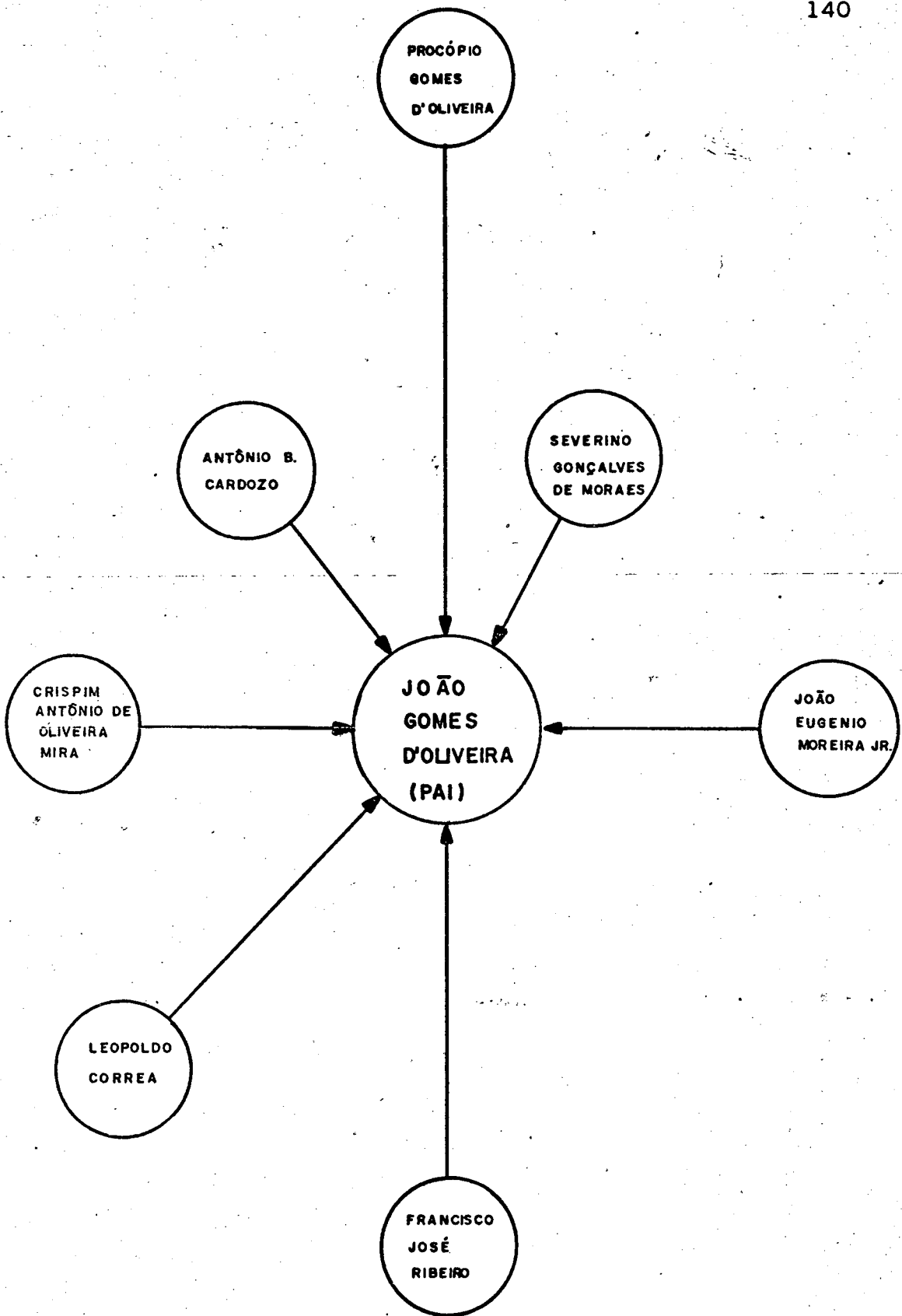


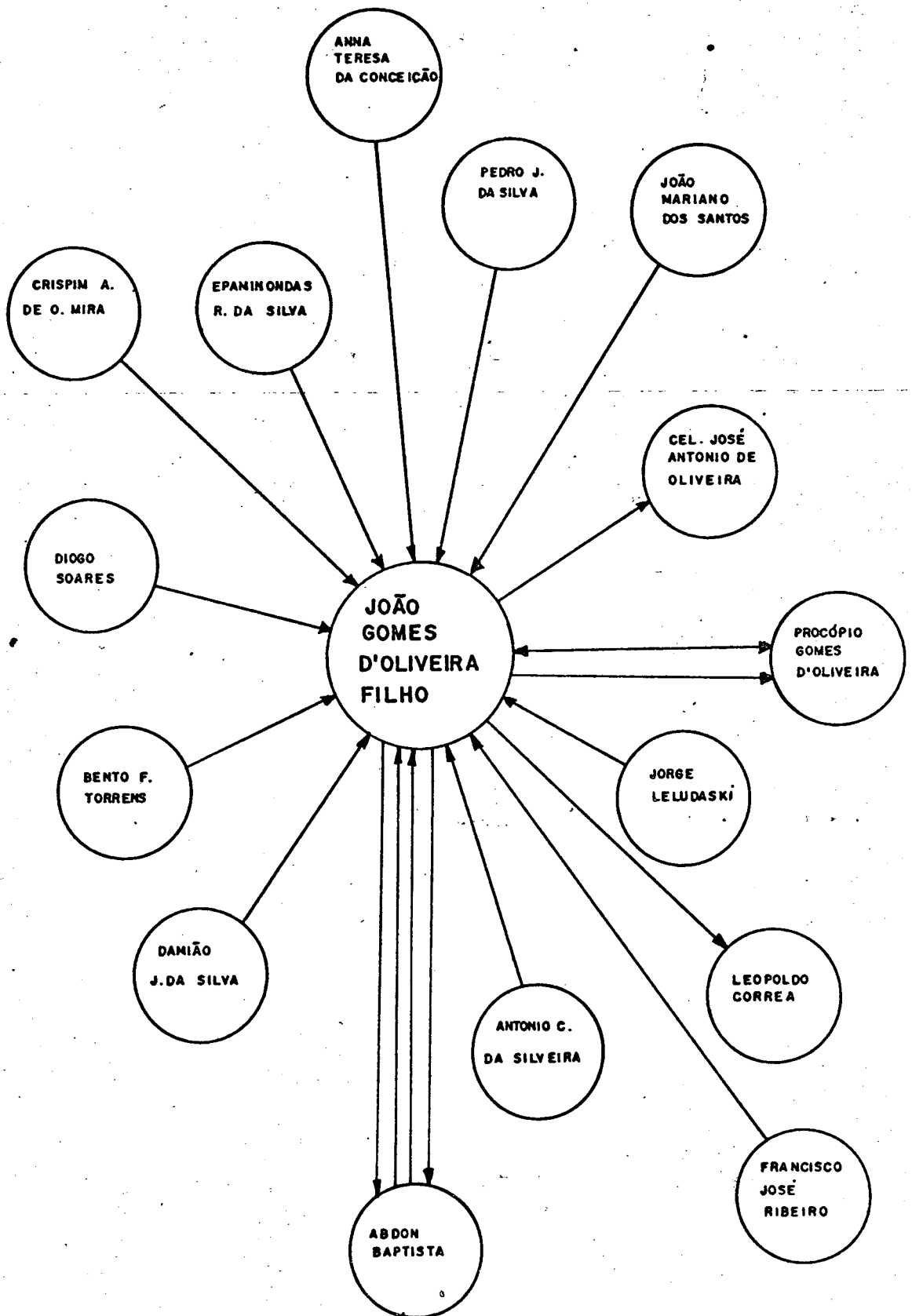






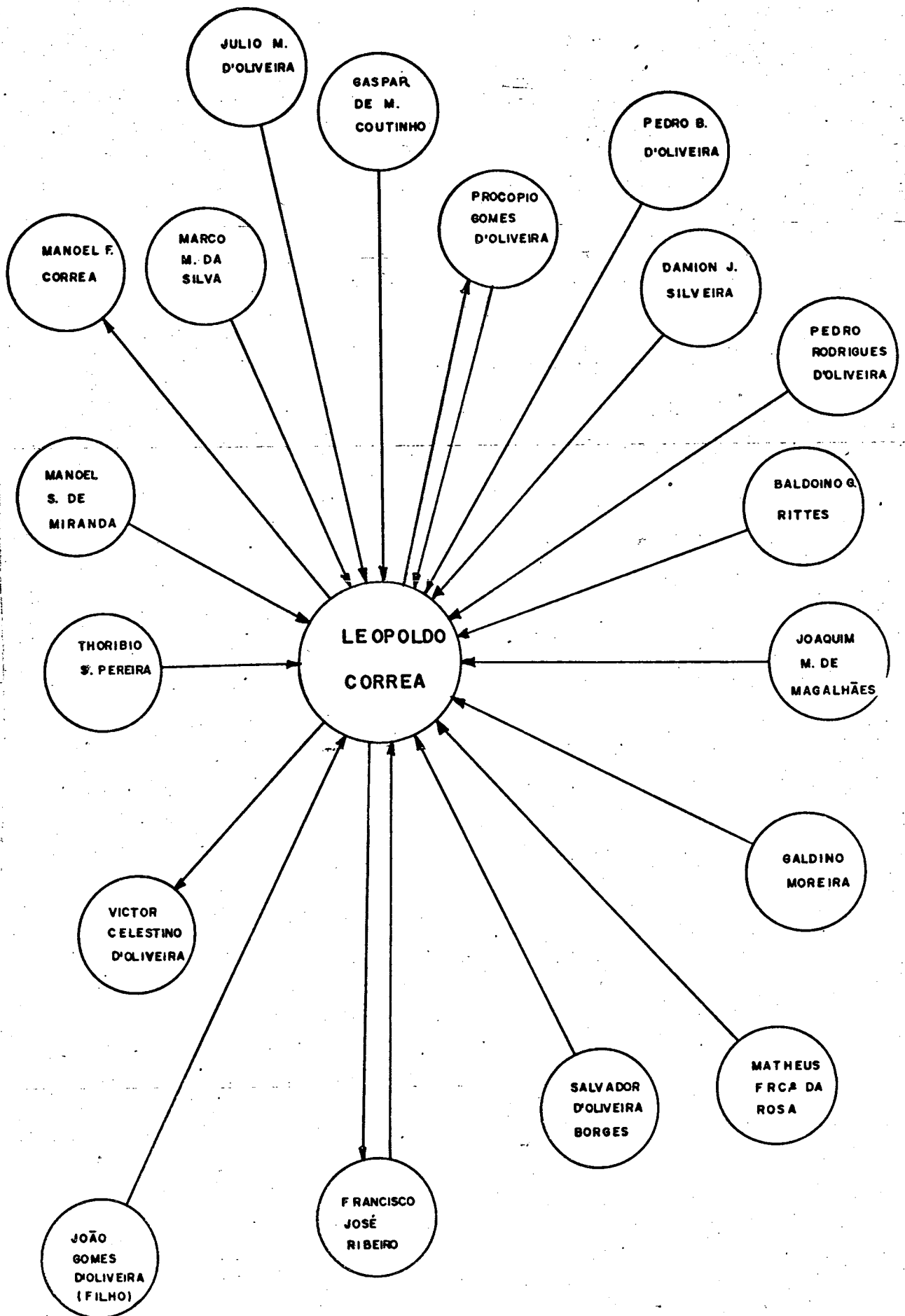
JOÃO GOMES D'OLIVEIRA (PAI)

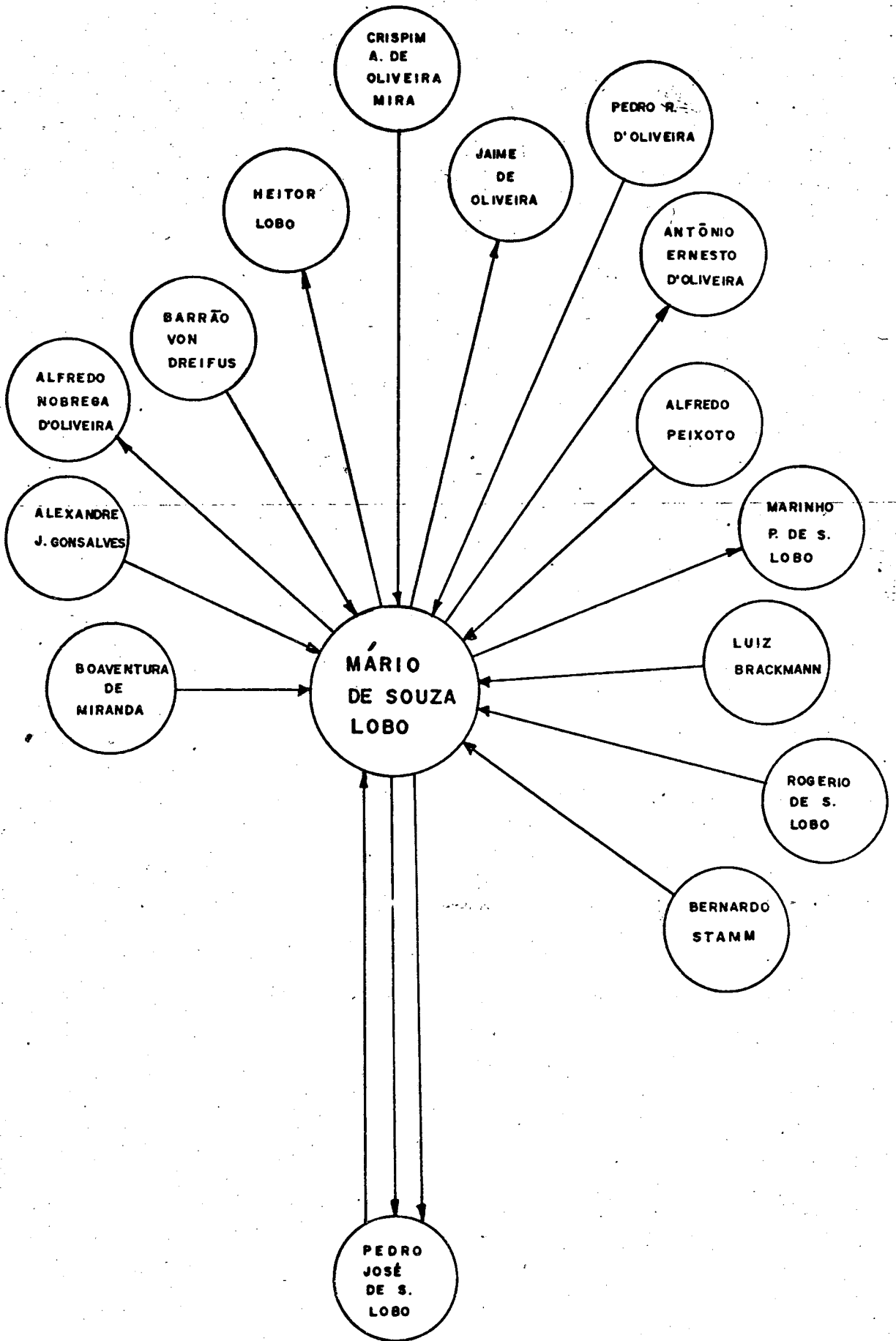




LEOPOLDO CORREA

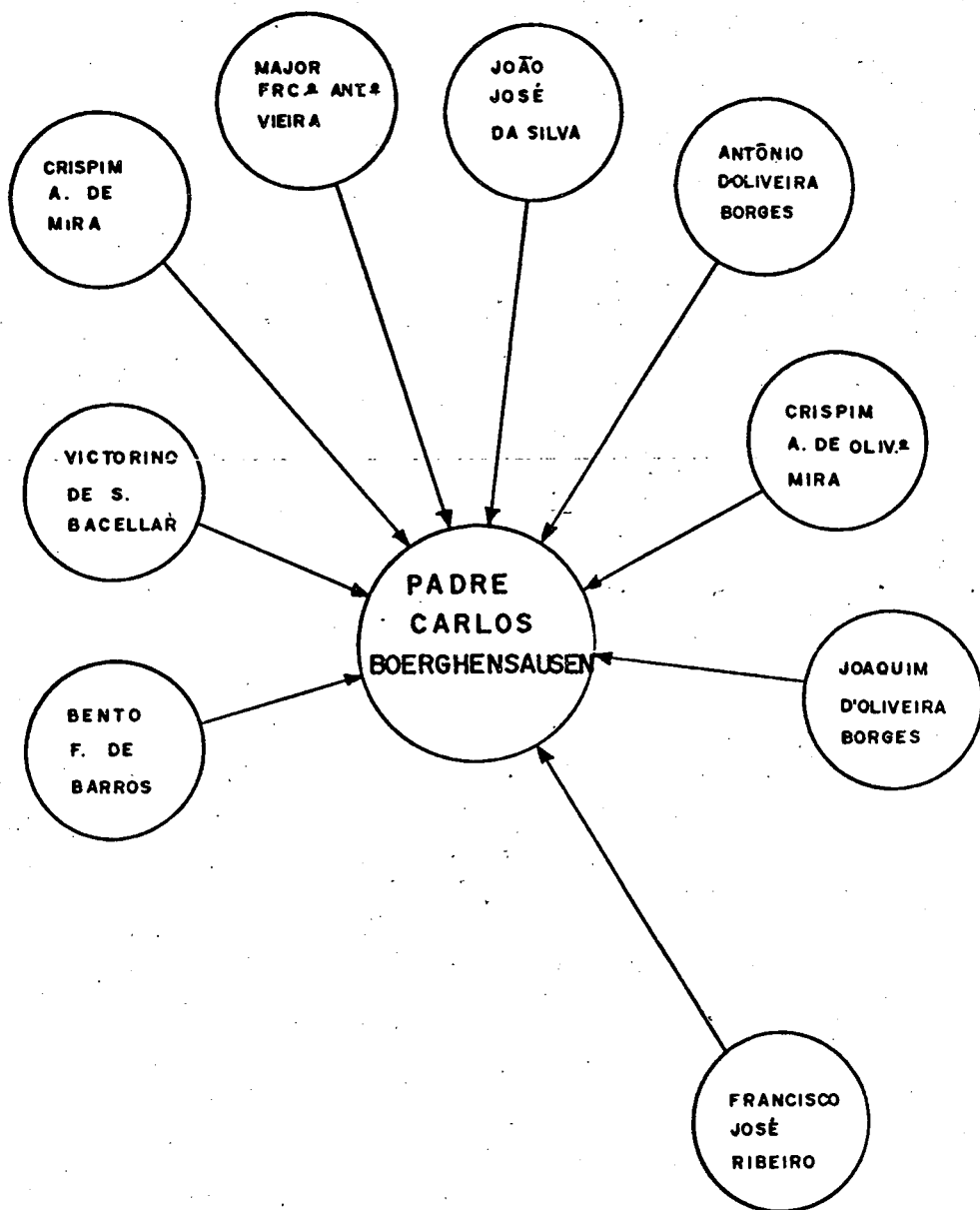
142





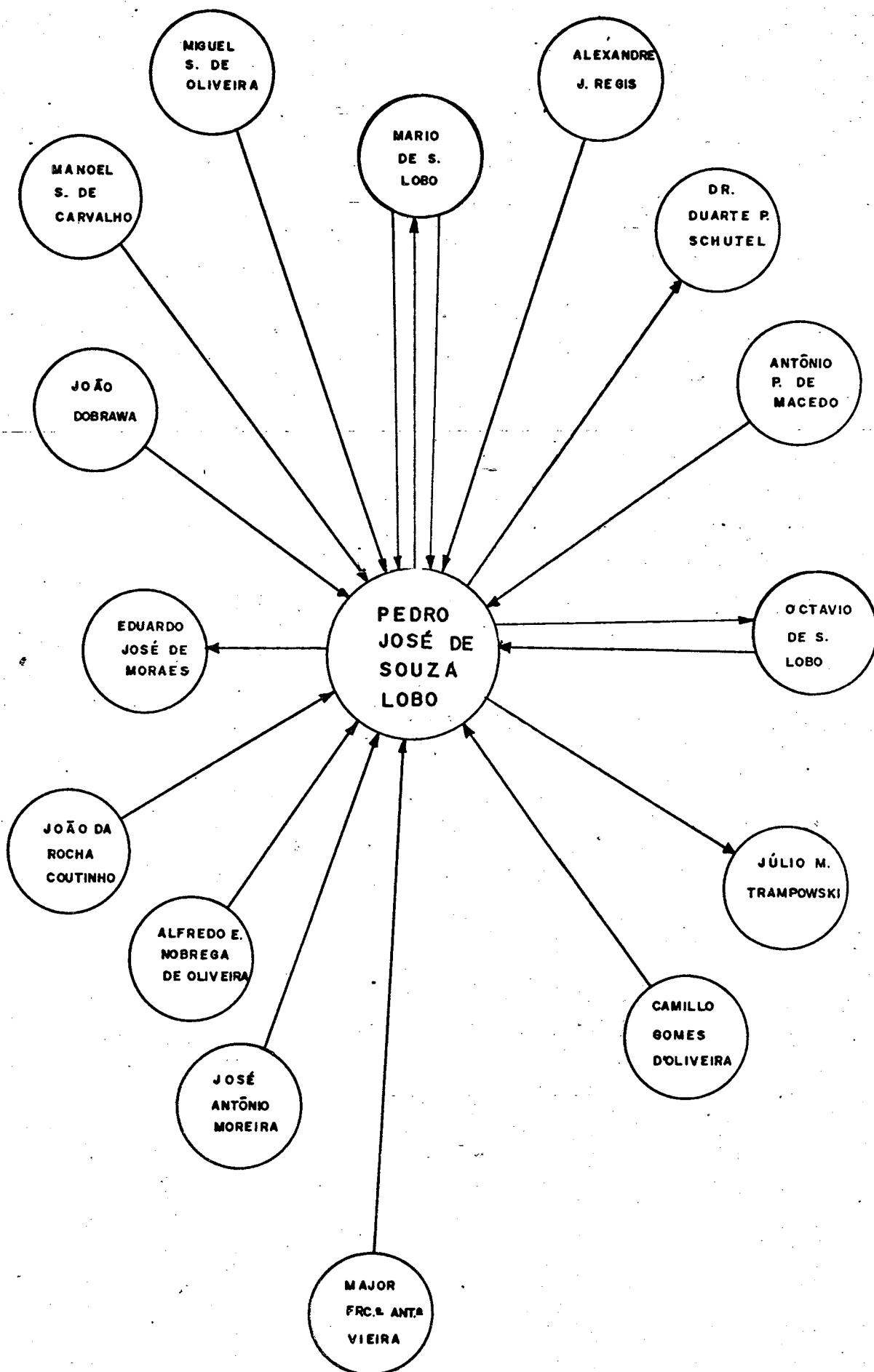
PADRE CARLOS BOERGHENSAUSEN

144



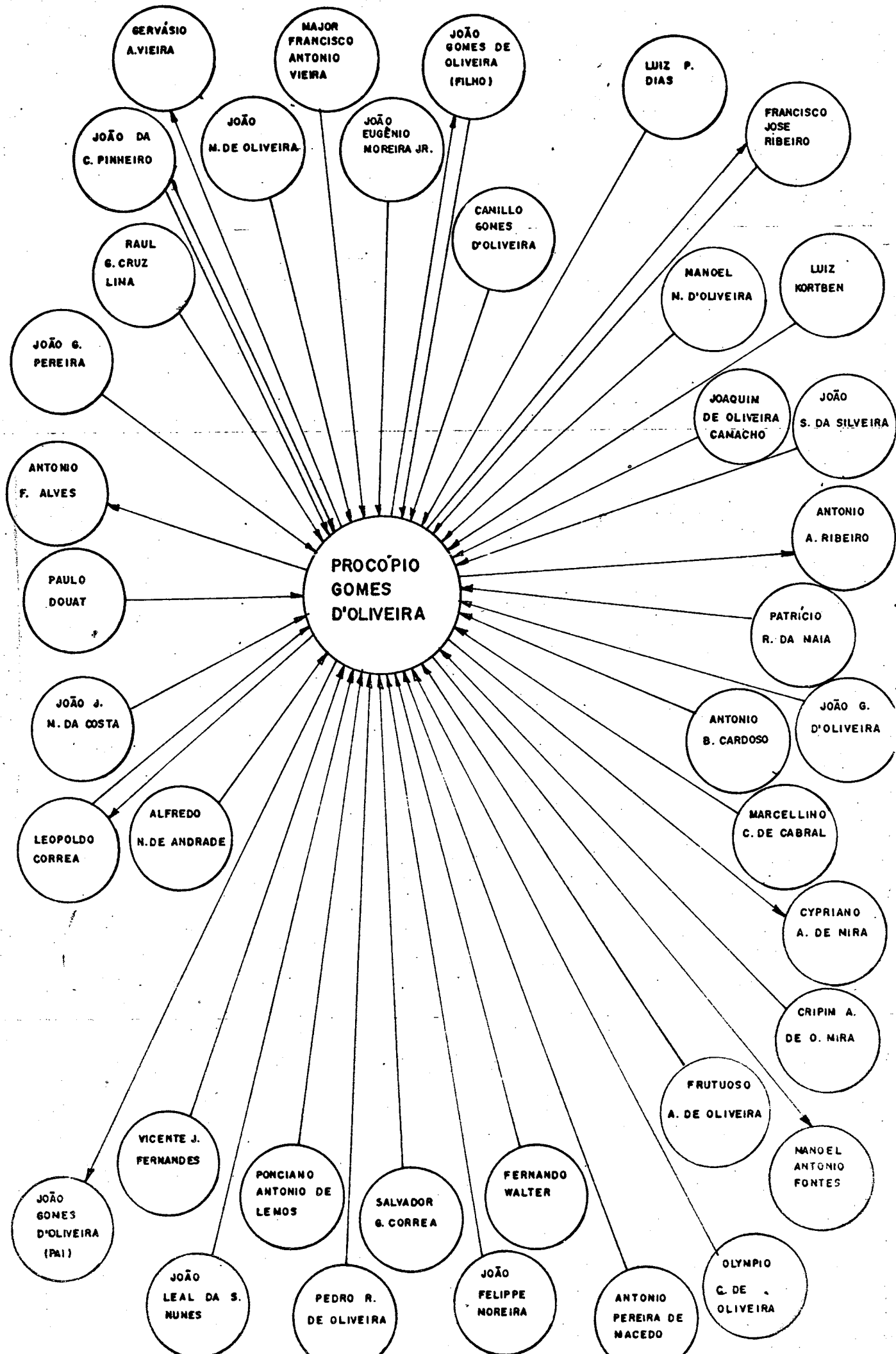
PEDRO JOSÉ DE SOUZA LOBO

145



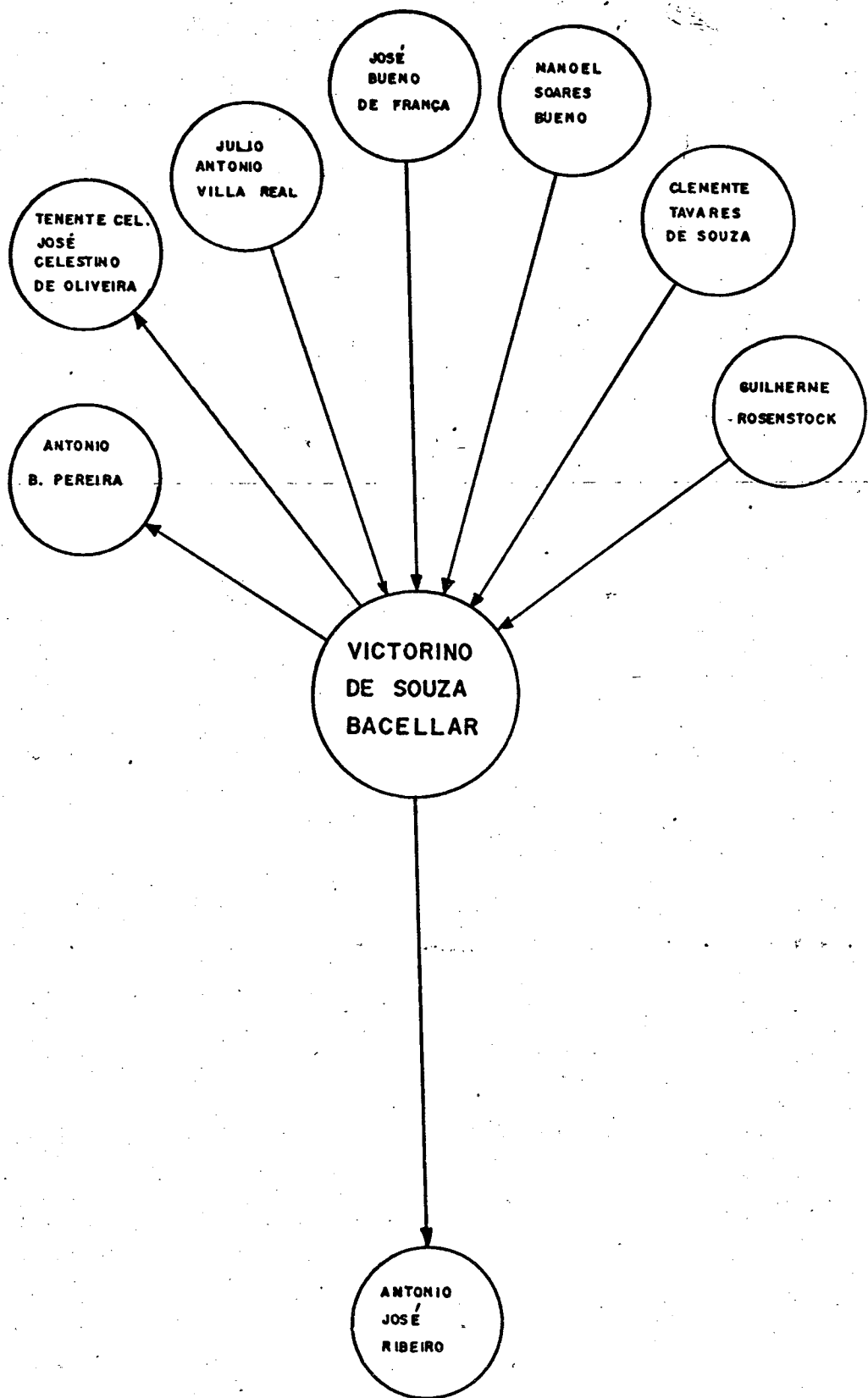
PROCÓPIO GOMES D'OLIVEIRA

146



VICTORINO DE SOUZA BACELLAR

147



APÊNDICE

CARTA ABERTA AO SR. DEPUTADO DR. ABDON BAPTISTA

Exmo. Sr.

A vossa palavra na Câmara dos Srs. Deputados teve, nos meios industriais, a mais simpática repercussão, não só pelo seu alto bom senso e absoluta justiça, como pelo vosso prestígio, firmado nas altas posições que tendes ocupado, não só na Câmara e Senado Federais, mas, também, na administração pública.

Seja-nos lícito trazer-vos o nosso sincero aplauso e agradecimento, por haverdes derramado sobre as excitações da paixão, do preconceito, do sentimento ou do interesse eleitoral o calmante da verdade dos fatos.

Essa verdade tem detalhes que não poderíeis conhecer. Vimos Vo-los oferecer, certos que nos achamos que a eles dareis a vossa esclarecida atenção.

Ativíssimo era o movimento comercial de tecidos, quando foi criado o Commissariado de Alimentação e incluído o algodão entre os gêneros requisitáveis e sujeitos à regulamentação de preços, e ainda o era até quando foi proibida a exportação do algodão em rama. As fábricas eram obrigadas ao máximo de sua atividade, para corresponder aos constantes e prementes pedidos dos seus fregueses.

Em setembro, porém, coincidindo com os atos governamentais acima referidos, uma paralização repentina ocorreu no comércio de tecidos, repercutindo-se essa situação nas fábricas desses artigos.

A posição das fábricas tornou-se delicada, e assim, em reunião do Centro Industrial do Brasil, ficou resolvido, diante da completa estagnação dos negócios de tecidos de algodão, tão grande que se previa, em breve, a impossibilidade de obter recursos para pagar ao operariado, reduzir um pouco o trabalho fabril, restrição que seria feita de acordo com as necessidades de cada fábrica.

Logo depois, entre 6 e 10 de outubro do corrente ano, irrompeu e durante muitos dias lavrou a epidemia da gripe, que estabeleceu nesta cidade uma situação sem exemplo em nosso país, com a cessação completa de todas as atividades. Foi força maior invencível que fez as fábricas de tecidos fecharem, durante aqueles dias negros, para logo reabrirem desde que isso se tornou praticável, o que se realizou em fins de outubro e princípios do corrente mês. O trabalho foi sendo feito de acordo com as condições do operariado, ainda incompletamente convescido e sob a pressão da crise comercial de tecidos, ainda mais agravada com as perturbações provenientes da epidemia que logo se alastrou por quase todo o Brasil.

Na ocasião da última greve, declarada justamente a 18 deste mês, dia em que rebentou o movimento sedicioso, felizmente, sufocado em tempo, as fábricas de tecidos, embora com sacrifício, estavam trabalhando com um horário que ia de 40 a 56 horas.

Não havia razão justa para essa greve, que, tão lamentavelmente, coincidiu com o movimento anárquico de 18 deste mês.

As fábricas estavam cumprindo, lealmente, o acordo celebrado com a União dos Operários em Fábricas de Tecidos, em 2 de agosto de 1917 e em 31 de agosto deste ano. A redução relativa às horas de trabalho, delibera sob o império das circuns-

tâncias, não infringe os citados acordos, pois o que se estabeleceu foi que as fábricas trabalhariam, normalmente, até 56 horas por semana, e não 56 horas por semana, taxativamente.

A resolução tomada, em geral, de trabalhar no mínimo 40 horas por semana, como, de fato, já se estava fazendo, quando rebentou a greve, não obedecia ao interesse comercial das fábricas e sim aos seus sentimento e deveres de humanitarismo e de sincero amor à ordem pública. Não existia, pois, repetimos, justo motivo para a greve declarada no dia 18 de novembro, de nefasta memória.

E assim, também, não procedem as acusações que, a propósito, têm sido feitas por certa imprensa, aos industriais de tecidos e especialmente ao Centro Industrial do Brasil, que na sua longa e afanosa existência de extremada dedicação à indústria nacional, em harmonia com os genuínos e legítimos interesses econômicos e financeiros do país, recebeu abundantes encomios, daqueles mesmos que, hoje, lhe atiram doestos, a granel.

Entre as acusações formuladas, há aquelas que se referem, propriamente, à atividade das fábricas de tecidos, durante e depois da epidemia de gripe, e outras que se reportam aos lucros dessas fábricas e mesmo à indústria de tecidos em geral.

Quanto ao primeiro aspecto, a realidade é a melhor defesa dos industriais. Nenhuma grande classe operária fabril encontrou mais prontos auxílios de toda natureza: médicos, farmacêuticos, dietéticos e funerários do que a classe dos operários em fábricas de tecidos. Além disso, abonos pecuniários foram feitos em quase todas as grandes fábricas, não havendo uma só que tenha realizado a menor pressão no que diz respeito aos alugueis das casas de suas numerosas vilas operárias. Os industriais de tecidos não receiam um rigoroso inquérito a esse res

peito. Certo que a sua assistência operária tinha um limite e este era o das disponibilidades pecuniárias e do direito que os diretores de fábricas, geralmente organizadas, sob a forma de sociedades anônimas, tinham de dispor dos fundos sociais, para donativos ou assistência operária. Mas, só se dá o que se tem e se pode dar.

Relativamente a lucros das fábricas, que atribuem os acusadores a preços excessivos, a acusação desaba ao peso da mais ligeira análise.

O preço do pano foi subindo na proporção da alta do algodão e mais acessórios e elementos da fabricação.

O preço do algodão em rama subiu 400% do seu valor, antes da guerra, e outras matérias-primas elevaram o seu preço até na razão de 1.000%.

Entre as matérias-primas, componentes do custo de produção dos tecidos e que subiram, em preço e alturas vertiginosas, contam-se as anilinas que foram de 4\$ a 80\$ o quilo, o carvão de pedra que passou de 28\$ a 200\$ a tonelada, o polvilho de 180 réis o quilo a 950 réis pela mesma quantidade!

Os salários já estavam aumentados, em geral, quando, por acordo, se concederam as bonificações de 10% e 20%, ao todo 30%, sobre os salários dos operários em fábricas de tecidos.

Entretanto, enquanto as matérias-primas subiam na razão de 400% e 1000%, os tecidos que alcançavam melhor preço chegavam, antes da crise atual, a preços equivalentes, apenas, a pouco mais do dobro do que obtinham em 1913, antes da guerra, logrando, assim, uma valorização que correspondeu, apenas, no melhor momento, a pouco mais de 100%.

Assim, se as fábricas ganharam mais, não foi devido à elevação dos preços e sim pela grande intensidade da produção para atender à enorme procura de tecidos, o que, se as obrigou a trabalhos extraordinários, também, em consequência, deu lugar ao pagamento de salários também extraordinários com apreciáveis vantagens pecuniárias para os operários em fábricas de tecidos.

Quanto aos ataques teóricos à indústria de tecidos e ao protecionismo reinante de que goza, aliás, em proporção muitíssimo menor do que pensam os mal informados ou os intransigentes doutrinários, a respectiva defesa, pela magnitude do assunto, não se adapta aos moldes, naturalmente, limitados, desta carta e perante vós é desnecessária, pois sois daqueles que estudam e se informam. Aliás, essa defesa tem sido repetidamente feita, através de publicações de toda sorte: relatórios, representações sobre a questão tarifária e outras informações, longos "interviews" e ainda, não há muito, em dois livros, "O Centro Industrial do Brasil na Conferência Algodoeira" (1917) e "Relatório da Diretoria do Centro Industrial do Brasil", relativo ao biênio de 1916-1917, publicado no corrente ano de 1918.

Lembramos, todavia, que a maior prova de que tem sido sábia a política econômica adotada pelo Brasil no tocante à sua indústria, tivemos-la, agora, por ocasião da grande conflagração mundial, em que a estagnação das fábricas européias não prejudicou sensivelmente o suprimento dos mercados brasileiros, nos quais, graças ao aparelhamento da indústria nacional e ao esforço por ela desenvolvido, foi oferecido o que anteriormente era fornecido pelo estrangeiro.

O Centro Industrial, sucessor imediato e continuador da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, tem defendido, sem

re, a produção brasileira, com desassombro, pela palavra escrita, em longa e tenaz propaganda; não age na sombra, pois os interesses que defende são os interesses do Brasil, financeiros e econômicos levando, como já levam ao Tesouro Federal, cerca de 120 mil contos anuais, provenientes do imposto de consumo e os econômicos, procurando firmar, cada vez mais, a nossa independência econômica.

Não agimos nem deliberamos, em segredo, como se nos acusou ter feito, na última assembléia do Centro Industrial. Se, nesse caso, não se levou, no mesmo dia, nota à imprensa, foi unicamente porque as deliberações ficaram sujeitas a redação final de uma comissão nomeada pela aludida assembléia, e só no dia seguinte essa comissão pode desempenhar-se de seu encargo.

Todos os problemas que dizem respeito à produção fabril nacional têm sido discutidos abertamente pelo Centro Industrial do Brasil e com espírito altamente liberal. Haja vista o projeto do Código do Trabalho, a que vos referis, no vosso ponderado discurso.

O memorável "interview" do Presidente efetivo deste Centro, o Dr. Jorge Street, publicado no Jornal do Comércio de 10 de setembro de 1917 e em folhetos largamente distribuídos, é prova desse espírito liberal e de grande simpatia ao operariado, por parte dos industriais brasileiros.

Ao contrário do que se tem dito, o Presidente do Centro Industrial, falando autorizadamente, em nome do mesmo Centro Industrial do Brasil, foi sempre partidário de uma lei protetora dos legítimos interesses do operariado. O pensamento que o Sr. Dr. Jorge Street manifestou, e pelo qual se bate, é que não devemos ir mais depressa do que outros países, aliás mais avançados em

civilização e cultura do que já conseguimos ser; o que ele tem pedido em nome do Centro Industrial é que se não destrua e desorganize a indústria brasileira, onerando-a de encargos que não têm ainda indústrias similares de outros países, porque, acima de tudo, está o interesse máximo de nosso progresso econômico, do qual um dos fatores mais importantes é, hoje, o de nossa produção fabril.

Aí ficam, Exmo.Sr., os detalhes que vos quisemos trazer, com simplicidade.

Estamos certos de que os entregamos a um Brasileiro digno de receber a verdade e cuja palavra a sabe, nobremente, defender.

Os Diretores do Centro Industrial do Brasil:

Julio B. Ottoni, Presidente Interino.

Ildefonso Dutra, 1º Secretário.

Francisco Ignácio Botelho, 2º Secretário.

Júlio Pedroso de Lima, 1º Tesoureiro.

João Ferrer, 2º Tesoureiro.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1918.

Fonte:
Jornal do Comércio (Rio de Janeiro), 30-11-1918. In:
Carone, Edgard. O Pensamento Industrial no Brasil
(1880-1945). RJ-SP. Difel, pp 302-307.

UM CERCO FAMILIAR?

No número anterior, comentamos que os senhores Olympio d'Oliveira em Campo Alegre, e Manoel Tavares em São Bento do Sul, serão candidatos ao cargo de Superintendente pelo Partido Federalista.

Também será lançada a candidatura do Sr. José Antonio d'Oliveira.

A oposição tem todo direito de participar das eleições, já que a grande maioria do eleitorado não poderá formar nenhuma opinião a respeito dos nomes citados, uma vez que lhes são desconhecidos. Não lhes interessa quem será o Superintendente em Campo Alegre, São Bento, São Francisco. Mesmo assim, não podemos ficar indiferentes a isso, principalmente agora; a menos que nos seja indiferente que todo o norte do estado fique entregue a uma única família nos próximos quatro anos. O Sr. Dr. Abdon, é como todos sabem, genro do Sr. José Antonio d'Oliveira de São Francisco, o Sr. Olympio d'Oliveira, de Campo Alegre, filho deste (portanto, cunhado do Dr. Abdon), e o Sr. Manoel Tavares, de São bento, um primo do mesmo. Como uma grande aranha, a família d'Oliveira procura tecer sua teia sobre o norte do estado, e assim formar um cerco familiar nos quatro municípios: Joinville, São Bento, São Francisco e Campo Alegre. E para esta teia, que querem lançar sobre as suas cabeças, vocês, eleitores, forneceis o fio.

Realmente, é uma afronta. Esta deve ser a "honrada, econômica e progressista administração" do Sr. Dr. Abdon, pela qual, segundo sua opinião, "anseia o município".

Por isso, eleitores, temos certeza que vocês saberão
que resposta dar no dia 13: Nenhum voto para o Dr. Abdon.

(Kolonie Zeitung, nº 86, 3-11-1898).

PROCLAMAÇÃO DE GUMERCINDO SARAIVA À POPULAÇÃO JOINVILENSE

Concidadãos!

Depois de libertarmos o território deste próspero e pacífico Estado das hordas dos que são contra a restauração da liberdade tradicional de nossa pátria contra os defensores da República, libertos da paixão cega e do desmedido egoísmo do ditador que arruina e desonra nosso amado Brasil, seguimos adiante eu e meus companheiros de batalha, fortificados pelo sentimento do dever cumprido e da santidade de nossa causa.

Que eles se contorçam sob os remorsos, sob o medo da derrota e das maldições que toda a Pátria lhes lança, desde a mais pobre choupana, habitada por inocente criança, pobre órfão, cujo apoio e honra foram roubados pela revolução criminosa, até o palácio dos ricos; que se contorçam, desprezados e malditos por toda a Nação, eles que nos incitaram a esta sangrenta guerra fratricida, que nos vimos obrigados, pela tirania reinante a aceitar, como o fizeram gloriosa e vitoriosamente a Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia e Paraguai, enfim, quase todas as repúblicas sul americanas; assim como nós, com o olhar sério voltado para a imagem sagrada e pura da Pátria, a levaremos adiante, já que sentimos as bênçãos de nossas mães, nossos irmãos, nossos filhos, e a aprovação pública ou íntima de todo um povo que se rebela contra os grilhões que querem lhe impor.

Ajudando e apoiando-nos desde nossa chegada, vocês, concidadãos, participam, como nobres brasileiros, não só de nossos sacrifícios e lutas, mas também de nossa glória. Por isso é com sincera alegria que, ao transferir o campo de operações das tropas sob o meu comando, cumpro o dever de, no meu e no nome de meus companheiros, agradecer tudo o que vocês fizeram pelo

xército nacional e pela revolução.

Estejam certos que, no dia da vitória, que julgo muito próximo, a minha mão, a quem Deus deu a necessária força para a defesa de nossos direitos como os de um povo livre, está ao lado da história que transmitirá às gerações futuras a atitude patriótica deste nobre povo destinado a libertar a Pária.

Viva a República! Viva Joinville! Viva o Exército Nacional!

Joinville, 6 de janeiro de 1894

Gumercindo Saraiva

FONTES CONSULTADASPRIMÁRIAS1.1 - MANUSCRITOS1.1.1 ARQUIVOS DAS CASAS PAROQUIAIS DE JOINVILLE,
SÃO FRANCISCO DO SUL E ARAQUARI.

Certidões de batismo e de casamento(1876-1914)

1.1.2 ARQUIVO DA IGREJA EVANGÉLICA LUTERANA DE
JOINVILLE.

Certidões de batismo e de casamento(1876-1914)

1.1.3 ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE JOINVILLE

Documentos da Coleção Ficker

1.2 - IMPRESSAS1.2.1 CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO-Coordena-
ção de Estudos Legislativos - Seção de Docu -
mentação Parlamentar (Brasília - DF)

Annaes da Câmara - Sessão em 02-07-1903

Annaes da Câmara - Sessão em 10-10-1911

Annaes da Câmara - Sessão em 18-10-1911

Annaes da Câmara - Sessão em 22-10-1918

Annaes do Senado - Sessão em 22-11-1914

1.2.2 ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE JOINVILLE

(Jornais)

A Legalidade - S.Bento do Sul, 1889A União - Joinville, 1884Commércio de Joinville - Joinville, 1905Commércio de Joinville - Joinville, 1906Folha Livre - Joinville, 1887Gazeta do Commércio - Joinville, 1917Gazeta do Commércio - Joinville, 1918

Gazeta de Joinville - Joinville, 1906

Kolonie Zeitung - Joinville, 1892

Kolonie Zeitung - Joinville, 1894

Kolonie Zeitung - Joinville, 1896

Kolonie Zeitung - Joinville, 1900

Neue Kolonie Zeitung - Joinville, 1885

O Democrata - S. Francisco do Sul, 1884

Sul - Joinville, 1889

1.2.3. BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Jornais)

A Razão - S. Francisco do Sul, 1918

Jornal do Commercio - Florianópolis, 1892

O Estado - Florianópolis, 1894

República - Florianópolis, 1892

República - Florianópolis, 1903

1.2.4 DOCUMENTOS

Cartas de Taunay de: 23-11-1883; 02-09-1884 e 26-10-1885.
Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa
Catarina, 1918. V. VII.

Relatos de Alexandre Döhler sobre a Revolução de 1893, tra-
duzido pelo Dr. Norberto Bachmann. Album Histórico do
Centenário de Joinville. SAJ, 1951.

Carta Aberta ao Sr. Deputado Dr. Abdon Baptista. Jornal
do Commercio (Rio de Janeiro), 30-11-1918. In: CARONE,
Edgard. O Pensamento Industrial no Brasil (1880-1945), Rio
de Janeiro, DIFEL, pp. 302-307.

1.3 GRAVADAS DE ACORDO COM AS TÉCNICAS DE HISTÓRIA ORAL

Entrevista concedida à Eneida Raquel se S. Thiago
pelo Senador Carlos Gomes de Oliveira, em Barra Velha,
no dia 24 de julho de 1978.

2. SECUNDÁRIAS

ALMEIDA, Rufino Porfírio. Um aspecto da economia de Santa Catarina; A indústria ervateira. O estudo da Companhia Industrial. Florianópolis, UFSC, 1979.

ALMEIDA, Rufino e PIAZZA, Maria de Fátima. A comuna da colônia Dona Francisca: uma contribuição ao estudo da evolução jurídico-política de Joinville. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 1980.

BACHL, Hans. A estrada dona Francisca. In: Album Histórico do Centenário de Joinville, SAJ. 1951.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Laudes, 1970.

CARNEIRO, Glauco. História das revoluções brasileiras. Rio de Janeiro, Cruzeiro, 1965. V.I.

CARONE, Edgard. A república velha; instituições e classes sociais. Rio de Janeiro, DIFEL, 1978.

_____. Nas Origens do Capitalismo industrial. Escrita Ensaio. São Paulo, Escrita, IV (10): 175, 187, 1982.

_____. O pensamento industrial no Brasil (1880-1945). Rio de Janeiro, DIFEL, 1977.

CORREIA, Carlos Humberto. Os governantes de Santa Catarina. Florianópolis. UFSC, 1983.

_____. Santa Catarina - Um estado entre duas repúblicas - A luta política num período de mudanças ideológicas. São Paulo, USP, 1981.

OSTA, Emília Viotti da. A abolição. São Paulo, Global, 1982.

- _____. Da monarquia à república; momentos decisivos. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1979.
- _____. Pequena história da república. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- _____. História de Joinville; Subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca. Joinville, Ipiranga, 1965.
- _____. São Bento do Sul; Subsídios para sua história. Joinville, Ipiranga, 1973.
- _____. Coronelismo, enxada e voto; o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo, Alfa Omega, 1975.
- _____. História econômica do mate. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.
- _____. A república em Santa Catarina - 1889-1900. Florianópolis, Lunardelli, 1982.
- _____. Joinville em 1906. In: Album Histórico do Centenário de Joinville. SAJ. 1951.
- _____. A região das araucárias. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1943.
- _____. A revolução federalista de 1893 em Santa Catarina. Florianópolis, Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.
- _____. A colonização em Santa Catarina. Porto Alegre, Ed. Palloti, 1982.
- _____. Santa Catarina; Sua História. Florianópolis, UFSC, 1983.
- _____. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.) História Geral da Civilização Brasileira, S. Paulo, DIFEL, 1975, V. VIII.

- REMOND, René. Introdução à história do novo tempo; O século XX. São Paulo, Cultrix, 1976.
- RUMMEL, J. Francis. Introdução aos procedimentos de pesquisa em educação Porto Alegre, Ed. Globo, 1974.
- S. THIAGO, Arnaldo Claro de. São Francisco do Sul; Evolução Cultural. Florianópolis, IOESC, 1947.
- SANTOS, Joel et alii. O significado do Florianismo. In História Nova do Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1964, V.IV.
- SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. A história da fundação de Joinville. Boletim Stein, capítulo XI, novembro de 1964.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- STULZER, Frei Aurélio. O primeiro livro de Jaraguá. Rio de Janeiro, Vozes, 1973.
- TERNES, Apolinário. História de Joinville; uma abordagem crítica. Joinville, Meyer, 1981.
- TORRENS, Agenor. Administradores de Joinville. In: Album Histórico do Centenário de Joinville, SAJ. 1951.